



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

GISELE MARIA DE AZEVEDO

**Infâncias amargas no mundo do açúcar:
Trabalho rural infantil na zona canavieira Pernambucana (1980 a 1999)**

RECIFE

2023

GISELE MARIA DE AZEVEDO

**Infâncias amargas no mundo do açúcar:
Trabalho rural infantil na zona canavieira Pernambucana (1980 a 1999)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada.

Orientador (a): Christine Paulette Yves Rufino Dabat

Recife

2023

GISELE MARIA DE AZEVEDO

**Infâncias amargas no mundo do açúcar:
Trabalho rural infantil na zona canavieira Pernambucana (1980 a 1990)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada.

Aprovado em: 25/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Christine Rufino Dabat (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Me. Kerolayne Correia de Oliveira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Júlio César Pessoa de Barros (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

AZEVEDO, Gisele Maria de .

Infâncias amargas no mundo do açúcar: Trabalho rural infantil na zona canavieira Pernambucana (1980 a 1999) / Gisele Maria de AZEVEDO. - Recife, 2023.

100 : il., tab.

Orientador(a): Christine Paulette Yves Rufino DABAT

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2023.

1. Infância. 2. Trabalho Infantil. 3. Trabalhadores rurais . 4. Condições de trabalho. 5. Zona canavieira de Pernambuco. I. DABAT, Christine Paulette Yves Rufino . (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar essas linhas agradecendo a minha família, em especial a minha mãe, Luciete Azevedo, por sempre me incentivar e apoiar. Toda a confiança e amor incondicionais foram essenciais para que eu chegasse até aqui e conseguisse a tão sonhada graduação, uma conquista nossa.

A minha tia, Izidia, também por todo carinho, afeto e acolhimento.

A minha avó, Dinda, trabalhadora rural que me inspirou pelas suas histórias de luta e resistência, e a quem tanto amo e admiro.

Agradeço ao meu companheiro, Anderson Oliveira, por todo apoio e paciência ao longo destes últimos anos, que sempre me ouviu com amor e atenção, e comemorou comigo cada passo dado. Você foi fundamental e me deu forças para que eu persistisse e conseguisse superar cada dificuldade que surgisse no meio do caminho.

Agradeço a professora Christine Dabat, uma grande inspiração profissional e pessoal, pela orientação ao longo deste trabalho. Muitíssimo obrigada por todo conhecimento compartilhado, pela compreensão e solicitude, e por me possibilitar um novo olhar sobre a História. Agradeço também as ricas contribuições da banca examinadora: Júlio César Pessoa de Barros e Kerolayne Correia de Oliveira.

Agradeço aos amigos que a graduação me proporcionou: Kerol Correia, Paula Beatriz e Felipe França. Obrigada pelas conversas, brincadeiras, risadas e a cada um dos momentos compartilhados. Vocês foram essenciais ao longo de todo esse tempo, e serei eternamente grata pela oportunidade de ter tido pessoas incríveis ao meu lado. Dos percalços enfrentados conjuntamente a felicidade das realizações, muito obrigada.

Por fim, agradeço a cada uma das pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho, entre amigos, colegas e professores que tive o prazer de conhecer ao longo de todos estes anos.

RESUMO

Entre as décadas de 1980 e 1990, crianças e adolescentes ainda eram explorados em prol da produção de açúcar em Pernambuco, mesmo com a instituição do ECA no ano de 1990. Essa realidade retrógrada que persistia no estado, é evidenciada pela historiografia como reflexo de um longo processo degradação da terra, em prol de um modelo de produção monocultor e latifundiário, responsável por moldar a paisagem, a economia e as relações sociais da região. Uma das bases da produção canavieira no estado, após a transição da mão de obra escrava para a assalariada, era a baixa remuneração dos salários. Movidos pela necessidade de sobrevivência, as famílias se tornavam numerosas, e logo todos eram levados a colaborar com a renda familiar, incluídas aqui as crianças. Estas últimas, em várias gerações sofreram ano após ano com a fome, a desnutrição e a impossibilidade de acesso à escola em detrimento do trabalho. No momento em que os direitos das crianças começavam a ser constantemente debatidos internacional e nacionalmente, jornais como o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e o *Diario de Pernambuco*, possibilitam através de uma análise, compreender a relação de exploração entre criança e trabalho no período. Com discursos que refletem a visão predominante no debate público da época, são constatadas percepções distintas ao longo das décadas quanto ao trabalho infantil. Por outro lado, também se notam permanências nestas narrativas ou ausências nas mesmas, ambas repletas de intencionalidades. Se verifica nos periódicos assim como na História Oral, a extensão de lutas, repreensões, resistências, assim como um apagamento por parte dos senhores de engenho e usineiros, das condições degradantes promovidas sobre as infâncias da Zona da Mata pernambucana.

Palavras-chave: Infância. Trabalho infantil. Trabalhadores rurais. Condições de trabalho. Zona canavieira de Pernambuco.

ABSTRACT

Between the 1980s and 1990s, children and adolescents were still exploited in favor of sugar production in Pernambuco, even with the institution of the ECA in 1990. This retrograde reality that persisted in the state is evidenced by historiography as a reflection of a long process of land degradation, in favor of a monoculture and large-scale production model, responsible for shaping the region's landscape, economy and social relations. One of the bases of sugarcane production in the state, after the transition from slave to salaried labor, was the low remuneration of wages. Driven by the need for survival, families became numerous, and soon everyone was forced to contribute to the family income, including children. The latter, in several generations, suffered year after year from hunger, malnutrition and the inability to access school to the detriment of work. At a time when children's rights were beginning to be constantly debated internationally and nationally, newspapers such as *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro and *Diario de Pernambuco* made it possible, through analysis, to understand the relationship of exploitation between children and work in the period. With speeches that reflect the predominant view in the public debate at the time, different perceptions are observed over the decades regarding child labor. On the other hand, there are also permanences in these narratives or absences in them, both full of intentions. It can be seen in the periodicals as well as in Oral History, the extent of struggles, reprimands, resistance, as well as an erasure on the part of plant owners and mill owners, of the degrading conditions promoted on children in the Zona da Mata of Pernambuco.

Key-words: Infancy. Child labor. Rural workers. Work conditions. Pernambuco's sugarcane zone.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	ANDRADE, Manuel Correia de; ANDRADE, Sandra Maria Correia de. 1960. Mapa de municípios da Zona Canavieira de Pernambuco.....	13
Figura 2 -	JUCA, Martins. 1979. Criança segurando feixe de cana na Zona da Mata, em Pernambuco.....	34
Figura 3 -	HUZAK, Iolanda. 1993. Mão de jovem que se acidentou cortando cana-de-açúcar. Ipojuca-PE.....	43
Figura 4 -	JUCA, Martins. 1979. Menino sobre palha de cana na Zona da Mata de Pernambuco.....	44
Figura 5 -	JUCA, Martins. 1984. Pai e Filho. Almoço em canavial na Zona da Mata.....	49
Figura 6 -	Autor desconhecido. 1997. Criança trabalhadora na tecelagem.....	61
Figura 7 -	Autor desconhecido. 1996. Um pacto contra o trabalho infantil.....	71
Figura 8 -	Autor desconhecido. 1985. Menores carentes ensinam como vencer a crise.....	84
Figura 9 -	Autor desconhecido. 1989. Menor trabalhador protesta no 13 de Maio.....	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Ocorrências no JC entre os anos de 1980 à 1999.....	64
Tabela 2 -	Ocorrências no JC para a década de 1990 que destacam o Trabalho infantil.....	68
Tabela 3 -	Ocorrências no DP entre os anos de 1980 à 1996.....	78
Tabela 4 -	Ocorrências do termo “Menor trabalhador” no DP para a década de 1980.....	82

LISTA DE SIGLAS

Abrinq	Fundação Abrinq pelo Direitos da Criança e do Adolescente
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CJC	Centro Josué de Castro
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DP	Diário de Pernambuco
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNPETI	Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
JC	Jornal do Commercio
LAR	Legião Assistencial do Recife
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MP	Ministério Público
MPT	Ministério Público do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização Mundial das Nações Unidas
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
Proálcool	Programa Nacional do Alcool
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	17
1.2	ORIGENS DO “HORIZONTE TOTALMENTE VERDE QUE CERCA	19
1.3	E SUFOCA.....	
	HISTÓRIA DA INFÂNCIA: CONEXÕES COM O MUNDO DO	
	AÇÚCAR.....	24
2	CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS TRABALHADORAS...	29
2.1	A FOME.....	29
2.2	A DESNUTRIÇÃO.....	38
2.3	EDUCAÇÃO PARA QUEM?.....	44
2.4	TRABALHO INFANTIL E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	48
3	INICIATIVAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL.....	52
3.1	PANORAMA DE INSTITUIÇÕES NACIONAIS E	
	INTERNACIONAIS DE COMBATE.....	53
3.2	DIVULGAÇÃO DE UMA REALIDADE RETRÓGRADA: O PAPEL	
	DOS JORNAIS.....	60
3.2.1	Trabalho infantil e o <i>Jornal do Commercio</i>	60
3.2.2	O trabalho rural infantil nas publicações do <i>Jornal do Commercio</i>	70
3.2.3	Trabalho infantil e o <i>Diario de Pernambuco</i>	75
3.2.4	O Trabalho rural infantil nas publicações do <i>Diario de Pernambuco</i>	82
3.3	A ATUAÇÃO DO ESTADO NA DEFESA DOS DIREITOS DOS	
	TRABALHADORES.....	85
4	CONCLUSÃO.....	90
	REFERÊNCIAS.....	93

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, ainda em 2023, enfrenta problemas estruturais relacionados ao subdesenvolvimento, desnutrição, condições de exploração aos que vendem sua força de trabalho e dificuldades de acesso de crianças e jovens nas salas de aula da educação básica e ensino superior¹. Importante ressaltar que parte dos motivos que levam a essa ausência nesses espaços é a necessidade de se dedicarem ao trabalho. Estes, são problemas que vêm sendo denunciados constantemente por ativistas, militantes, intelectuais, a mídia e o povo. O que não pode ser ignorado é que todos esses pontos, são reflexos de um passado imposto ao território, que desde sua “colonização”², teve seus limites voltados para a espoliação, exploração e acumulação de riquezas ordenados por potências e impérios estrangeiros europeus.

Cada local, entre as demais regiões que o país atualmente é dividido, e, consequentemente, seus estados, esteve intimamente atrelado às atividades econômicas impostas por países estrangeiros que, durante este processo, moldaram o desenvolvimento de sua formação social e mesmo geográfica. Eduardo Galeano, notadamente, reforça a inserção do Brasil, e consequentemente da Zona da Mata pernambucana, no processo histórico comum a toda a América Latina. Este que resultou na prosperidade e enriquecimento alheios, onde “da plantação colonial, subordinada às necessidades estrangeiras, e em muitos casos, com financiamento estrangeiro, provém em linha reta o latifúndio de nossos dias”.³ Assim, pode-se concluir que Pernambuco, local a que essa pesquisa se debruça, não esteve alheio a essa ação.

Localizado na região Nordeste do país, a partir da colonização portuguesa, Pernambuco se torna um território de constante conflito e opressão, a qual até o tempo presente, representa risco de vida para trabalhadores da Zona da Mata e suas crianças. Já em 2022, séculos após o início da prática latifundiária, a violência no campo gerou mais uma vítima fatal: Jonatas Oliveira, de 9 anos. Assassinado embaixo da cama, junto à mãe, era filho

¹ De acordo com dados do último censo escolar divulgado, entre os anos de 2020 e 2021, o número de matrículas em creche, para pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental, diminuíram na educação básica brasileira. Esse decréscimo coincide com o período de pandemia de Covid-19 no país, momento em que as desigualdades sociais se aprofundaram. Dados disponíveis em: BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Divulgação de resultados: Censo Escolar 2022.

² Conceito que evidencia o controle e a imposição de valores e objetivos sobre a América Latina e consequentemente, o estado de Pernambuco, revelando também os posteriores processos de resistências presentes na região. Definição disponível em: SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 67-69.

³ GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2019. p. 92.

do líder rural Geovane da Silva Santos. A família residia no Engenho Roncadorzinho, na cidade de Barreiros. O local que anteriormente pertencia à Usina Santo André, com falência decretada há duas décadas, passou a ser o alvo de disputas entre os moradores e a Agropecuária Javari. O crime, é reflexo das contínuas tensões no campo, que se soma às 58 denúncias de conflitos na Zona da Mata pernambucana entre 2020 e 2021⁴. Essa realidade demonstra a permanência dos interesses da classe dominante, a qual continua constituindo seu poder na concentração de terra e na privação de direitos dos trabalhadores rurais.

Todavia, esses conflitos tiveram início pela busca ao aniquilamento da população indígena nativa, em decorrência da exploração da fauna e flora local, e posteriormente devido à atividade econômica que seria destinada à região da Zona da Mata: a monocultura da cana-de-açúcar. Essa reconfiguração do espaço e da paisagem, seria o ponto de partida para construção de uma história em que a terra seria o objeto central dos conflitos que perduraram por séculos como visto anteriormente. Logo, de acordo com Thomas Rogers, a terra se caracterizaria como uma fonte de poder entre seus detentores e os trabalhadores, que respectivamente as viam como algo imprescindível para a composição de sua identidade, enquanto que o outro lado se via explorado e calado, seja na condição de escravizado ou de trabalhador assalariado, por quem detinha o poder sobre as terras⁵.

Manuel Correia de Andrade evidencia bem a forma como o Nordeste teve suas terras e classes sociais muito bem divididos e com características particulares, a partir das atividades econômicas exercidas, baseadas no que o clima e o solo podiam oferecer. O clima, inclusive, é constatado como o elemento que dita a paisagem e o trabalho no Nordeste⁶, estopim do surgimento de dois sistemas econômicos de exploração da terra e dos grupos humanos: a cana-de-açúcar⁷ (área representada na figura 1) e a pecuária com a criação de gado.

Figura 1: Mapa de municípios da Zona Canavieira de Pernambuco (anos 1960)

⁴ Terras do Engenho Roncadorzinho são desapropriadas; área de disputa agrária é onde menino foi morto e líder rural foi baleado. gl. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/08/19/terras-do-engenho-roncadorzinho-sao-desapropriadas-area-e-onde-menino-foi-morto-e-lider-rural-foi-baleado.ghtml>> Acesso em: 1 de junho de 2023.

⁵ ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas**: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no nordeste no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 1ª edição. p. 23.

⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011. 8º edição. p. 37.

⁷ *Ibidem*, p. 37.



Mapa de municípios da zona canavieira de Pernambuco (anos 1960)

Fonte: ANDRADE, Manuel Correia de; ANDRADE, Sandra Maria Correia de. **A cana-de-açúcar na região da mata de Pernambuco**. Reestruturação Produtiva na Área Canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto Ambiental. Sócio-Econômico e Político. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

Em decorrência da impossibilidade de introdução da cultura desta gramínea no Agreste e Sertão, sendo necessária a terra roxa - solo conhecido como massapê para seu cultivo -, aliado à disponibilidade de cursos d'água para a plantação e a colaboração do

regime de chuvas⁸, a Zona da Mata então, região quente e úmida - com características próprias das zonas tropicais - , passa a ser vista como local ideal para o que nos próximos séculos se tornaria a maior cultura latifundiária do Nordeste brasileiro. Dessa maneira, com a introdução de uma planta alienígena não nativa da região, se inicia o processo de transformação de um espaço que anteriormente era preenchido pela mata atlântica nativa e por uma fauna diversa.

Em consonância ao estudo de Manuel Correia de Andrade, quanto à decorrência da modificação do território, é importante perceber também, a maneira em que o termo Zona da Mata utilizado para se referir a região, se tornou anacrônico com o tempo. Esse fato é evidenciado por Thomas Rogers, que realizando uma descrição bastante rica da configuração da paisagem do local ao longo dos séculos, denota a maneira com que a mata presente nas terras que “tudo davam” foi arrasada e quase que totalmente substituída pela agricultura canavieira.⁹ Construindo a partir desse momento, o imaginário que viria a perdurar por séculos quanto a associação quase que imediata entre a Zona da Mata pernambucana e a cana-de-açúcar.

Isto pois, como evidenciado acima, essa nova ordem e configuração do espaço se relacionaram diretamente aos interesses financeiros, econômicos, sociais e mesmo políticos europeus, não sendo um acaso determinado único e exclusivamente pelo clima¹⁰. Agora, Pernambuco inseria-se uma nova configuração global onde as grandes plantações de cana-de-açúcar caracterizam-se como espaços de poder e promovedores de uma estratificação social que deixaria fortes marcas na formação e desenvolvimento local. Gerando uma realidade em que, ao mesmo tempo essencial para a produção de riquezas para a classe dominante da Europa, se ganhava em troca a degradação dos recursos naturais locais, e a impossibilidade de desenvolvimento real desse local de produção de bens de consumo, e, conseqüentemente, de capital. Embora essencial para a manutenção dessa configuração, agora integrava-se ao sistema capitalista, em contrapartida, encontrava-se em uma posição marginalizada no Novo Mundo.

⁸ Manuel Correia de Andrade também destaca a importância da água para o desenvolvimento da atividade na região: “A proximidade do porto barateia o transporte não só do açúcar, como também das máquinas e utensílios necessários ao engenho: os rios e os riachos, numerosos e pouco profundos, forneciam água para o consumo da população, irrigam os canaviais de suas margens e, às vezes, moviam os engenhos;[...]”. *ibidem* p. 74.

⁹ ROGERS, *Op. cit.*, p. 47.

¹⁰ ANDRADE, *Op.cit.*, p. 39.

Porém, a monocultura e o latifúndio¹¹ da cana-de-açúcar, não trouxeram apenas uma relação econômica predatória da economia e do meio ambiente, estiveram também intimamente ligados à exploração da mão de obra escrava e posteriormente assalariada de proletarizados. Entre os séculos XVI e XIX, é sabido que milhões de trabalhadores escravizados foram trazidos de maneira compulsória e desumana ao Brasil para trabalharem nos grandes latifúndios produtores de açúcar, onde as agressões, a violência e a coerção eram uma constante na sua realidade e em seu cotidiano¹². Até a abolição da escravatura, no ano de 1888, esses sujeitos se viam imersos em um dia a dia repressivo, onde buscavam articular rebeliões e táticas de resistência para sobreviver, o que novamente reforça a constante tensão sobre relações que se pautavam na opressão dos que detinham o capital, para com os que em maior número, eram vistos apenas como mais uma mercadoria¹³ descartável no fim da sua capacidade de produtividade.

Descartável por que não havia um grande custo para a manutenção de um “bem” disponível em tão grande número como os trabalhadores escravizados vindos da África¹⁴. O processo de aprisionamento, transporte pelos navios negreiros e mantimento desse grupo não representava risco para o grande lucro que eles proporcionavam, trabalhando forçadamente sobre contínua opressão - sem condições dignas de moradia, acesso à saúde e por vezes a alimentação -, para o abastecimento de açúcar do mercado externo. Todavia, embora tenha ocorrido a Abolição, após fins do século XIX, as marcas do sistema escravista permaneceram presentes mesmo na nova forma de trabalho¹⁵ adotada: a assalariada. Nas décadas seguintes,

¹¹ *Latifúndio*, consiste no sistema de privatização e concentração de terras sob posse de poucos. Isto é, grandes extensões de terras que pertencem a um grupo restrito de pessoas, como famílias ou empresas. Pode aparecer associado ao conceito de *Plantation*, que é definido como um tipo de propriedade de grandes extensões que é destinada para a produção de uma cultura específica, a exemplo da cana-de-açúcar (ver **Dicionário dos Conceitos Históricos**, 2018, p. 253-254). Além disso, essas terras geralmente eram voltadas para a produção com propósito exportador, visando o abastecimento de mercados longínquos externos ao local de produção da mercadoria. Aqui, estes conceitos se aplicam à pesquisa de forma a definirem as bases para a exploração e precariedade que os trabalhadores rurais enfrentam, em consequência à impossibilidade de posse de terras próprias. Além disso, também possibilitam entender o enriquecimento exclusivo de uma classe, visto a detenção sobre as terras e lucros decorrentes do processo de exportação do açúcar.

¹² ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011. 8º edição. p. 44.

¹³ *Ibidem*, p. 131.

¹⁴ *Ibidem*, p. 179.

¹⁵ O conceito de *Trabalho* pode ser visto como um dos mais complexos a se definir, em decorrência da sua historicidade. A sua prática é milenar, então ao longo do tempo o exercício do trabalho foi visto e interpretado de muitas formas diferentes. Sob uma perspectiva marxista, trabalho é entendido como uma prática de produção em que o sujeito trabalhador executa apenas uma parte, ou seja, não realiza o processo completo que irá originar o produto final. Para Marx, ainda, configura-se como uma prática de venda de força de trabalho, em decorrência da destituição dos meios de produção pelo sujeito trabalhador, numa variação do conceito para “trabalho alienado”, onde a atividade exercida não se corresponde a riqueza gerada. Na pesquisa, esse conceito se refere justamente ao processo de produção do açúcar, onde sujeitos que não possuem terras, executam o processo produtivo para os grandes latifundiários. Sendo o açúcar, produto final, gerado para atender às exigências do mercado.

seriam os camponeses a sofrer nos grandes latifúndios monocultores a exploração dos senhores de engenho e usineiros. Poucas foram as mudanças que atingiram o campo, onde a luta de classes e a hierarquia social continuava sendo imposta sobre os trabalhadores, verdadeiros produtores de riquezas no mundo rural.

Mesmo recebendo remuneração em troca do serviço prestado, a violência no campo permaneceu, sob a imagem do feitor que refletia o poder do senhor de engenho, assim como a opressão contra os trabalhadores, que lutavam pela posse de terra na busca pela melhoria da qualidade de vida. Na nova realidade que se desenhava, a terra continuava sendo vista como uma mercadoria¹⁶ e, mais do que isso, como sinônimo de poder e manutenção de privilégios que o capital fornecia, em prol da privação de condições dignas de trabalho e vida dos camponeses. Na tentativa de sobreviver, famílias inteiras passaram a trabalhar no corte da cana, visto que recebiam por produção, na busca em garantir uma remuneração que garantisse o sustento de todos. Assim, homens, mulheres e crianças passaram a trabalhar conjuntamente no campo, expostos a todos os tipos de violência e perigo que os canaviais sempre ofereceram como um ambiente hostil¹⁷.

A partir de 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), - conquista da qual não pode se deixar de destacar a mobilização e resistência conjunta dos trabalhadores e sindicatos¹⁸- foram chegando aos poucos no campo, direitos que eram garantidos apenas aos trabalhadores urbanos do período - entre eles férias, aviso prévio e sindicalização -, o que tragicamente revela as condições análogas à escravidão que os trabalhadores rurais enfrentavam anteriormente. Contudo, com a Ditadura Militar instaurada em 1964, as lutas e resistências apenas se acentuaram devido às constantes infrações e o desrespeito às leis que garantiam os direitos básicos aos camponeses. Em 1975¹⁹, o próprio Estado, já durante o século XX, incentivou a concentração de terras e o contínuo ataque aos últimos resquícios de matas originárias, a partir da criação de programas como o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Este, entre outras medidas, incentivou a propagação dos canaviais, assim como contribuiu indiretamente para as contínuas maneiras de burlar a lei e permanecer distante dos trabalhadores a garantia de seus direitos.

¹⁶ ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011. 8º edição. p. 177.

¹⁷ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2012. 2ª ed. revisada. p. 448.

¹⁸ BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação. Recife: UFPE, 2013.

¹⁹ MOMESSO, Mariana de Abreu. **Função ambiental das propriedades rurais das usinas sucroalcooleiras do estado de Pernambuco: desdobramentos da operação Engenho Verde**. Dissertação. Recife: UFPE, 2011.

Todas as péssimas condições de trabalho, moradia, e falta de acesso à direitos básicos e baixos salários para esta classe, continuaram contrastando com a modernização do maquinário no campo realizado pelos usineiros, que de nada trazia melhorias para os camponeses trabalhadores²⁰. Andrade, destaca que boa parte residia em casas construídas entre os limites dos engenhos, em um sistema semelhante ao das antigas senzalas²¹, com pequenos trechos de terra para a produção de subsistência, onde novamente se reforça a similaridade da exploração escancarada promovida pelos usineiros e senhores de engenho. Ao mesmo tempo, as crianças, sob a necessidade de acompanharem à família no corte da cana, e de demais atividades a se fazer nas imediações dos canaviais, se viam restritas no acesso à educação formal, condições básicas de saúde e alimentação de qualidade.

Todavia, é importante ressaltar que a questão do trabalho infantil no país sempre foi muito sensível, pois, a prática fora naturalizada por um passado escravista, onde crianças pobres e escravizadas sempre haviam trabalhado. A primeira vez em que se tentou estabelecer uma idade mínima para tal no país, ocorreu apenas com o Decreto Nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891. Aqui, a idade mínima para trabalho é definida para os 12 anos, salvo na condição de aprendiz que pode ser iniciada aos 8 anos de idade²². Posteriormente, apenas em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é regulamentada a atividade de aprendizes no mercado de trabalho, considerando aprendiz o menor de 18 e maior de 14 anos de idade.

Vale destacar que até o momento, nada havia sido publicado e pensado especificamente para a realidade rural do país, o que mudou a partir do ano de 2 de março de 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). Aqui, passa a ser garantido ao menor de 16 anos, metade do salário mínimo atribuído ao trabalhador adulto. Outros direitos garantidos no documento são o direito a férias, na condição de serem tiradas de uma só vez ao longo do ano trabalhado. Por fim, é vedado o trabalho ao menor de 18 anos em lugares insalubres ou perigosos, assim como o noturno, garantido que, após verificação do trabalho como prejudicial à saúde, o empregador assegure sua transferência para outra função.

Visto essa realidade, se chega ao ponto em que essa pesquisa se detém. Com delimitação entre os anos de 1980 e 1990, é sabido que mesmo após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o

²⁰ ANDRADE, Manuel Correia. **Modernização da Pobreza: a equação da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

²¹ *Ibidem*, p. 130.

²² Coleção de Leis do Brasil, Vol. 4. 1891, p. 326.

artigo 227 da Constituição Federal, a realidade nos canaviais pernambucanos estava distante de obedecer à lei. De acordo com o Capítulo V, Artigo 60. da Constituição: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”²³. Em sequência, encontra-se no Capítulo V, Artigo 67.:

Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho: I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte; II - perigoso, insalubre ou penoso; III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV - realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.²⁴

Ou seja, mesmo que totalmente vedado o trabalho realizado por menores de 14 anos, a exploração promovida por usineiros da Zona da Mata Norte e Sul de Pernambuco permanecia como uma constante. Impondo condições de trabalho insalubres - em contato direto com agrotóxicos e manejando foices -, e um cotidiano duro a famílias inteiras, na qual as crianças e adolescentes eram privadas do direito de serem de fato, crianças²⁵.

Somado a isto, de maneira consequente à realidade na qual esses trabalhadores como todo, - e em especial as crianças -, enfrentavam cotidianamente, também irei me debruçar sobre o acesso real que essas crianças possuíam com relação à educação e a escola. Um problema grave, que chegou a ser utilizado nos anos 1960 como objeto de artimanha política, na busca por um maior controle estrangeiro da região acobertado pelo projeto Aliança para o Progresso²⁶. Em conjunto, se busca compreender as condições em que estes pequenos trabalhadores se encontravam com relação a sua saúde e bem estar. E além, a maneira que estas condições lhes afetaram o rendimento nos espaços institucionais de aprendizado - quando o acessavam- , visto o dia a dia duro que enfrentavam em busca da sobrevivência de sua família²⁷.

Logo, em decorrência dos dados compartilhados acima, este Trabalho de Conclusão de Curso pretende investigar a prática do trabalho infantil nos canaviais da Zona da Mata de

²³ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

²⁴ *Ibidem*, 1988.

²⁵ DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Corrêa. **Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco**. In: PRIORE, Mary del. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000. 2º edição.

²⁶ BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. **“A pobreza como estopim da revolução”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964)**. Dissertação. Recife: UFPE, 2017.

²⁷ NELSON, Chaves. **Fome, criança e vida**. Recife: Editora Massangana, 1982.

Pernambuco durante as últimas duas décadas do século XX. E mais, esmiuçar as resistências no campo e no meio legal em prol do cumprimento do ECA²⁸, através de ações conjuntas entre trabalhadores rurais e Tribunais Regionais do Trabalho, presentes no estado.

1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

O interesse pela temática e recorte, realizado para a presente pesquisa, surgiu a partir da observação da região em que resido, desde minha chegada a Pernambuco. Em meados de 2007, mudei-me para Carpina, cidade localizada na Zona da Mata Norte do estado. Desde então, sempre me chamaram a atenção os diversos ônibus que circulavam pelas vias da cidade, levando trabalhadores para os canaviais nas épocas de corte da cana-de-açúcar, - e estes já notava, majoritariamente afrodescendentes. Enquanto criança, também olhava com curiosidade para a grande quantidade de canaviais nos arredores da região, vistos na divisa com Nazaré da Mata, ou se estendendo até o fim da Mata Norte e início do Agreste. Ou mesmo, ainda, a fuligem que se espalha por toda cidade até o presente, nos períodos de queima da cana.

Posteriormente, ao iniciar o ensino superior, pude ter contato com discussões mais esmiuçadas sobre a formação da região, as origens da atual configuração espacial da Zona da Mata, e problemáticas que ainda hoje fazem parte da realidade e cotidiano do local. Entre eles, a exploração da mão de obra de trabalhadores rurais, e as diversas arbitrariedades cometidas contra esta classe ao longo dos anos e séculos. Consequentemente, fui levada a questionar em como se dava a presença das crianças dentro desses espaços, visto a realidade de muitos destes trabalhadores, e a carestia sofrida para se ter ao menos uma alimentação adequada. Novamente aqui, o objeto de estudo se cruza com a motivação pessoal, visto que venho de uma família de trabalhadores rurais do agreste, mas que também tiveram em sua trajetória a luta pelo direito à terra e configuração na qual toda a família, incluindo as crianças, estavam constantemente trabalhando para conseguir a sobrevivência dos seus.

De maneira geral, a pesquisa se mostra relevante dentro da linha de História Social pelo foco que possui nos trabalhadores rurais, grupo que ao longo da história foi constantemente apagado e silenciado. Mais especificamente por tocar na problemática do trabalho infantil, prática comum ainda no século XX e que persiste até o século XXI, visto os problemas econômicos e sociais que o Brasil enfrenta atualmente. Sejam pelas políticas que

²⁸ Sigla referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

beneficiam os grandes capitalistas urbanos e rurais, em prol da exploração dos trabalhadores; ou ainda pela crise enfrentada atualmente com consequências na saúde, educação e diversas áreas.

A principal base metodológica para a presente pesquisa, se dá por meio da leitura e estudo de material bibliográfico. Diversos são os autores e materiais que fizeram ser possível a reflexão e escrita deste trabalho de conclusão de curso. Entre eles, as principais referências que oferecem uma base de compreensão da formação do Nordeste, mais especificamente da Zona da Mata pernambucana - em prol de interesses econômicos com base na produção monocultora e latifundiária - são: Manuel Correia de Andrade, a professora Christine Rufino Dabat (UFPE) e Sidney W. Mintz.

Como referência primordial para as questões que mencionam e revelam a problemática sensível que é a questão do trabalho rural infantil e aos direitos das crianças, novamente a professora Christine Dabat se faz presente, em coautoria à Ana Dourado, Teresa Corrêa de Araújo com a obra *História das Crianças no Brasil*. Outra referência importante é Irene Rizzini. Em sequência, a base referente para melhor entendimento sobre a precariedade da educação desses indivíduos, somada à subnutrição a qual estiveram sujeitos durante o período estudado, possui como referencial o médico e professor Josué de Castro, e o também médico e professor Nelson Chaves, assim como o professor José Marcelo Marques Ferreira Filho (UFPE).

Para além da discussão proveniente da bibliografia estudada, a pesquisa também se pautará em diferentes fontes históricas. Foram selecionadas matérias publicadas em jornais como o *Jornal do Commercio* (RJ) e o *Diario de Pernambuco*, referentes à fiscalização promovidas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) - das áreas em que eram empregadas a mão de obra infantil, assim como do alto índice de mortalidade infantil nas regiões da Zona da Mata. Aqui cabe ressaltar, o uso da criticidade quanto ao material, vendo

o jornal como um produto resultado de conflitos e interesses no interior de uma sociedade, manipulado e produzido dentro de forças conflitantes, sujeito a interferências internas e externas.²⁹

²⁹ LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Teoria, Metodologia e Possibilidades**: Os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. ESCRITAS Vol. 7 n.1 (2015) ISSN 2238 - 7188 p. 13.

adicionando também a esta fonte, a metodologia e questionamentos necessários. Em conjunto, também serão utilizadas publicações do FNPETI (Forúm Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil) e relatórios produzidos pelo Centro Josué de Castro.

Estes, entre outras funções, são responsáveis pela contribuição para reflexão e discussão sobre a exploração do trabalho de menores onde, por meio de pesquisas, buscam intervir e transformar a sociedade. Por fim, a última fonte fica a cargo da História Oral. A proposta é através de uma entrevista com a Juíza do Trabalho Renata Conceição Nóbrega Santos, buscando compreender de maneira mais profunda como era as ações promovidas pelos órgãos fiscalizadores do trabalho infantil no estado. Partindo por exemplo do primeiro dissídio coletivo em prol do combate do trabalho infantil no país de 1993, relatado por Ana Maria Schuler Gomes, desembargadora ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região. Vale ressaltar que o uso da metodologia de História Oral aqui, não é de caráter biográfico, mas entender através desse ponto de partida conquistas geradas em prol dos direitos das crianças trabalhadoras rurais da Zona da Mata.

1.2 ORIGENS DO “HORIZONTE TOTALMENTE VERDE QUE CERCA E SUFOCA”³⁰

Extensa é a bibliografia e muitas são as obras publicadas que tem como recorte a Zona da Mata pernambucana e seu processo de formação histórico, político, econômico e social. E para que, posteriormente, se chegue ao recorte temático deste projeto, antes é preciso compreender as origens da realidade que levou crianças e adolescentes a se inserirem no sistema de exploração açucareiro. Autores como Sidney Mintz, revelam o processo que moldou o Brasil, evidenciando que

As plantações de cana-de-açúcar, que contribuíram para essa transformação, estavam localizadas em zonas tropicais e foram - como Thompson sugeriu - instituições pioneiras dotadas de um caráter político. [...] Mas elas não alcançaram seu auge até o chamado descobrimento do Novo Mundo.³¹

Além da introdução de uma prática alienígena à realidade local, a região passa então a concentrar um sistema de produção de riquezas que atendessem aos interesses dos Europeus

³⁰ Ó, Manoel do. **100 anos de suor e sangue**: homens e jornadas da luta operária no nordeste. Petrópolis: Editora Vozes, 1971. 2º edição.

³¹ MINTZ, Sidney W.. **O poder amargo do açúcar**: Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010. 2ª edição revisada. p. 42.

colonizadores através do monopólio da cana-de-açúcar, a serviço da “economia-mundo”³². E mais, a condição política evidencia, desde o início, um projeto que se baseia na submissão de uma classe a outra. Se inicialmente a coerção e violência constantes se voltaram contra a população escravizada³³ - uma das bases de manutenção da *plantation* -, posteriormente, mesmo após a Abolição da Escravatura ocorrida em 1888, essas práticas permaneceram sobre os futuros trabalhadores proletarizados. Ou seja, aqueles que muito embora recebessem salário pela sua força de trabalho, ainda permaneceriam, até fins do século XX, em condições análogas à escravidão.

Peter Eisenberg, se aprofunda nesta discussão, ressaltando que muito embora a Abolição da Escravatura tenha sido recebida pelos senhores de engenho e proprietários de terra do período, como uma segunda crise - a primeira sendo a econômica com a perda de espaço do açúcar produzido no Nordeste para o produto europeu -, a transição do trabalho escravo para o trabalho remunerado não deixou de ser vantajosa para a classe dominante. O autor evidencia que o poder social foi transferido da propriedade de escravos para a dependência dos livres.³⁴ Na contramão do que foi disseminado por Gilberto Freyre, o autor demonstra que a conquista do trabalho livre e remunerado nas décadas seguintes, de pouco valeram para uma mudança significativa na labuta diária da classe trabalhadora. A realidade que os aguardava era um salário baixíssimo e condições degradantes de trabalho, evidenciando que a modernização, não resultou em melhorias concretas para o grupo responsável pela produção de capital. Isto porque, tanto o maquinário e as tecnologias empregadas, quanto a teórica liberdade do trabalhador - visto que estes não possuíam alternativas para além do trabalho na cana-de-açúcar, na escolha de como vender sua força de trabalho -, não se converteram em uma boa renda e melhora na qualidade de vida destes sujeitos³⁵.

Esta questão também é abordada de forma minuciosa pela pesquisadora Christine Rufino Dabat, que entre outros pontos, desvenda através dos próprios trabalhadores, detalhes de como era o sistema de “morada”³⁶, e os demais aspectos de suas vidas como a saúde, educação, lazer. Como consequência da falta de terra para aqueles que a trabalham, provocada

³² WALLERSTEIN, Immanuel. **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³³ MINTZ, Op. cit., 2010, p. 43.

³⁴ EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança**: A indústria açucareira em Pernambuco, 1840/1910. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997. p. 246.

³⁵ *Ibidem*, 1997, p. 235-251.

³⁶ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2012. 2ª ed. revisada.

pela concentração latifundiária, toda a família era levada a dividir as mesmas condições de vida, assim como a contribuir da forma que podiam com a renda familiar. E logo, as crianças também seguiam como seus pais, a lida entre os canaviais. Entre a década de 1930 e 1950

O início do trabalho no eito se situava entre 7 e 12 anos de idade. Segundo pesquisa maior, a estréia na palha da cana ocorria antes dos dez anos (47,58%); até treze anos, 67,05% “já pegavam no serviço” como os adultos, e só 20,05% esperaram a idade legalmente autorizada de 14 anos para entrar no mundo do trabalho. Alguns entrevistados começaram a trabalhar na terra explorada pela família, para depois, “mais grandinhos”, com 10 ou 12 anos, entrar “na palha da cana”³⁷.

Muitas começaram ainda mais cedo, a exemplo de Gregório Bezerra que inicio a lida no trabalho no engenho com apenas 4 anos de idade³⁸. Importante ressaltar que, o trabalho em si não era visto de todo ruim, pois fazia parte da formação moral das crianças, auxiliando os pais em atividades mais leves³⁹. Porém, mesmo que houvessem desejos de mudança, tanto por parte dos pais, quanto pelos próprios jovens, as impossibilidades se impunham junto a um duro cotidiano em que a alimentação e a educação ficavam em segundo plano em detrimento da sobrevivência.

Como aponta Nelson Chaves, à desnutrição e ausência de acesso a uma educação de qualidade às quais as crianças estavam submetidas, andavam lado a lado⁴⁰. Assim como o sistema monocultor e latifundiário é visto por Sidney Mintz como um projeto, a impossibilidade de acesso a serviços primordiais, segundo Nelson Chaves, se soma como consequência de um “desequilíbrio econômico-social e político que domina o País”⁴¹. O mesmo pregava que os cuidados com os pequenos eram necessários desde seus primeiros anos, tanto para seu desenvolvimento físico quanto intelectual, se opondo a práticas de desmame precoce, comuns na zona canavieira⁴². Josué de Castro traz uma contribuição semelhante, ao demonstrar a maneira em que uma região rica e de solos férteis como a Zona da Mata, tornou-se estagnada em seu desenvolvimento social, com grande parte de sua população - principalmente infantil - subnutrida, em prol do enriquecimento de poucos⁴³.

³⁷ *Ibidem*, p. 447.

³⁸ BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Ed. Ampliada e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011.

³⁹ DABAT, op. cit., 2012, p. 447.

⁴⁰ NELSON, Chaves. **Fome, criança e vida**. Recife: Editora Massangana, 1982.

⁴¹ *Ibidem*, p. 110.

⁴² COSTA, Maria Christina Malta de Almeida; LAGO, Eunice Salzano (org). **Nelson Chaves - o homem além do tempo**: A palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

⁴³ CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 5ª edição.

Logo, o resultado proveniente de séculos de condições sub humanas de trabalho e de vida, se tornava claro ao primeiro olhar, nos corpos de crianças e mesmo recém nascidos, como mostram os estudos de Meraldo Zisman⁴⁴ que previam uma população com a estatura cada vez mais baixa, e José Marcelo Marques⁴⁵ que evidencia a deterioração física dessa população como consequência direta da exploração da Zona da Mata. São essas e tantas outras razões apontadas pelos referenciais utilizados nesta pesquisa que revelam o alto índice de mortalidade infantil enfrentada na região e que, conjunto às outras mazelas provocadas pelo latifúndio do açúcar, reforçam estereótipos negativos sobre a região até o presente.

Ao longo da escrita da e realização do Trabalho de Conclusão de Curso, alguns conceitos serão essenciais para a compreensão do recorte temático e do período estudado. Entre os estudos referentes à Zona Canavieira, são comumente utilizados os que se alinham a uma chave de interpretação marxista a exemplo de Classe⁴⁶, Capitalismo e Trabalho. Para uma melhor compreensão destes conceitos, alguns livros foram de suma importância, como o *Dicionário de Conceitos Históricos*⁴⁷ e *Dicionário do Pensamento Marxista*⁴⁸ de Tom Bottomore. Por fim, cada um dos textos citados acima, a partir de suas particularidades, contribuem significativamente para esta pesquisa. As informações oferecidas e os posicionamentos dos autores ampararam bibliograficamente a escrita desta pesquisa, servindo de base para a compreensão das continuidades das arbitrariedades praticadas até fins do século passado. Contribuíram ainda, para que se iluminassem as resistências dessa classe, em conjunto aos órgãos da lei em uma luta pelo respeito aos direitos conquistados e pela proteção das crianças.

⁴⁴ ZISMAN, Meraldo. **Nordeste Pigmeu**: uma geração ameaçada. Recife: OEDIP, 1987.

⁴⁵ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos Exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (zona da mata de Pernambuco, 1963-1973). Dissertação. Recife: UFPE, 2012.

⁴⁶ O conceito de *Classe* pode ser definido como a posição que o conjunto de indivíduos ocupa nas relações sociais de produção, exercendo funções específicas. Bottomore, aponta que para Marx e Engels, esta surgiu no seio do capitalismo, dividida entre burguesia e proletariado, ou seja, entre trabalhadores e capitalistas-proprietários de terras. E muito embora a maneira como a consciência de classe surge, divida opiniões a exemplo do que é debatido por Poulantzas e Lukács, Marx é categórico em defender que pela configuração de uma sociedade capitalista, os trabalhadores já compõem uma classe em relação ao capital. No contexto da pesquisa, o conceito é utilizado para se referir a duas classes distintas: a dos trabalhadores explorados *versus* a dos senhores de engenho e usineiros empregadores exploradores. Visto que, de acordo com seu sentido, se estes grupos distintos deveriam compartilhar o exercício das atividades profissionais e o modo de vida segundo Marx, logo os trabalhadores compõem-se enquanto classe por exercerem o trabalho pesado em condições de miséria em troca de uma remuneração da atividade produzida. Assim como os proprietários e administradores também se constituem enquanto classe, visto que detêm as terras e os meios necessários para o trabalho, não realizando as atividades, mas lucrando sobre os que as exercem.

⁴⁷ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 63.

⁴⁸ BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. São Paulo: Editora Zahar, 1988.

1.3 HISTÓRIA DA INFÂNCIA: CONEXÕES COM O MUNDO DO AÇÚCAR

Muito embora a discussão sobre os direitos das crianças venha crescendo no mundo inteiro, pode-se dizer como recente a preocupação de se olhar para esse grupo tão importante para a sociedade, assim como a iniciativa de prezar pela sua proteção. A obra pioneira, que abriu as portas para a reflexão e a historicidade do conceito de infância ao longo do tempo, foi a *História Social da Criança e da Família*⁴⁹ do historiador francês Philippe Ariès. Publicada pela primeira vez em 1960, o autor relaciona o surgimento do sentimento de infância como um produto do mundo moderno, inexistente no período medieval. Para Ariès, até a Idade Média, as crianças eram indistintamente inseridas no mundo adulto, adquirindo práticas que posteriormente não seriam consideradas próprias para o desenvolvimento infantil.

Segundo o autor, apenas com o início da mudança da família burguesa, enquanto instituição e modelo que inspirava puramente a transmissão de bens e do nome, para um local de função moral e espiritual - em conjunto com as transformações da instituição escolar -, que se cria então o sentimento moderno de família e o cuidado dispensado à partir deste momento para com as crianças⁵⁰. Não obstante, após seu pioneirismo, não demorou para surgirem outras pesquisas e abordagens com perspectivas que destoavam da apresentada de forma inédita por Philippe. Nos Estados Unidos, como evidencia Douglas Braga⁵¹, diversos foram os estudiosos, que buscaram contribuir com os estudos sobre a infância. Entre eles se destacam o psicanalista Lloyd deMause, defendendo a necessidade de compreensão entre a relação de pais e filhos - mais decisiva do que fatores econômicos em uma abordagem psicanalítica - para o possível entendimento do mundo, através de uma “teoria psicogenética da história”⁵².

Seguindo com as produções norte americanas, outros ainda continuam contribuindo para a historiografia, seja apontando inconsistências na obra de Ariès ou trazendo uma perspectiva totalmente oposta. Podem ser citados John Clarke, que indica as transformações na instituição familiar, mas não deixa de lado a contribuição que a religião possuiu, para as transformações sociais ocorridas a partir do século XVII, onde se acentuou a noção de crianças como sujeitos inocentes e puras. Braga, analisando a contribuição de Clarke, ainda observa a maneira em como essas mudanças sobre a visão da infância, se chocavam com a realidade de grande parte das crianças europeias do período, o que mais tarde culminaria na

⁴⁹ ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

⁵⁰ *Ibidem*. p. 277.

⁵¹ BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. **A infância como objeto da história**: um balanço historiográfico. Revista Angelus Novus. USP – Ano VI, n. 10, p. 15-40, 2015.

⁵² *Ibidem*. p. 19.

formação de políticas públicas para esse grupo nos séculos XIX e XX⁵³. Vale ainda destacar outros dois autores, o filósofo David Archard e Colin Heywood, que em suas pesquisas individuais chegaram a conclusões um pouco semelhantes sobre a percepção de que sempre tenha existido o conceito de infâncias ao longo da humanidade e nas diferentes sociedades, mas com a possibilidade de que essas possuíam concepções diferentes sobre esse estágio da vida⁵⁴.

Contribuições específicas à história, em âmbito internacional, também foram crescentes ao longo dos últimos anos. A infância, passou a ser objeto de interesse de estudos da história econômica, a exemplo da produção de Pat Thane que associa a ascensão do capitalismo⁵⁵ à necessidade de um maior controle das novas gerações que culminaria em um maior incentivo à escolarização para crianças⁵⁶; ou ainda a proposta de Peter Stearns, que propõe um “modelo moderno de infância”, originado de um maior distanciamento entre adultos e crianças à partir da vivência destes últimos nas instituições escolares⁵⁷. Michelle Perrot, também possui contribuições para a área. A historiadora identifica o século XIX como momento chave o período em que os filhos, sejam os mais novos ou os já considerados adolescentes, se tornam o centro da instituição familiar e da sociedade, ocupando um espaço afetivo - de forma amorosa positivamente, ou preocupante negativamente - e um local de expectativas em relação ao futuro da nação enquanto cidadão⁵⁸.

No Brasil, a história da infância também é considerada como uma área de pesquisa que despertou interesse recentemente. Uma prova disto, é o interesse crescente há poucas décadas atrás, dos estudos acadêmicos sobre a infância, as crianças e os jovens no país. Ainda

⁵³ *Ibidem.* p. 20.

⁵⁴ *Ibidem.* p. 23.

⁵⁵ O *Capitalismo*, se define como um sistema econômico de origem ocidental que se baseia na propriedade privada, com a separação do trabalhador dos meios de produção, e possui como fim a acumulação e o lucro. De acordo com a teoria marxista, se constitui em uma fase histórica e possui o capital como principal meio de produção. Porém, muito se discute sobre o período correto de demarcação de sua origem. Para alguns autores, este surgiu ainda durante o período Feudal, e transformou-se a partir da intensificação do comércio, gerando a divisão entre trabalhadores e a detenção dos meios pelos quais produziam. Para a pesquisa, este conceito traz diversas características básicas das configurações presentes nas relações de trabalho, e os fins da produção na região açucareira, que se encaixam no modo de funcionamento capitalista. Ocorre a perda de acesso à terra dos trabalhadores rurais, que passam a precisar vender sua força de trabalho, comprada pelo usineiro ou senhor de engenho capitalista, através do uso de dinheiro. E atende ainda aos propósitos de produção para a venda, materializado no produto do açúcar, e o objetivo da acumulação, através do controle financeiro. Tudo isto baseado também, no processo de divisão e parcialização do trabalho gerado pelo sistema capitalista, que aplicado à produção de açúcar se reflete em um processo repetitivo do corte da cana e do trabalho braçal realizado pelos trabalhadores, enquanto que para o explorador cabe controlar e deter todo o lucro.

⁵⁶ *Ibidem.* p. 24.

⁵⁷ *Ibidem.* p. 25.

⁵⁸ *Ibidem.* pp. 26-27.

que diferentes áreas como a sociologia, a psicologia, a educação e a história atualmente se debruçam sobre a infância, ao longo dos últimos anos dentro da academia, são poucos os textos mais amplamente conhecidos sobre a temática mesmo entre a historiografia. Uma produção que se tornou referência para os estudos do tema, é a obra organizada por Mary Del Priore, intitulada *História das Crianças no Brasil*⁵⁹. No livro em questão, reúnem-se diversos capítulos que buscam compreender as questões que perpassaram a infância em território nacional ao longo dos séculos: partindo do início da colonização portuguesa, até fins do século XX.

Um olhar que o livro busca evidenciar, é a existência de infâncias plurais no país, onde através das diferentes abordagens e realidades pesquisadas, são conhecidas as particularidades de crianças livres, esquecidas, escravizadas, brancas ou negras, meninos e meninas, e por fim as que estiveram submetidas ao trabalho rural infantil, recorte que interessa a essa pesquisa. Irene Rizzini viria ressaltar a necessidade de pesquisas nacionais sobre o tema, que até o início da redemocratização brasileira eram praticamente inexistentes⁶⁰. A mesma pesquisadora, ainda trabalha em outras obras, com uma perspectiva que une o olhar histórico ao campo jurídico, a exemplo da publicação intitulada *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*⁶¹. Aqui é evidenciado a visibilidade que as crianças ganham ao longo do século XX, vistas como sinônimo para o desenvolvimento do futuro do país, noção materializada com a criação do Código de Menores, presente no Código de Mello Mattos no ano de 1927⁶².

Irene Rizzini ainda aponta, porém, que o código possuía falhas visto que focava apenas na concepção do “menor abandonado e delinquente”⁶³, deixando de fora da salvaguarda da lei toda e qualquer criança que estivesse sobre cuidados dos pais, a exemplo das trabalhadoras. Estas, que são objeto de estudo também para Christine Rufino Dabat, Ana Dourado e Tereza Corrêa de Araújo, revelam que as crianças vivenciavam constante exploração, expostas a condições degradantes de vida e de risco à saúde, em consequência da condição de pobreza que viviam suas famílias. A pobreza, inclusive, aparece como condição decisiva para a presença de menores nos canaviais do país, onde através do que revela a

⁵⁹ PRIORE, Mary del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000. 2º edição.

⁶⁰ CARNEIRO, Têssia Gomes; MEDEIROS, Valéria da Silva; VAS, Braz Batista. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. – Rio de Janeiro – Vol. 14 – no 2 – MAI-AGO 2021–pp. 599-610.

⁶¹ RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

⁶² RIZZINI, Irene. **O século perdido**: Raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

⁶³ CARNEIRO, Têssia Gomes; MEDEIROS, Valéria da Silva; VAS, Braz Batista. p. *Op. cit.* p. 604.

antropóloga Neves

A questão que está em jogo é esta perversa forma de constituição das relações de trabalho e dos trabalhadores. A solução para a proteção à criança, não pode estar a ela circunscrita. Ela é parte de um grupo social e a este devem estar asseguradas as condições para vislumbrar algum tipo de resolução dos constrangimentos inerentes à posição. A violência que incide sobre as crianças é produto do baixo e irregular valor do salário, do desgaste prematuro dos pais, mas também do abandono institucional, que viabiliza o acúmulo das dificuldades e atribui ao salário finalidades às quais ele está longe de contemplar.⁶⁴

Logo, torna-se claro a urgência que o posterior ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente -, instituído apenas em 1990, possui para um avanço na garantia coletiva deste grupo. O ECA, veio em sentido contrário ao Código de Menores, que até o fim dos anos 1980 não acrescentava a esse grupo nenhum direito. Como foi visto anteriormente, para as crianças e adolescentes, a lei só se dirigia em caso de infrações. Logo, a partir dessa lógica, uma grande parcela da população brasileira estava desassistida de proteção, visto só ser reconhecida pelo Estado para receber punições. O Estatuto, ao contrário, inspirado pela Constituição Brasileira de 1988, passou a reconhecer os direitos que mais tarde seriam destinados às crianças e adolescentes do país, fruto das lutas sociais que buscavam pela visibilidade e real proteção a este grupo. Como seu próprio nome indica, trouxe como contribuição o reconhecimento e distinção das fases de infância e adolescência, assim como a defesa por lei aos direitos fundamentais da pessoa humana. Estes últimos se tornaram então reconhecidamente cidadãos, passando a ter assegurado o direito à educação, alimentação, saúde; assim como proteção contra a exploração, violência opressão, entre outras situações de risco.

Todavia, mesmo contando com proteção aos direitos básicos amparada pelas leis, presente na Constituição Brasileira de 1988 que vigora até o momento em que essa pesquisa é escrita, não foi o suficiente para a garantia real de acesso à alimentação, à escola, e à saúde básica. Como demonstram as pesquisadoras Christine, Ana e Teresa, não era incomum no nordeste brasileiro o uso de mão de obra infantil, justamente para burlar a fiscalização sobre o trabalho rural para a população adulta na Zona canavieira, após a Consolidação das Leis do

⁶⁴ NEVES, Delma Pessanha. **A pobreza como legado**: o trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. Revista de História Regional 6(2): 149-173, Inverno 2001. p. 149-174.

Trabalho (CLT)⁶⁵ criada ainda em 1943. A partir desse quadro, articulações como a promovida pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) criado em 1994, e amparado pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (UNICEF), vem se tornando cada vez mais essenciais para o combate a esse tipo de prática e exploração.

⁶⁵ DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Corrêa. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. *In*: PRIORE, Mary del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000. 2º edição. p. 409.

2 CONDIÇÕES DE VIDA DAS CRIANÇAS TRABALHADORAS

Partindo da lógica latifundiária monocultora capitalista, a produção de cana-de-açúcar como evidenciado anteriormente, se desenvolveu baseada na exploração da mão de obra abundante de famílias inteiras, que se viam desprovidas da posse de terra. E como objeto dessa pesquisa, neste capítulo, o objetivo será perceber e compreender como as crianças trabalhadoras foram afetadas por esse sistema. Entre as difíceis condições de vida às quais esses sujeitos estavam expostos, para os pequenos trabalhadores alguns fatores se destacam: a presença da fome, a desnutrição e o precário ou nulo acesso à escola. Submetidos à lógica do mercado, que como demonstra Mike Davis

são sempre “fabricados”. Apesar da ideologia difundida de que os mercados funcionam espontaneamente (e, como resultado disso, no capitalismo não há em quem pôr a culpa ou a responsabilidade, as coisas simplesmente acontecem desse jeito, através de mecanismos anônimos.), eles têm na verdade inextricáveis histórias políticas⁶⁶.

Revelando uma realidade que trazia consequências já previsíveis para camponeses da zona canavieira, pelos senhores de engenho e usineiros empregadores. Na verdade, tornou-se algo visivelmente planejado, visto que a organização desta classe, assim como um quadro no qual houvesse maiores possibilidades de acesso a direitos básicos de todo cidadão, incluindo aqui a educação e o sonho de se largar a “palha da cana”, foram historicamente sabotados através da repressão contra sindicatos e líderes trabalhistas.

2.1 A FOME

Para a fome que assolou durante décadas a região do Nordeste, mesmo após a aparente liberdade da classe camponesa, de conseguir seu sustento através do trabalho assalariado, Josué de Castro reconhece que “o fenômeno é chocante porque não se pode explicá-lo à base de razões naturais. As condições tanto do solo quanto do clima regionais sempre foram as mais propícias ao cultivo certo e rendoso de uma infinidade de produtos alimentares.”⁶⁷ Ou seja, em diálogo com a ideia defendida por Mike Davis acima, torna-se claro que o fenômeno da fome na Zona da Mata canavieira não foi uma mera coincidência, mas sim uma consequência direta e própria do uso das terras para a monocultura da cana. Para Josué de

⁶⁶ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: a criação do terceiro mundo**. São Paulo: Editora Veneta, 2022.

⁶⁷ CASTRO, Josué de. **Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 5º ed.

Castro ainda,

a exploração da cana-de-açúcar se processa num regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o humo do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida.⁶⁸

Logo, a terra era castigada até a exaustão em um regime de exploração e destruição das matas, do solo, gerando a impossibilidade de inserção de outras culturas que produzissem e facilitassem o acesso a alimentos. Como consequência, enquanto os senhores de engenho, usineiros e arrendadores de terras, viviam e enriqueciam às custas da abundância do açúcar, gerador de capital que propiciava a compra de produtos outros; aos trabalhadores escravizados e camponeses, sob estes fatores, restava a fome. Outro ponto que contribuiu para a carestia à qual a região ficou submetida durante séculos, foi o processo de concentração demográfica provocado pela própria monocultura⁶⁹. Em um regime de trabalho no qual se exigia o número abundante de mão de obra disponível, a concentração populacional nas zonas açucareiras, seria mais um agravante para as condições de fome que famílias inteiras estariam suscetíveis.

Não ao acaso, a principal fonte alimentar dos trabalhadores inicialmente em regime de escravidão e posteriormente assalariados, viria a ser a mandioca, mais especificamente a farinha de mandioca, posteriormente conhecida como “pão dos pobres”. O alimento - quando disponível, embora essencial -, priorizado por não possuir um cultivo trabalhoso e se adaptar bem ao solo e ao clima, viria se comprovar através de estudos, não ser a melhor fonte de proteínas, minerais e vitaminas. A realidade restritiva à alimentos que fornecessem um valor calórico, assim como os demais nutrientes necessários para a carga de trabalho à que os camponeses enfrentam, seria decisiva para as consequências vistas e comprovadas posteriormente sobre a saúde e o direito à vida desses trabalhadores. Transformando assim, a região em uma das zonas do país com um alto índice de subalimentação⁷⁰.

Com uma dieta baseada em farinha com feijão ou fava, e carnes secas como a charque, muitos camponeses passaram ainda a ser vistos como fracos ou preguiçosos, inclusive por outros trabalhadores. A questão é que “a moleza do *cabra de engenho*, a sua fatigada lentidão,

⁶⁸ *Ibidem.* p. 99.

⁶⁹ *Ibidem.* p. 119.

⁷⁰ *Ibidem.* p. 119.

não é um mal de raça, é um mal de fome”⁷¹. Um mal que não se restringia apenas aos adultos. Uma das piores consequências e faces da fome, é que esta acaba se configurando como um problema estrutural. Se os chamados “mais velhos”, vivem uma situação de restrições à uma qualidade de vida digna, que de maneira geral envolve o acesso a condições justas de trabalho e saúde, os “pequenos” também se tornam vítimas das restrições às quais a família é submetida. As crianças, na realidade, são talvez as mais afetadas, visto os cuidados necessários e uma boa base para seu desenvolvimento físico, mental e social.

A fome, ainda podia ser imposta de forma ainda mais escancarada, através de espaços de poder como o barracão. Este, funcionando como um estabelecimento mais próximo onde os trabalhadores rurais poderiam comprar seus suprimentos - por se situar dentro dos limites dos engenhos - , refletia de forma clara os abusos cometidos contra a mão de obra canavieira. Christine Rufino Dabat, compartilha que o barracão era a materialização do poder do proprietário sobre a vida de seus trabalhadores, um espaço que carecia de fiscalização do Estado e se constituía como mais um instrumento de repressão e morte. Além de ser realizada a prática de venda de um produto mais barato (o peixe) com base no preço de outro mais caro (a carne), também eram aplicados preços excessivos nos demais alimentos que necessitavam consumir. Como reflexo, a historiadora através de relatos orais obtidos dos próprios trabalhadores, partilha com o leitor a ocorrência de casos de mulheres da zona canavieira que faleceram em decorrência de má qualidade dos alimentos disponibilizados nesses locais⁷².

Em um testemunho que transmite bem o sofrimento infantil, frente à exploração promovida pelo lucro da cana-de-açúcar e a necessidade do trabalho dos pequenos, se encontra o de Gregório Bezerra. Criança no início do século XX, por volta dos 6 anos inicia sua labuta nos engenhos acompanhando sua família. Relembrando sua realidade ainda recém nascido, destaca sua relação com a fome desde o início de sua vida:

Fui assim uma criança gerada com fome no ventre materno. Sim, porque minha mãe passava fome, e eu só podia nutrir-me de suas entranhas enfraquecidas. Nasci faminto e faminto fui vegetando e crescendo ao léu da sorte. Não havia leite, nem materno nem de gado. Como alimento, minha mãe empurrava-me pela boca um pouco de farinha de mandioca com rapadura⁷³.

⁷¹ *Ibidem*. p. 129.

⁷² DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2012. 2ª ed. revisada. p. 500-501.

⁷³ BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Ed. Ampliada e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 17.

Nas recordações de Gregório, se provam a dureza da realidade a qual essas crianças viviam em decorrência da monocultura e do latifúndio instituído em Pernambuco. A infância era repleta de privações, mesmo durante a formação do feto e no pós parto, visto a má alimentação das mães e impossibilidade de amamentar pelas condições impeditivas da produção de leite materno.

Ainda na década de 1910, o Gregório Bezerra criança traz mais lembranças, agora voltadas para sua labuta diária de trabalho no engenho. Com o início da atividade assalariada, sua ocupação consistia em ser ajudante de mestre carreiro, juntando bois, e

a outra tarefa era carregar os feixes de cana até o carro, [...] Eu sentia dificuldade em transportá-los porque eram muito pesados para as minhas forças, mas os levantava e depois abaixava-me e puxava-os para a minha cabeça e os transportava até o carro. Vez por outra, escorregava nas palhas ou nos olhos da cana e caía com feixe e tudo.⁷⁴

Aqui são evidenciados o quanto os canaviais eram ambientes incompatíveis com a infância e o ser criança. Visto que a realidade impunha o trabalho na vida de crianças camponesas, com Gregório Bezerra, é evidente o quanto a atividade à qual tinha sido atribuído era incompatível com o corpo infantil. Exigindo forças que as crianças não poderiam possuir para certo exercício, e sob o risco constante de acidentes. Entre as outras privações às quais os trabalhadores estavam expostos, independente da idade, também se incluíam a falta de materiais de proteção contra o calor excessivo e os riscos de acidentes nos canaviais.

Figura 2: Juca Martins, 1979. Criança segurando feixe de cana na Zona da Mata, em Pernambuco.⁷⁵

⁷⁴ *Ibidem.* p. 44.

⁷⁵ Disponível em:

<https://www.facebook.com/jucamartins/photos/pb.100063561162970.-2207520000/5334917513190854/?type=3&locale=pt_BR>. Acesso em: 24 de mai. de 2023.



Na figura 2 acima, fotografia⁷⁶ produzida décadas depois da infância de Gregório Bezerra, pode-se ter uma noção de como essa atividade era realizada. Um menino aparece no centro da imagem segurando sobre o braço direito um feixe de cana já cortado e amarrado. Utilizando um boné, uma blusa que lhe cobre apenas o peito pela aparente falta de botões - além de ser perceptivelmente um número menor do que o ideal para seu corpo, e uma calça - todos de aspecto puído - , a criança olha diretamente para o fotógrafo. Com uma expressão séria que denuncia também o esforço realizado na tarefa, se nota a postura inclinada em um equilíbrio que vacila com o peso da cana. Ao seu redor, pelo chão, se espalham vários pés de canas já cortados que ainda serão organizados. Um pouco mais atrás aparecem outros três trabalhadores, o que está próximo ao fotógrafo também se destaca de costas, realizando o trabalho. Os outros dois mais distantes, se confundem com o canavial ainda a ser cortado, que compõem todo o fundo da foto.

⁷⁶ Esta fotografia, assim como as demais imagens presentes neste trabalho, podem ser um dos instrumentos utilizados em sala de aula por historiadores e professores da educação básica. As fotografias se configuram como fontes históricas que podem contribuir para a historiografia, o saber histórico e crítico, indo além do antigo uso como mera ilustração ou de um registro que teria o poder de comprovar um acontecimento. Hoje, já se possui a percepção de que, por se constituir em um objeto produzido pelo homem, assim como outras fontes históricas, esta também é permeada de intencionalidades, pontos que devem ser explorados em uma análise feita em aula. Neste sentido, para além da observação dos elementos registrados na imagem, questões como: quem produziu a imagem, o momento em que a fotografia foi realizada, locais de circulação e público leitor, auxiliam na leitura e compreensão da fonte. Para saber mais, ver: MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, p. 73-98.

Ao observar a foto, o leitor consegue ter uma melhor percepção de como era a vida nos canaviais. Local em que trabalhadores, mesmo adultos, se tornavam pequenos ao lado do “mar de cana” que os aguardava. Onde crianças trabalhadoras como o menino fotografado, realizavam suas tarefas sem nenhum equipamento de proteção e sob um sol escaldante. Embora acompanhadas de seus pais ou familiares, se expunham constantemente aos riscos do trabalho que exerciam, com pés descalços e mãos desprotegidas. Carregando um peso que por vezes seus corpos magros não suportavam.

O escritor Gregório Bezerra relata como, embaixo de sol escaldante, trabalhou sem ao menos um chapéu para o proteger da insolação, recebendo posteriormente, um grande demais para sua estatura e tamanho⁷⁷. E mais: segundo ele, o trabalho no eito⁷⁸ era rígido a ponto de movimentos como o de levantar a cabeça mesmo para respirar melhor, ser controlado pelo cabo supervisor dos trabalhadores⁷⁹. Até a possibilidade de se hidratar, em um trabalho que se fazia em um ambiente extremamente quente, também era controlado, sendo possível apenas ao chegar no fim da extensão do canavial⁸⁰.

Já mais velho, a fome retorna como um perigo que ronda constantemente a vida da população e dos trabalhadores rurais. Gregório Bezerra, entre seus seis e sete anos, descreve como se iniciavam seus dias no serviço.

Eu ficava dormindo. Ela vinha [a mãe], me levantava da esteira com toda ternura. Lavava-me o rosto e dava-me um gole de pinga , pois, segundo ela, servia para dar-me coragem e espantar o frio. Realmente, eu tomava um gole de pinga e o sangue invadia-me o rosto e as orelhas⁸¹.

Neste trecho, sua mãe aparece como apoio para enfrentar o trabalho duro que viria pela frente ao longo do dia. Mas o que chama a atenção na passagem, é o consumo de “pinga”, conhecida também por aguardente ou cachaça, que assim como a farinha de mandioca, se tornaria uma das bases alimentares dessa classe. Francisco Julião, ressalta a consequente dependência que o camponês trabalhador passa a desenvolver com a bebida. Com a ausência de outros meios a que se alimentar e suprir as calorias necessárias - perdidas diariamente no trabalho pesado -, a

⁷⁷ *Ibidem.* p. 39-40.

⁷⁸ A palavra eito, se refere à extensão de terra que deveria ser trabalhada para o início da plantação, sendo limpa ou roçada com o auxílio de foices ou inchadas, por exemplo.

⁷⁹ BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Ed. Ampliada e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 43.

⁸⁰ *Ibidem.* p. 43.

⁸¹ *Ibidem.* p. 45.

cachaça, encontrada com facilidade, acaba por se tornar um escape e um dos poucos prazeres do camponês. Para Julião

A cachaça é uma criminosa, uma delinquente, uma fora da lei, desde que deixa as serpentinas dos alambiques, já impregnada de sais de chumbo, até que desmoraliza, encarcera, enlouquece e mata sua vítima. Seu conluio com o latifúndio é tão estreito, sua ajuda tão necessária a manutenção e a continuidade dele, que, no dia que venha a ser desfeito esse conluio, ter-se-á desferido sobre ele um golpe violento capaz de socavá-lo em seus alicerces mais profundos⁸².

Dessa maneira, não é difícil perceber o quanto o trabalhador rural acaba se tornando refém de substâncias produzidas e distribuídas pelos próprios latifundiários, subproduto da cana, que assim como o açúcar, tem o poder de tornar dependente quem o consome e degradar sua saúde. Realidade que deveria e poderia ter sido diferente em essencial para as crianças trabalhadoras, mas que era na verdade incentivada, visto a necessária permanência da exploração em prol do lucro capitalista e da manutenção do espaço de poder pela luta de classes.

Porém, era de se esperar que essa realidade houvesse mudado tantas décadas depois, e que os avanços investidos em maquinários tivessem melhorado também a vida dos camponeses. Todavia, a realidade entre as décadas de 1980 e 1990 continua semelhante ao início do século. É sabido que, com os anos da Ditadura Civil Militar, a luta por reivindicações de direitos dos trabalhadores do campo sofreu grande repressão e mesmo retrocessos. Isso se reflete inclusive no acesso ao conhecimento que poderia promover um melhor desenvolvimento das crianças da Zona Canavieira. Dados publicados na Revista Comuni Campos da UFPE, já no ano de 1996, em pesquisa organizada pelo Centro de Ciências da Saúde, revelam que a Zona da Mata, continuava sendo o local onde mais havia a incidência de mortalidade infantil. Ainda segundo a publicação, em 1989, dados da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição, revelavam que “as mães brasileiras dão de mamar a seus filhos por uma média de 134 dias, quando o ideal deveria ser no mínimo, 180 dias. Em Pernambuco a situação se agrava, e cai em média, para 90 dias.”⁸³

Outra informação importante que a fonte disponibiliza é a percepção que essas mães possuíam para que não realizassem a amamentação no período correto:

⁸² JULIÃO, Francisco. **Cambão**: a face oculta do Brasil. Recife: Editora Bagaço. 2013. p. 85.

⁸³ HENRIQUES, Carolina. **Crianças da Zona da Mata mamam menos e morrem mais**. Comuni Campos: UFPE, N° 17, Set. 1996. pp. 4-5.

O principal motivo alegado pelas mães para o desmame precoce foi que elas se sentiam fracas e achavam que seu leite não era o suficiente para satisfazer a fome do seu filho. Para quem pensa assim os médicos dão um alerta: as mães devem se alimentar bem durante a amamentação, pois há um grande gasto de energia na produção do leite.⁸⁴

O que pode ser concluído com os dados divulgados é que, na Zona Canavieira, a precariedade alimentar ainda era uma realidade visível, visto a contínua concentração do uso de terras para o plantio da cana, assim como a baixa acessibilidade e poder econômico das famílias, para que pudesse comprar alimentos mais variados e que lhes fornecessem as vitaminas e nutrientes necessários. Para as mães que necessitavam trabalhar nos canaviais, ainda pode se inserir um outro fator que explique a redução na amamentação e a sensação de fraqueza: o trabalho pesado que deveriam cumprir para tentar mais uma vez, garantir a sobrevivência familiar. Unindo assim, o grande gasto calórico e energético, somado à necessidade constante de se dedicar a outras atividades que não a amamentação, as crianças ficavam expostas ao desenvolvimento de problemas de saúde e novamente, à fome.

Com base nessa realidade, iniciativas que pregavam a propagação do conhecimento, informação e suporte à essas mães, passaram a ser promovidas por estudiosos do tema. Já nos anos 1970, Nelson Chaves se tornou uma das referências ao perceber e defender que uma das bases para a solução da mortalidade infantil e da fome que essas crianças passavam, era de fato propagar ações que incentivassem e promovessem melhores condições de vida para as famílias, e em especial, às mães camponesas. Ele defendia um aprendizado voltado para nutrição, higiene e educação geral⁸⁵, por exemplo. Assim como também propagou o combate ao desmame precoce, visto que a prática favorecia o surgimento do kwashiorkor, definida pelo médico com uma carência proteica e calórica que provoca o envelhecimento precoce; e o marasmo, definido pela perda de gordura e massa magra.⁸⁶ Em uma realidade onde apenas o leite materno possui imunoglobulina, capaz de fornecer anticorpos para recém nascidos⁸⁷, prevaleciam na infância então, um estado de desnutrição de 1º e 2º graus, e uma imunidade baixa que dava margem para a alta mortalidade⁸⁸.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 4.

⁸⁵ COSTA, Maria Christina Malta de Almeida; LAGO, Eunice Salzano (org). **Nelson Chaves - o homem além do tempo**: A palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. p. 51.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 53.

⁸⁷ HENRIQUES, *op cit.*, pp. 4-5.

⁸⁸ COSTA, *op. cit.*, p. 156.

Um dos fatores que eram um ponto de partida, para o estado de atenção que se deveria ter ainda com a nova geração, era justamente a relação constatada entre gerações anteriores que já haviam crescido e vivido sofrendo com a desnutrição. Essas mulheres, que haviam tido um desenvolvimento físico retardado, já possuíam a tendência à ter filhos abaixo do peso que também houvesse um atraso no seu próprio processo de desenvolvimento⁸⁹, como estatura, peso, diâmetro e comprimento das pernas abaixo do esperado⁹⁰. Para além, tanto mulheres quanto homens, os pais dessas crianças da Zona da Mata canavieira, também enfrentavam uma luta constante contra a sudorese, quando “em exercício intenso, sob clima quente e úmido, um indivíduo poder perder 4 litros de suor/hora”⁹¹. Restritos, por vezes diariamente, à uma dieta ausente de proteínas suficientes, gorduras, vitaminas e sais minerais⁹², se desenvolvia continuamente a fome e a desnutrição entre pais e filhos.

Dessa forma, quando conseguiam superar os primeiros meses e anos de vida, as crianças logo eram incorporadas ao trabalho nos canaviais, na busca por tentar superar a fome, sua e de sua família, incluindo aqui pais e irmãos também menores. O relatório publicado pelo Centro Josué de Castro: Estudos e Pesquisas (CJC), intitulado “*Criança, cana, trabalho*”⁹³, de 1992, com dados levantados através de entrevistas com 16 líderes sindicais de municípios da Zona da Mata. Mas com foco no município de Ipojuca, localizado na Zona da Mata Sul do estado, revelam dados importantes para a presença das crianças nos canaviais. No documento, é constatado que, entre os entrevistados, 86,5%⁹⁴ confirmam a presença dos menores e adolescentes como mão de obra. Aqui, já se pode perceber a distância entre o que era garantido e defendido por lei e o que acontecia na prática, nos interiores do estado, visto que, como o próprio relatório reforça, a presença desse grupo era clandestina. Pelo alto número de líderes que reconhecem essa presença, também fica nítida a recorrência desse emprego de mão de obra.

Porém, um outro dado bastante importante acaba reforçando o que foi explicitado anteriormente nesta pesquisa. Entre as opções que aparecem como a possibilidade de contratação dessa mão de obra, contra 6,35% por meio de empreiteiros, 12,50% de contratação pela empresa e 56,25% que não foi especificado, entre as maneiras as quais essas

⁸⁹ *Ibidem*, p. 183-184.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 188.

⁹¹ *Ibidem*, p. 138.

⁹² *Ibidem*, p. 150.

⁹³ SOARES, José Arlindo; MELO, Álvaro A. Vieira de; LOURENÇO, Nanci; WANDERLEY, Tereza Cristina. **Criança, Cana, Trabalho**. Recife: Centro Josué de Castro Estudos e Pesquisas, 1992.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 6.

crianças chegam aos canaviais, a especificada com maior porcentagem é a situação em que os pais levam as crianças para ajudá-los com 25%⁹⁵ das respostas. Ou seja, fica nítido aqui um ponto já bastante defendido de que, boa parte inicia sob a supervisão dos pais, seja pela tentativa de aumentarem a renda familiar onde 56,25% respondem como causa para as crianças trabalharem. Ou ainda, vale lembrar, por ser uma das únicas possibilidades de que estejam acompanhados e fazendo uma atividade vista como formadora de moral proporcionada pelo início do trabalho enquanto futuros adultos e trabalhadores.

A taxa de 56,25% dos que não especificaram a forma como essas crianças se inserem neste ambiente de trabalho, também se destaca e chama a atenção. Na medida em que a incidência de crianças nesses espaços era bastante alta, a tendência a não especificar a maneira como os menores chegavam a essa ocupação, intriga, visto que pode apontar para falhas na articulação por parte dos sindicatos, de compreender melhor essa prática. Além de dificultar o fomento de medidas que combatam essa atividade, e promovam uma visão outra que não seja do uso de mão de obra infantil em atividades insalubres e que possibilitem às crianças serem de fato crianças, e terem seus direitos respeitados. Todavia, quando questionados sobre a opinião que possuíam em relação à essa realidade, 81,25%⁹⁶ afirmaram ser contrários a presença de menores trabalhadores nos canaviais. Entretanto, 43,75%⁹⁷ associaram as consequências do trabalho de crianças e adolescentes, não como ruim para os menores, mas sim como “ruim para o sindicato”. O que novamente provoca reflexão quanto ao real entendimento do quão perversa e prejudicial era a naturalização do trabalho infantil para crianças e jovens.

Entre outros fatores, não obstante, a terceira causa que mais foi apontada para o trabalho infantil na Zona da Mata canavieira foi a fome, por 12,50%⁹⁸ dos entrevistados. Por constar como um dos motivos mais citados, se constata a carência a que grande parte dessas famílias ainda vivenciavam, assim como faz compreender as consequências que essas passaram a sentir posteriormente. Como as doenças e a impossibilidade de frequentar espaços de ensino institucionalizado - que serão tratados a seguir, onde associados à garantia dos direitos mínimos de alimentação e saúde, seriam capazes de garantir de fato, um futuro melhor e mais justo para esse grupo.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 7.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 7.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 8.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 8.

2.2 A DESNUTRIÇÃO

A desnutrição e a subnutrição, em consequência da fome gerada pela privação de uma alimentação que satisfizesse as necessidades do organismo do recém nascido, assim como de crianças, jovens e adultos, foram as causas de mais problemas as quais as famílias de camponeses precisavam conviver diariamente. Entre eles, os mais comuns seriam a constatação da baixa estatura da população nordestina e da Zona da Mata canavieira, as doenças provocadas por avitaminoses, e em casos mais extremos, a mortalidade infantil. Josué de Castro associa o baixo grau de crescimento da população à carência de proteínas⁹⁹, problemática que foi bastante estudada em decorrência das implicações que essa situação provocava no desenvolvimento dessa população.

Meraldo Zisman, também foi um dos pesquisadores que buscaram entender as origens desse fenômeno, constatando que

A diminuição da estatura da criança, que está empurrando o nordestino para o nanismo nutricional, se dá através de equação muito simples: sem comida suficiente, não há crescimento ou o crescimento é mais lento, fato que se agrava de geração para geração. [...] Mais grave ainda, gestante e recém nascido sem alimentação mínima adequada, a criança fica exposta a deficiências mentais irreversíveis porque, como sabemos, a célula nervosa não mais se recompõe após sofrer uma lesão¹⁰⁰.

José Marcelo Marques, complementa a discussão sobre o nanismo com sua contribuição. Além da constatação sobre a diminuta estatura que a população da Zona canavieira vinha apresentando, e que já vinha sendo estudada, como mostrado acima, o autor observa que a desnutrição rendeu aos trabalhadores rurais da Zona da Mata o “epíteto de *Homens Gabiru*”¹⁰¹, sendo considerados até mesmo como uma nova espécie pelas matérias publicadas em jornais como *A Folha de São Paulo*, e pesquisas promovidas por pesquisadores do CJC. Entre os anos de 1991 e 1997, outros veículos como a revista *Veja* e o jornal *Diário de Pernambuco*, mostraram ao mundo como o cortador de cana Amaro João da Silva, precisava tentar se alimentar de rato do mato para tentar sobreviver; ou mesmo como ele e sua esposa

⁹⁹ CASTRO, Josué de. **Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 5ª ed. p. 129.

¹⁰⁰ ZISMAN, Meraldo. **Nordeste Pigmeu**: uma geração ameaçada. Recife: OEDIP, 1987. p. 15.

¹⁰¹ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos Exauridos**: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (zona da mata de Pernambuco, 1963-1973). Dissertação. Recife: UFPE, 2012. p. 102.

priorizam os filhos¹⁰², para que estes no processo de desenvolvimento ocorrido na infância, tivessem os efeitos da desnutrição e da fome, amenizados. E muito embora, como José Marcelo Marques observa, essas matérias não divulgassem as causas provocadoras dessa situação vivida por essa família, em 1998 em outro material publicado pela *Veja*, é percebido que com a melhoria do acesso a alimentação, o próprio filho do “*Gabiru*” havia ultrapassado a estatura do pai, o que refutava a teoria desse encolhimento populacional como consequência natural¹⁰³.

Comprovada a relação entre a carência à qual essas crianças estavam submetidas em decorrência das condições de suas mães e famílias, torna-se ainda mais necessário compreender a maneira como essa classe e esses indivíduos sofriam consequências da configuração social e econômica. Ainda com relação aos problemas mais comuns em decorrência dessas condições e privações nutricionais, com consequências graves, tinha-se como exemplo as provocadas pela falta de ferro no organismo. Com uma dieta restrita a feijão e farinha - caracterizada por uma monotonia alimentar¹⁰⁴ -, por vezes com pouca ou nenhuma carne, a anemia¹⁰⁵ fazia várias vítimas, entre adultos e crianças. Muito embora, nas últimas décadas do século XX, as crianças encontradas trabalhando nos canaviais tivessem em média entre os 7 e 13 anos¹⁰⁶, na sua primeira infância, - nos anos iniciais após o seu nascimento -, estudos de 1971 mostram que, entre os 0 e 4 anos de idade, apenas 30% dessas crianças se encontravam em um estado nutricional normal¹⁰⁷.

José Marcelo Marques, demonstra como ainda na década de 1970, esses trabalhadores buscavam burlar a carestia de alimentos e pobreza nutricional, exercendo atividades de caça e pesca na entresafa¹⁰⁸. Porém, mesmo essas atividades eram prejudicadas também pela monocultura da cana, visto que a fauna era dizimada simultaneamente à destruição da mata nativa e com isso os animais desapareciam. Além da diminuição de peixes nos rios e do risco de contaminação de seu consumo¹⁰⁹, em decorrência da sua poluição pelo vinhoto¹¹⁰. Outras

¹⁰² *Ibidem*, p. 103.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 104.

¹⁰⁴ COSTA, Maria Christina Malta de Almeida; LAGO, Eunice Salzano (org). **Nelson Chaves - o homem além do tempo**: A palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007. p. 39.

¹⁰⁵ CASTRO; LAGO, 2005, p. 139.

¹⁰⁶ ARAÚJO, Tereza Wanderley. **Trabalhadores invisíveis**: crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco. p. 263.

¹⁰⁷ COSTA; LAGO. *Op cit.*, p. 45.

¹⁰⁸ FERREIRA FILHO, 2012. p. 118.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 118.

¹¹⁰ Substância pastosa e mal cheiro, gerada a partir da fermentação do caldo de cana-de-açúcar.

alternativas seriam o consumo de cachaça, já citado nesta pesquisa e a prática de chupar cana, mas escondidos, pois eram comuns castigos e penalidades¹¹¹ para os trabalhadores que fossem pegos consumindo o produto de seu trabalho.

Problemas históricos que, ainda na década de 1980, ao contrário do que se poderia imaginar, continuaram a fazer parte da realidade de muitos e para muitos. Dessa forma, outro fator importante para a manutenção desse quadro entra em questão. Se em um primeiro momento, na Zona Canavieira Pernambucana, enfrentava-se o problema da escassez de outros alimentos para consumo em decorrência da monocultura voltada para produção de açúcar, um segundo obstáculo para a população pobre rural proletária era a baixa renda.

Um outro dado que exemplifica a pobreza crescente da maioria da população é o percentual do salário-mínimo necessário para a aquisição de uma ração essencial mínima para apenas uma pessoa. Em abril de 1982, a compra dessa ração mínima comprometia 70% do salário mínimo; percentual que cresceu para 73% em abril de 1983; passando, em abril de 1984, para 118%; e ficando, em abril de 1985, em 93% do salário-mínimo.¹¹²

Aqui pode-se compreender a discrepância entre a renda real dessas famílias do estado, para com os gastos necessários destinados à sua mínima sobrevivência. Através destes dados, se entende a necessidade constante de menores trabalhando em condições insalubres, na tentativa de aumentar o ganho da família, visto que recebiam um valor menor por serem crianças, e tinham seu pagamento conjunto ao do adulto fichado.¹¹³

Além da baixa remuneração, as crianças não estavam imunes aos acidentes de trabalho. Afora a contínua ausência de EPI (Equipamento de Proteção Individual), as condições insalubres contribuíam também para a incidência de crianças e adolescentes acidentados, como mostra a figura 3, a seguir. Entre os acidentes de agosto de 1990 em apenas uma única usina, 25% eram menores de idade, sendo 13,74% entre 13 e 17 anos, com as causas mais recorrentes e provocadoras de acidentes, o manuseio de foices e facas¹¹⁴.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 118.

¹¹² ZISMAN, 1987. p. 126.

¹¹³ SOARES, José Arlindo; MELO, Álvaro A. Vieira de; LOURENÇO, Nanci; WANDERLEY, Tereza Cristina. **Criança, Cana, Trabalho**. Recife: Centro Josué de Castro Estudos e Pesquisas, 1992. p. 6.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 9-10.

Figura 3: Iolanda Huzak, 1993. Mão de jovem que se acidentou cortando cana-de-açúcar. Ipojuca-PE.¹¹⁵



A pesquisa ainda destaca que, as partes mais atingidas eram mãos e braços, com uma porcentagem de 46,5%, e pés e pernas, com 37,2% dos casos, ambos do lado esquerdo¹¹⁶, como mostra a fotografia acima. O saldo desses números podia gerar para além das marcas e cicatrizes nos corpos de trabalhadores, sequelas para o resto da vida, assim como amputações, tendo em vista a gravidade do acidente, ou mesmo em casos mais graves, o óbito. As mortes se davam não só pela gravidade do ferimento, mas principalmente pela ausência de primeiros socorros nos canaviais, já que as usinas e engenhos não garantiam ao trabalhador ambulâncias para se encaminhar aos hospitais mais próximos. Nas usinas, ainda podia se encontrar enfermarias, mas o trabalhador do corte da cana não tinha acesso ao atendimento, apenas os industriais. Dessa forma, os primeiros cuidados eram ministrados pelos próprios companheiros de trabalho, o que pela falta de higiene local, podia piorar o quadro.¹¹⁷

Cotidianamente, mesmo para situações menos emergenciais, os trabalhadores se viam desamparados quanto ao atendimento e acompanhamento médico. Em municípios da Zona da

¹¹⁵ Disponível em:

<<https://www.iolandahuzak.org/trabalho-infantil?pgid=ksp1kfzs-0fe6757b-bb9e-4baf-87a0-53615487ddfa>>

Acesso em: 24 de mai. de 2023.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 10.

¹¹⁷ FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. 2016. Tese (Doutorado). Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. p. 189.

Mata Sul, como Escada e Ipojuca, nos anos de 1987, de acordo com dados divulgados pelo Governo do Estado de Pernambuco, não havia atendimento médico ou odontológico, nem a disponibilidade de postos de saúde. Para a locomoção, a usina só costumava disponibilizar transporte em temporada de moagem da cana.¹¹⁸ Segundo a mesma pesquisa ainda sobre 1987, essa realidade não era restrita apenas a região sul, mas à toda Zona da Mata do estado, já que

i) era raro encontrar postos de saúde nos engenhos da Mata Sul; ii) era frequente postos médicos fechados por meses e, às vezes, por anos; iii) a baixa remuneração dos trabalhadores inviabilizava a aquisição de medicamentos nessas áreas e iv) na maioria dos engenhos inexistia qualquer tipo de equipamento de saúde.¹¹⁹

Logo, as crianças tinham a tendência a estarem mais expostas a essas situações de risco pela falta de experiência e habilidade no exercício executado¹²⁰, somado a ausência de instrumentos de trabalho que tivessem compatibilidade com o seu tamanho. A exemplo da realidade retratada na figura 4, ocupando uma posição ilegal dentro dos engenhos e das usinas de açúcar, trabalhava com roupas ou calçados - quando possuíam, além de foices e facas pesadas ou de cabos longos, que já representavam um desafio por si só, manuseá-los.

Figura 4: Juca Martins. 1979. **Menino sobre palha de cana na Zona da Mata, Pernambuco**¹²¹.



¹¹⁸ PERNAMBUCO, 1987, , p. 181 *apud* FERREIRA FILHO, 2016, p. 197.

¹¹⁹ PERNAMBUCO, 1987, , p. 181 *apud* FERREIRA FILHO, 2016, p. 199.

¹²⁰ *Ibidem*, p. 188-189.

¹²¹ Disponível em:

<https://www.olharimagem.com/image?&_bqG=33&_bqH=eJyrMq_wKU5OTfVIza8KKTKrSvN1rwoqTos3LUi2MjazMjl1sDI0AAIrz3iXYGfbrNLkRO3cxKKSzLxi7eTEvEQ1sHi8o5.LbQmQHRrsGhTv6WibCtJj4FFuUOkY4ewfkq8W7.gcYlucmliUnAE Ae5Aktg--&GI_ID=>>. Acesso em: 24 de mai. de 2023.

Na fotografia acima, se observa um garoto sentado sobre a palha da cana que já foi cortada. O menino, sem camiseta ou qualquer calçado, veste apenas um short curto. Na mão direita, segurando em frente ao seu corpo, se destaca a foice, instrumento de trabalho comum no corte da cana-de-açúcar. Mas nesta imagem, seu olhar não segue as lentes da câmera, na verdade, é como se estivesse alheio ao fato de estar sendo fotografado, olhando de perfil por sobre o ombro, com uma expressão um tanto resignada para algo ou alguém que não está presente no registro. Para além da criança e a foice, outro detalhe ainda chama a atenção: os feixes de cana já cortados e amarrados em sua frente, onde se contabilizam ao menos três. Ao observar a imagem, o leitor consegue notar certo tom de denúncia e crítica por parte do fotógrafo. Em um registro que novamente destaca a falta de proteção que esses pequenos enfrentavam diariamente nos canaviais, com membros expostos a machucados, arranhões e cortes, como são visíveis nas pernas da criança presente na fotografia. Além das péssimas condições de trabalho e a clara desproporção entre trabalhador e instrumento de trabalho, é impossível não sentir o perigo e a dureza do canavial.

Ainda na década de 1990, mais especificamente entre os anos de 1992 e 1993, dez anos após o momento em que foram coletados os dados acima, o CJC divulgou um novo levantamento sobre a inserção das crianças no trabalho dos canaviais. Aqui, a realidade infelizmente não se diferenciava muito da vivida em 1980. Agora, em famílias com a média de 6,94% pessoas, a renda conjunta de todos os integrantes era apenas de um terço do salário mínimo, também podendo ser definida como “23 dólares ou ainda 58,63% do valor da Ração Essencial Mínima por pessoa”.¹²² Segundo Thereza Araújo, os dados revelam também que para que essas famílias conseguissem se alimentar de forma suficientemente bem, a renda deveria ser na realidade em torno de 3,9 salários mínimos da época¹²³.

Ainda neste mesmo ano, no entanto, apenas 19,40%¹²⁴ dessas famílias de trabalhadores dos canaviais, recebiam o salário justo para que pudessem garantir uma alimentação que estivesse de acordo com suas necessidades. Ao restante então, uma porcentagem assustadoramente alta de 80,59%¹²⁵, cabia sobreviver em condições abaixo da linha da pobreza. Dessa maneira, quais eram as reais chances e possibilidades dessas crianças possuírem seus direitos garantidos, incluindo aqui o acesso à escola e educação? Mesmo

¹²² ARAÚJO, Teresa Cristina Wanderley Correia de (coord.). **Trabalhadores invisíveis**: crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. Recife: Centro de Pesquisas Josué de Castro, mimeo, 1992/1993. p. 261.

¹²³ *Ibidem*. p. 262.

¹²⁴ *Ibidem*. p. 262.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 262.

possuindo um fácil acesso, havia condições físicas e de tempo disponíveis para se dedicar a tal atividade? É o que será respondido a seguir.

2.3 EDUCAÇÃO PARA QUEM?

A falta de acesso ao ensino formal, em um espaço institucionalizado, foi um dos problemas mais recorrentes entre as crianças da Zona Canavieira pernambucana. Assim como as outras questões levantadas e apresentadas anteriormente, a ausência dos menores nas salas de aula era vista como algo recorrente e mesmo “normalizado” em parte, visto as divisões de classe que sempre estiveram presentes na sociedade brasileira. Ao contrário de um desenvolvimento pautado na instrução escolar, o país desenvolveu principalmente para as classes mais baixas, a visão do trabalho como edificadora, para manutenção de lugares comuns que eram esperados que essa classe ocupasse, incluindo aqui os filhos destes sujeitos. Ainda no início do século XX, a partir dos anos 1900, o Brasil mesmo passando por transformações políticas e sociais, após a Proclamação da República, ainda possuía intrincado no imaginário social, as heranças de práticas escravistas e segregadoras. E como previsto, com a educação não era diferente.

Para muitas crianças e jovens, os estudos foram na verdade, o início no trabalho. Realidade que em Pernambuco, não atingia apenas a Zona da Mata, mas era algo frequente em todo o estado para as famílias pobres. Gregório Bezerra compartilhou com o leitor de sua autobiografia: “O meu jardim de infância foi o trabalho na preparação de roçados”.¹²⁶ Mais velho, já trabalhando no engenho de açúcar junto à sua família, ele revela o interesse que possuía pelos estudos, a vontade que tinha de aprender:

Eu gostava de ouvir os garotos a cantarem e decorarem suas lições de alfabetização e de tabuada. Foi não foi, eu estava ouvindo e, às vezes, fazia a minha cerazinha. Mas o meu gosto não combinava com o gosto do senhor de engenho, que, de vez em quando “me flagrava” ouvindo a música alfabética dos garotos e dizia: - Vai trabalharr!! Vai trabalhar!! Quem não trabalha não come!!¹²⁷

Isto em 1907, quando o menino Gregório possuía apenas 7 anos. Mesmo com a curiosidade infantil e a vontade de ter acesso ao ensino, o próprio empregador, o senhor de engenho latifundiário, o reprimia, lembrando-o constantemente que quanto menos realizasse suas

¹²⁶ BEZERRA, 2011, p. 18.

¹²⁷ *Ibidem.* p. 39.

obrigações no trabalho, menor seria a renda da família, e maior seria a privação alimentar. Sobre esta, já é sabido o mal que trouxe para tantos trabalhadores do açúcar.

Em outra passagem, Gregório Bezerra acrescenta:

Continuei ouvindo a música dos garotos mas não fiz mais cera. Não queria perder o crédito de confiança com o velho senhor de engenho. Uma vez, à noite, pedi à minha mãe para me pôr na escola; ela me olhou, pôs a mão na minha cabeça e disse: - Meu fio, eu num posso botá tu na iscola. Son dez minino, pá botá um tem qui butá tudo i o qui nói vai cumê? O qui tu ganha ajuda adiquiri o dicumê pra tudinho! E começou a chorar e a acariciar-me. Arrependido por ter pedido uma coisa impossível, caí no choro por ter feito minha mãe chorar.¹²⁸

Essa confissão de mãe e filho, mais uma vez, reforça o quanto a restrição ao acesso à escola era recorrente e na maioria dos casos, necessária. Enquanto a monocultura latifundiária do açúcar se baseava na abundância da mão de obra, com a mudança do trabalho escravo para o assalariado, é sabido que foram os trabalhadores e suas famílias que continuaram restritos a uma realidade que era bem pensada e mantida, para que os lucros continuassem restritos aos empregadores. Dessa maneira, o pouco que se conseguia ganhar com o trabalho, era voltado para a alimentação das famílias tão numerosas. A instrução escolar e a possibilidade de deixar as estatísticas do analfabetismo só era possível para os que podiam pagar por ela, o que representava uma parcela minúscula. Logo, sem educação e sem pagamento equivalente ao esforço físico, aliada a consequente degradação do corpo promovida pela labuta nos canaviais, os camponeses permaneceram por décadas à frente, enfrentando as mesmas restrições e problemas.

Mesmo para a educação ofertada, vale destacar que era baseada na pouca instrução do professor. Na grande maioria dos casos, o ensino não era regular, e se pautava no pouco que se tinha aprendido sozinho a ler e escrever¹²⁹. E aqui igualmente, o ensino e o aprender muitas vezes se resumiam a conseguir assinar o próprio nome - o que já representava uma grande conquista para o trabalhador rural. Christine Rufino Dabat, através de depoimentos obtidos por meio de entrevistas orais, aponta também a percepção que alguns desses trabalhadores possuíam do acesso ao ensino formal. Um deles relembra que a idade máxima em que se geralmente conseguia ter acesso ao ensino, ainda criança, era com 8 anos de idade, quando a

¹²⁸ *Ibidem.* p. 40.

¹²⁹ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2012. 2ª ed. revisada. p.464.

partir desse momento a criança já era considerada “gente grande”¹³⁰. E mesmo a existência de espaços apropriados para o ensino formal é vista pelos próprios camponeses como algo existente e garantido apenas após o governo de Miguel Arraes¹³¹, iniciado em 1962, com auxílio da criação do Movimento de Cultura Popular (MCP)¹³².

Porém, mesmo com a existência de escolas públicas, o acesso permaneceu limitado por um longo tempo, visto que a necessidade de se manter trabalhando e sobreviver era mais urgente do que o desejo de se instruir. Quando havia a presença de escola nas usinas, inexistiu por longos anos, qualquer apoio por parte das empresas e empregadores¹³³, em prol da efetivação do acesso aos estudos para os trabalhadores rurais e crianças. Reforçando o propósito da manutenção da pobreza do camponês, e a necessidade de se manter as novas gerações presas às mesmas explorações que seus pais. Entre os anos 1980 e 1990, a fome, a desnutrição e a falta de acesso à escola continuavam uma constante. Dados da mesma pesquisa citada anteriormente, realizada em 1992 pelo CJC, apontam que 18,75%¹³⁴ das crianças e adolescentes que trabalhavam nas usinas e canaviais cortando cana o faziam por “falta de escola”.

Outros dados confirmam em uma porcentagem bastante semelhante que, cerca de 18,74%¹³⁵ das crianças e adolescentes abandonavam a escola para poder trabalhar. Aqui, alguns fatores podem justificar a permanência dessa realidade. O primeiro, seria mesmo a

¹³⁰ *Ibidem*. p. 465.

¹³¹ Miguel Arraes, forte nome da esquerda no meio político pernambucano do período, foi eleito prefeito da cidade do Recife entre 1960 a 1962. Porém, pelo seu reconhecido trabalho em prol dos trabalhadores, participou das eleições ao cargo de governador em 1962 com o apoio das associações de bairro e dos sindicatos urbanos. Vale ressaltar que parte significativa da sua base eleitoral, foi proveniente da Zona da Mata, local de concentração dos trabalhadores da cana-de-açúcar. Para ver mais sobre Miguel Arraes ver: BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação. Recife: UFPE, 2013.

¹³² O Movimento Cultura Popular, foi criado por Miguel Arraes, em 1962 em meio às tensões políticas do período, as quais o Brasil não estava imune. Seu foco principal foi agir sobre a educação, num contexto em que grande parte da população adulta de Pernambuco (em especial os trabalhadores rurais) continuava compondo altos índices de analfabetismo e excluída de uma educação emancipadora. A partir dessa realidade, Arraes, em conjunto a intelectuais como Paulo Freire e posteriormente, ao Movimento de Educação de Base (MEB), buscaram proporcionar, inicialmente, à população marginalizada do Recife acesso à cultura e educação partindo de elementos de sua própria realidade. A iniciativa também se estendeu aos trabalhadores rurais, utilizando do método de Paulo Freire, em um processo de alfabetização conscientizadora da realidade social e política desse grupo. Porém, após o golpe civil-militar de 1964, essas iniciativas foram interrompidas, em conjunto à destituição de Miguel Arraes do cargo de governador do estado. Para ver mais: BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. **Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016.

¹³³ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2012. 2ª ed. revisada. p. 467.

¹³⁴ SOARES; MELO; LOURENÇO; WANDERLEY, 1992. p. 8.

¹³⁵ *Ibidem*. p. 8.

ausência de espaços preparados e de fácil acesso para a promover a presença de crianças e jovens na educação formal. O segundo, e mais impactante na prática, seria a continuidade da baixa remuneração das famílias. Visto que mesmo com a afirmação de um dos líderes sindicais em 1992 de que “todos os engenhos do município de Ipojuca possuem salas de aula em funcionamento”¹³⁶, de nada adiantava ter um espaço para recebimento de crianças e jovens, se não havia o desenvolvimento de políticas públicas para a sua permanência nesses espaços. Enquanto a baixa remuneração fosse uma constante, a própria família incentivava a presença dos menores nos canaviais, problema constatado em 1991 em matéria de jornal anexa ao documento publicado pelo CJC.

Figura 5: Juca Martins, 1984. Pai e filho. Almoço em canavial na Zona da Mata, Alagoas.¹³⁷



A figura 5 acima, registro que muito embora não tenha sido realizado no estado de Pernambuco, traz na imagem elementos e práticas que fizeram parte dos canaviais pernambucanos. No centro da fotografia em uma posição de destaque, encontram-se dois trabalhadores: pai e filho. Refletindo a prática de compartilharem a lida nos canaviais, ambos estão lado a lado. Enquanto a criança fica sentada diretamente no chão e olha para a câmera com o dedo polegar na boca, o adulto está de cócoras olhando para baixo. Ambos estão usando chapéu, camisas de manga longa, calças e sapatos. Cada um com um pequeno

¹³⁶ *Ibidem.* p. 11.

¹³⁷ Disponível em:

<https://www.olharimagem.com/image?&_bqG=0&_bqH=eJzLszSNcE2OiMpxtUwpTqnK1HUvzDc1zvIv8y22MrQyMjWwMjQAAivPeJdgZ9uCxEztVO20zJyMfO2q_LxE7ZRE7dzEkkQ1sHS8o5.LbQmQHRrsGhTv6WlB CtJq4FFuUOkY4ewfkq8W7.gcYlucmliUnAEA.vsltg--&GI_ID=>>. Acesso em: 24 de mai. de 2023.

recipiente de alumínio nos braços, onde se encontra a refeição que estão prestes a fazer. Em frente ao pai, um outro recipiente com o que aparenta ser água, já em frente ao filho, a tampa de sua marmita e uma faca repousam no chão. Ao redor de ambos, marca presença a cana-de-açúcar já cortada ou por cortar. A cena, reflete um hábito comum na labuta dos canaviais, em que adultos e crianças trabalhadores não possuíam um ambiente adequado para realizar suas refeições e a faziam em condições insalubres em meio à cana, quando podiam.

Ainda em 1993, 59,1% das crianças e jovens entre 7 e 17 anos continuavam analfabetos, sem saber ler ou escrever¹³⁸, refletindo o histórico familiar e a privação forçada pela realidade, aos espaços institucionais de ensino. Porém, um fator que se soma a gama de problemas inseridos na questão educacional das crianças trabalhadoras, filhas de proletários rurais, é a ausência de um ambiente que correspondesse à realidade do campo. Somente a partir de 1980, que medidas legislativas e políticas públicas passam a ser de fato, voltadas também para o campo¹³⁹. Anteriormente, movimentos populares como as Ligas Camponesas em Pernambuco, lideradas por Francisco Julião, já reivindicavam além da reforma agrária, o acesso à educação e presença de escolas¹⁴⁰ no campo na luta contra o analfabetismo e pela emancipação do camponês enquanto cidadão.

Sabe-se que, embora já existissem espaços voltados para o ensino, como explicitado anteriormente, por um longo tempo as escolas do campo desconsideraram na realidade a qual deveriam se inserir e trabalhavam em seu currículo¹⁴¹, assim como organizavam seu funcionamento baseados no modelo urbano, com demandas e especificidades totalmente diferentes das do mundo rural. O que resultava em um péssimo aproveitamento do ambiente escolar mesmo quando frequentado, o que revela a porcentagem de 52% para crianças acima dos 10 anos, que mesmo tendo frequentado a escola em um período de 3 ou 5 anos, continuavam sem aprender a ler¹⁴².

Em decorrência de todos esses dados, torna-se claro como mais um dos direitos básicos que deveriam ser garantidos a essas crianças, enquanto futuros cidadãos, não foi majoritariamente respeitado. A Constituição no período, já defendia a obrigatoriedade do ensino a crianças entre 7 e 14 anos¹⁴³, e sua presença nos espaços institucionais de educação.

¹³⁸ ARAÚJO, p. 267.

¹³⁹ SILVA, Maria do Socorro. **As práticas pedagógicas das escolas do campo**: a escola na vida e a vida como escola. Recife: UFPE, 2009. Tese de doutorado. p. 80.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 123.

¹⁴¹ ARAÚJO, p. 268.

¹⁴² *Ibidem*, p. 268.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 268.

Todavia, é inegável o quanto esse direito continuava falho para a classe baixa de trabalhadores, e mais especificamente de trabalhadores e crianças camponesas, os quais ao longo de décadas sempre foram reféns do descaso governamental, em uma posição de invisibilidade do campo. Como pode-se imaginar, havia de fato a consciência de que essa prática prejudicava as crianças, com 37,50%¹⁴⁴ dos entrevistados pelo CJC confirmando essa visão. Porém, na prática, mesmo os sindicatos deixavam de lado o combate à prática do trabalho infantil, em uma postura de naturalização ou mesmo de inferiorização do problema.

2.4 TRABALHO INFANTIL E O ENSINO DE HISTÓRIA

Como ficou explícito ao longo do trabalho, a História de Pernambuco não pode ser reduzida à uma história local, fazendo parte de um contexto maior e se relacionando com a História do Brasil e da América Latina¹⁴⁵. Entender o processo formativo dessa região é essencial, para se compreender a realidade do hoje. Visto isso, a temática aqui trabalhada atende ao artigo 32 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB)¹⁴⁶, em relação à compreensão do ambiente natural e social, assim como o artigo 35 da mesma lei, que preza pelo aprimoramento do pensamento crítico. Visto que até pouco mais de vinte anos atrás, a realidade vivenciada na Zona da Mata Canavieira pernambucana ainda era a causa da privação de crianças e jovens terem prejudicado seu acesso à educação, o conteúdo discutido neste trabalho pode e deve ser trabalhado em sala para fomentar o senso crítico dos estudantes do estado. De acordo ainda com a LDB, Art. 32, § 5º:

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.

Mesmo com esse direito garantido pela Constituição Brasileira de 1988, os problemas sociais impeliam boa parte das crianças da região à exercerem o trabalho nos canaviais. Logo, cumprindo o artigo citado acima, é necessário ainda entre o 6º e 9º anos do ensino fundamental, tornar crianças e adolescentes conscientes de tal realidade vivida no passado da região, assim como conscientizá-los das questões sociais que colaboraram para isso. Por fim, ainda referente à esse ponto, é necessário em como ao Art. 32, § 5º informar e esclarecer aos

¹⁴⁴ SOARES; MELO; LOURENÇO; WANDERLEY, 1992, p. 8.

¹⁴⁵ GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2019.

¹⁴⁶ BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB*. 9394/1996.

estudantes, as medidas criadas e estabelecidas por lei para que tenham direito a ocuparem e frequentarem a sala de aula, assim como a proteção contra a exploração do trabalho, garantidos.

A temática trabalhada aqui também se alinha às competências específicas de História da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁴⁷, como as duas primeiras e a quarta referentes ao Ensino Fundamental. Aqui, a primeira preza por

Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.¹⁴⁸

Para esta competência, podem ser debatidos o processo de inserção da cana-de-açúcar no Brasil e mais especificamente em Pernambuco. Este que viria a contribuir para a divisão de classes e suas relações de poder, protagonizadas por indígenas, trabalhadores escravizados e camponeses de um lado *versus* senhores de engenho, usineiros e o próprio Estado. Essa configuração, como se sabe, moldou as relações políticas, culturais e a economia local, trazendo consequências ainda para o tempo presente. Sobre esse olhar, também se somam algumas habilidades específicas definidas pelas BNCC, entre elas: EF02HI02, que ressalta o ato de identificar e descrever práticas e papéis sociais que as pessoas exercem em diferentes comunidades e a EF02HI10, a qual define que se deve identificar diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive, seus significados, suas especificidades e importância.

A segunda competência garante

Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.¹⁴⁹

Aqui, se insere a forma como a monocultura da cana-de-açúcar e sua relação com a exploração da mão de obra de diferentes sujeitos sociais ao longo dos séculos, fazem parte de um processo histórico. Pode se fazer compreender que são acontecimentos que essa estrutura

¹⁴⁷ BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 402.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 402.

da *plantation*, contribuiu e possui reflexos para permanências de práticas sociais presentes até a atualidade. Outro ponto, exemplo, seria a de explicitar a ordem cronológica como uma ferramenta para a compreensão histórica que não deve ser vista de maneira rígida, à medida que muitos processos são simultâneos, como a presença de senhores de engenho e usineiros, algo que pode ser erroneamente associado à uma substituição de um grupo por outro. Sobre estes pontos, as habilidades específicas relacionadas são: EF02HI11, que busca conseguir identificar impactos no ambiente causados pelas diferentes formas de trabalho existentes na comunidade em que vive; EF03HI01, que define a necessidade de identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas, etc; EF04HI05, onde se deve relacionar os processos de ocupação do campo a intervenções na natureza, avaliando os resultados dessas intervenções.

Por fim, a quarta que propõe a

Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.¹⁵⁰

Para esta competência, aqui podem ser trabalhadas as diferentes visões entre a classe dominante representada pelos grandes latifundiários canavieiros, e do outro lado, os trabalhadores rurais, incluindo-se aqui as crianças e jovens que até as últimas décadas do século XX estavam inseridas, como a pesquisa mostra, dentro deste quadro de exploração. A reflexão e a discussão sobre os amparos legais, assim como o respeito para com as leis provenientes do processo democrático da sociedade brasileiro que resguardavam os direitos desses grupos historicamente explorados, podem guiar a abordagem sobre o tema apresentado neste trabalho. Quanto às habilidades se relacionam: EF03HI07, a qual pronuncia que deve-se identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam; e EF03HI11, a qual enuncia que deve-se identificar diferenças entre formas de trabalho realizadas na cidade e no campo, considerando também o uso da tecnologia nesses diferentes.

Para o Ensino Médio, as competências que se relacionam com a temática aqui pesquisada são a primeira e quarta das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para a primeira

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 402.

competência, espera-se

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.¹⁵¹

Visto a maior autonomia do aluno durante os anos finais da educação básica, através do debate promovido visando a criticidade acerca da formação do estado em seus diferentes aspectos, os estudantes podem também refletir acerca da inserção da monocultura canavieira na região. A partir do questionamento do processo imposto ao estado, a contar as diferentes narrativas criadas pelos diversos sujeitos envolvidos ao longo dos séculos, da classe dominante às crianças trabalhadoras. Também se soma algumas habilidades específicas aqui, como a EM13CHS304, que propõe analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.

A quarta competência voltada para o Ensino Médio, busca “Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.”¹⁵² O que diz respeito diretamente às questões aqui trabalhadas, como as relações provenientes da produção do açúcar no estado, a acumulação do capital através da monocultura da cana, e as relações de trabalho e exploração criadas a partir desta realidade. Uma habilidade específica que pode ser instigada aqui é a EM13CHS402, a qual declara que deve-se analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os aos processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.

Como se viu, estas trouxeram reflexos profundos e desumanos para grande parte da população inserida na Zona da Mata canavieira, colaborando para a transformação em grande sua maioria, nada positivas para o desenvolvimento local e a promoção da cidade para homens, mulheres e crianças trabalhadoras.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 570.

¹⁵² *Ibidem*, p. 570.

3 INICIATIVAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

Nos capítulos anteriores, foi visto que, mesmo com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, e com a proteção que deveria ser garantida com o ECA¹⁵³ - Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, muitos eram os menores de idade que continuaram compondo a mão de obra assalariada no campo entre as últimas duas décadas do século XX. O ECA, Por consequência de uma realidade que ia na direção contrária ao que era proibido por lei, o mundo viu como medida urgente a atuação de ONGs e instituições governamentais, que contribuíssem com discussões e medidas práticas pela garantia real do amparo à infância e ao desenvolvimento seguro e saudável dos primeiros anos de vida. Para além, que fortalecessem a luta contra o trabalho infantil também no país. Iniciativas como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) passaram a contribuir globalmente, por meio de assembleias e convenções, na busca pelo combate à exploração da mão de obra infantil.

No Brasil, neste período, também foram diversas as iniciativas surgidas ao longo de todo seu território, amparadas pelo Estado, na busca pela proteção de crianças e adolescentes, e da erradicação de determinada prática. A discussão também foi promovida e noticiada através de veículos de comunicação, a exemplo de jornais por todo o país, o que contribuiu para um maior conhecimento sobre o problema do trabalho infantil urbano ou rural. A questão passou a ser objeto de questionamento e reflexão para a busca de medidas promovidas pelo Estado e por instituições de caráter social - a exemplo da divulgação e pesquisa realizada pelo CJC como mostrado anteriormente -, que reconheciam os impactos e consequências que a exploração da mão de obra infantil causava para as gerações exploradas.

Já em Pernambuco, as medidas de combate também se destacam no meio jurídico. Como no restante do país, para além do amparo legal promovido pelo Estado – que com grande recorrência não era respeitado -, já nos anos 1990, ocorreram iniciativas por parte do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), a exemplo do dissídio coletivo relatado por Ana Schuler em 1993, voltado para o combate ao trabalho infantil. É sabido inclusive, que através de processos trabalhistas produzidos pelo próprio TRT, havia também uma movimentação significativa por parte dos sindicatos no amparo ao trabalhador rural. Porém, muito embora a questão da exploração de menores por vezes não fosse uma pauta defendida com veemência por esses grupos, sabe-se que a mudança e melhora das condições de vida de seus pais,

153

impactava diretamente na qualidade de vida e no cumprimento de direitos dessas crianças. Todos esses pontos, porém, foram fundamentais para o combate ao trabalho infantil no país e no estado de Pernambuco, e serão melhor apresentados à seguir.

3.1 PANORAMA DE INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS E NACIONAIS DE COMBATE

As medidas e ações voltadas para amparar crianças e adolescentes remontam ao início do século XX, em um período intitulado e definido por Norberto Bobbio como “*A Era dos Direitos*”¹⁵⁴. Ainda em 1919, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é criada. Como o próprio nome pode revelar, o órgão surgiu com a proposta de promover condições dignas de trabalho para homens e mulheres, incluso aqui a proteção social. Em sua primeira convenção já busca regulamentar a proibição do trabalho infantil para menores de 14 anos, nos países participantes do encontro. Já em 1924, em decorrência da Declaração de Genebra, seriam defendidos através de documento constando de 5 artigos, produzido pela ONG Save The Children: boas condições de desenvolvimento da infância, o combate à fome e a falta de assistência médica, acesso de qualidade à educação e proteção contra a exploração. Aqui é válido ressaltar o contexto histórico resultante da ação, onde o mundo ainda se recuperava das consequências pós Primeira Guerra Mundial, período de bastante vulnerabilidade principalmente para crianças dos países envolvidos.

Explicitando e divulgando a necessidade de amparo desse grupo, esses encontros já conseguiam produzir a conscientização sobre a urgente visibilidade que essas problemáticas deveriam possuir, em prol de medidas que incluíssem crianças e menores como beneficiários nas políticas públicas e no meio jurídico. Oito anos após, a OIT passou também a oferecer meios e ações de proteção às crianças vítimas de exploração, aqui incluída a exploração por trabalho. Contribuindo, já em 1973, com a Convenção 138, a qual resultou novamente na elaboração de um documento que defendia, já no Art. 1, a abolição entre os países membros do trabalho infantil, assim como a definição de uma idade mínima para admissão em qualquer emprego ou trabalho; enquanto que no Art. 2 é defendido que essa idade mínima não pode ser inferior aos 15 anos¹⁵⁵. Essas contribuições promovidas pela organização, seriam posteriormente atualizadas em 1999, com a Convenção 182.

O foco passa a ser as piores formas de trabalho infantil e sua eliminação imediata, e

¹⁵⁴ BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

¹⁵⁵ C138 - Idade mínima para admissão. **Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235872/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

assim como a convenção citada anteriormente, resultou em um documento, este com 16 artigos. Um dos pontos levantados e que merece destaque na apresentação do material produzido, é a constatação de que a prática decorre da pobreza e da falta de acesso universal à educação. Também é reforçada a necessidade de não apenas retirar estes sujeitos da exploração pelo trabalho, como a manutenção do resultado desta ação é dependente do amparo às necessidades das famílias desses menores. Nesta versão da Convenção, o Art. 3º define como as piores formas de trabalho

- a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, comovenda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;
- b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são suscetíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.¹⁵⁶

Aqui, é interessante relacionar a discussão ao recorte da pesquisa que é o trabalho infantil na Zona da Mata canavieira pernambucana e a urgência para com o seu combate no período estudado. O trabalho de menores nos canaviais do estado era recorrente justamente pela situação de pobreza a que seus pais eram submetidos, pela falta de terra e de alimentação necessária provocada pela monocultura e latifúndio dos produtores da cana. Levando em consideração as condições de vida e trabalho, a realidade do emprego se compara às condições análogas à escravidão que prejudicavam constantemente a saúde e segurança dessas crianças, o que inclui este como um dos piores trabalhos infantis.

Outra organização de nível global importante para o fomento à discussão e articulação de combate a tal prática foi a ONU - Organização Mundial das Nações Unidas. Como dito acima, ela possuiu influência significativa na criação de medidas voltadas para a discussão, conscientização e garantia dos direitos dos menores nos últimos anos. Criada em 1945 após a Segunda Guerra Mundial, foi reflexo do movimento conjunto de países, entre eles o Brasil, de

¹⁵⁶ C182 - Convenção sobre Proibição da Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação. **Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_236696/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

busca pela garantia de paz e respeito aos direitos humanos. Conjuntamente à Organização das Nações Unidas, internacionalmente se destacou o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Novamente, logo após seu surgimento em 1946, possuiu papel fundamental na assistência às crianças prejudicadas pelo pós Segunda Guerra Mundial. Em pouco tempo depois suas ações não se restringiam apenas à Europa, Oriente Médio ou China. A partir de 1950, o Brasil já contava com a presença do Fundo que passou a auxiliar e promover programas no país que prezassem pela garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Em decorrência de sua organização ocorreu anos depois, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança promovida pela Assembleia Geral da ONU em 1989, ratificada no Brasil em 1990. Esta ação foi geradora de um documento no qual são definidos e reforçados os direitos garantidos através de artigos no relatório. Para além de exigir a garantia à igualdade, dignidade e outros princípios defendidos como aplicáveis para a infância no mundo inteiro, a assembleia também discutiu e firmou pontos importantes sobre a relação criança *versus* trabalho.

No Art. 32 do documento é explicitado a que

Os Estados Partes reconhecem o direito da criança de ser protegida contra a exploração econômica e contra a realização de qualquer trabalho que possa ser perigoso ou interferir em sua educação, ou que seja prejudicial para sua saúde ou para seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.¹⁵⁷

Ou seja, para além da medida de restrição de idade, presente em outro tópico do artigo, aqui fica nítida a relação que passa a ser definida entre os prejuízos que a dedicação ao trabalho pode provocar e o desenvolvimento da criança. Se o menor precisava enfrentar longas jornadas de trabalho, em condições precárias e insalubres, seu direito ao espaço institucional de ensino era prejudicado. Sem contar ainda as sequelas que essa realidade provocava, em conjunto a outros fatores e ao pleno desenvolvimento moral, social e mental, dado que atrelado ao trabalho, as crianças se viam restringidas à necessidade de serem crianças de fato.

No Brasil, a implementação dessas medidas também não estava dissociada do contexto social e dos acontecimentos históricos. O país ainda se recuperava do período pós ditadura civil militar, e infelizmente continuava colhendo os frutos da narrativa elitista de que o

¹⁵⁷ Convenção sobre os direitos da criança. **UNICEF**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20os%20Direitos,Foi%20ratificado%20por%20196%20pa%C3%ADses>>. Acesso em: 18 de abril de 2023.

trabalho era a melhor solução contra a ociosidade da juventude. O próprio Estado, infelizmente, incentivava essa realidade, através de programas assistencialistas e da manutenção do imaginário difundido na sociedade de que para crianças pobres, o trabalho era salvação¹⁵⁸. Todavia, como os números cresciam e se tornavam cada vez mais visíveis, dado que menores eram encontrados em empregos insalubres, inclusive nos grandes centros urbanos, a pressão por medidas jurídicas que assegurassem a defesa e a proteção da infância conseguiram produzir frutos. Entre eles os artigos 204 e 227 da Constituição Federal de 1988, que legitimaram, respectivamente, a descentralização de ações de assistência social, e o direito à educação como algo assegurado conjuntamente pelo Estado e pela família.

Agora que já havia uma base mínima garantida por lei, de proteção à criança, as estatísticas crescentes de crianças submetidas a trabalho exploratório e em condições análogas a escravidão, por exemplo, contribuíram para a contínua pressão na busca por um combate mais rígido a essa prática. A partir dos anos 1990, para além da base promovida pelo ECA, outras medidas tomadas pelo Estado também passaram a atuar por toda sua extensão no combate à prática de exploração da mão de obra infantil, com destaque para o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Este, criado em 1991, funciona como um órgão fiscalizador e mobilizador, uma ferramenta de ampliação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Estipulando normas para a elaboração de políticas públicas voltadas para esse grupo, com o auxílio de subsídios - incluso aqui o combate ao trabalho infantil -, como ainda a fiscalização de medidas promovidas entre as esferas de poder federal, estadual e municipal¹⁵⁹.

No ano seguinte, proposto pela OIT, surge então o Programa Internacional Para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) em 1992. A proposta, era criar políticas de conscientização contra essa forma de exploração, contando com a união de ONGs, representantes das esferas federais, estaduais e municipais, além de empregadores e trabalhadores. O programa ainda levantava dados e realizava intervenções de prevenção e eliminação dessa modalidade de trabalho, em especial os que se configuram como escravo e precoce, assim como os que representavam risco¹⁶⁰. Como consequência desta iniciativa, e buscando novamente reforçar um trabalho conjunto entre as diferentes esferas da sociedade e

¹⁵⁸ 25 anos de Luta Contra o Trabalho Infantil. **FNPETI**. 2019, p. 25

¹⁵⁹ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (**CONANDA**). **gov.br**. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda#:~:text=Criado%20em%201991%20pela%20Lei,e%20do%20Adolescente%20\(ECA\)>](https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/conanda#:~:text=Criado%20em%201991%20pela%20Lei,e%20do%20Adolescente%20(ECA)>)>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

¹⁶⁰ 25 anos de Luta Contra o Trabalho Infantil. **FNPETI**. 2019, p. 27.

do poder jurídico, seguiu-se a criação do FNPETI - Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, constituído em 1994. A reunião contou com representantes de diversas instituições, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ministério Público do Trabalho (MPT), a Força Sindical, entre outros. Percebe-se de fato, a pluralidade de frentes entre organizações trabalhistas e o poder público unidos no propósito de combate ao trabalho infantil.

A iniciativa, no começo de suas ações, realizou um mapeamento de regiões que contavam com um alto índice de trabalho produzido por menores, como o caso de Pernambuco com os canaviais; a Bahia com a indústria de sisal; e as carvoarias do Mato Grosso do Sul. O fórum também passou a contar com o apoio do PAI - Programa de Ações Integradas, que promovia uma intervenção composta, com a garantia do acesso das crianças à escola, o amparo à família e o fornecimento de bolsas para o sustento familiar. A partir de 1995, o FNPETI, passou a realizar ações mais centralizadas focando na retirada de menores das carvoarias do Mato Grosso do Sul. Nos anos seguintes, entre 1996 e 1999, as ações foram destinadas à região Nordeste, mais especificamente à Pernambuco e Bahia, locais respectivamente ligados à produção do açúcar e do sisal.

Ferramentas de propagação de informações sobre as ações do fórum também foram providenciadas. A publicação *Criança e Cidadania*¹⁶¹ promovida pelo FNPETI em 1997, servia ao propósito de compartilhar e registrar os feitos da organização, assim como demonstrava por meio de estatísticas e dados os resultados da luta coletiva. A capa da publicação, destaca com uma fotografia do ministro do trabalho do período, Paulo Paiva, a inserção do país em debates internacionais sobre a problemática, sob o título “*Paulo Paiva fala em Armsterdã sobre trabalho infantil no Brasil*”. Na imagem, o ministro aparece com uma expressão séria, reforçando a inquietação que se tinha ao reconhecer a incidência da prática em solo brasileiro, assim como a preocupação em conseguir compartilhar soluções conjuntas aos outros países presentes na reunião.

Na publicação ainda são encontradas diversas divulgações, a exemplo de oficinas promovidas pelo Ministério do Trabalho e o Fórum Nacional, parcerias com a Fundação

¹⁶¹ **Criança e Cidadania**. Ano III - n° 4. Publicação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. 1997.

Abrinq¹⁶², seminários e pesquisas. Todas essas ações foram realizadas em locais diferentes do país e com perspectivas também diferentes, atingindo a educação nos espaços institucionais de ensino, como medidas de conscientização por meio de palestras e workshops na busca da disseminação de informação sobre o problema. Mas resultados concretos também eram divulgados, a exemplo da Bolsa Cidadã distribuída para Pernambuco e Bahia¹⁶³. Financiada em colaboração com diversas entidades, na Zona da Mata canavieira, havia o propósito de contribuir com o fim do analfabetismo, a partir da distribuição de 13.320 bolsas¹⁶⁴. Para outras regiões, é divulgado ainda a atuação de comissões estaduais no combate ao trabalho infantil na tecelagem no Rio Grande do Norte.

Neste ponto, a publicação novamente conta com uma fotografia. Dessa vez o objeto da imagem não é alguém alheio à realidade vivida nos espaços de exploração, mas sim uma criança trabalhadora, como demonstra a figura 6. Em um ambiente visivelmente escuro e fechado, acima de um suporte que possibilitasse o manuseio do maquinário, aparece um menino franzino, sem camisa e sem bermuda clara curta.

Figura 6: Criança trabalhadora na tecelagem ¹⁶⁵



Cerca de 400 crianças trabalham com tecelagem em Jardim de Piranhas-RN

¹⁶² Também conhecida como Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, de direito privado, mas sem fins lucrativos. Foi criada em 1990 após a perspectiva geral de que os direitos desse grupo, assim como a prática do trabalho infantil deveriam ser garantidos e combatida, respectivamente, através de diferentes setores da sociedade e não apenas do poder público.

¹⁶³ **Criança e Cidadania**. Op. cit. p. 3.

¹⁶⁴ *Ibidem*. p. 3.

¹⁶⁵ Disponível em: **Criança e Cidadania**. Ano III - nº 4. Publicação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. 1997. p. 6.

A mensagem que se passava com a fotografia, era clara em, através da imagem, demonstrar as péssimas condições de trabalho, sem a proteção necessária, e além, o risco de acidente com o descompasso de tamanho entre máquina e trabalhador. Algo que mesmo em um olhar rápido, sobressai e chama a atenção do leitor: a grandeza da máquina, e a pequenez da criança. A imagem nesse contexto, não possui apenas o papel de ilustrar, mas também o de fazer refletir.

Outras informações interessantes presentes na documentação, ainda na mesma página da notícia comentada acima, em um box colorido, chama a atenção para a existência de endereços eletrônicos voltados para a discussão do problema do trabalho com mão de obra infantil no Brasil¹⁶⁶. Mesmo com acesso limitado à internet em fins do século XX, a iniciativa se mostrou como um ponto bastante importante, levando a discussão à locais e grupos sociais que pudessem estar alheios a essa realidade do país. Por fim, outras faces do problema também são evidenciadas, como a organização de relatórios promovidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT-Nacional), que busca divulgar a proporção da incidência dessa exploração e violência no campo para com as crianças. E finalizando, novamente em um box rosa destacado, a atenção do leitor se volta para uma pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) de 1995-1996.

Os resultados da pesquisa corroboraram a relação entre a baixa ou nula frequência na escola, como consequência da pobreza a necessidade de trabalhar para manter o próprio sustento e da família a qual a criança pertence. E mais, quando frequentavam, boa parte tinha seu rendimento prejudicado pelo cansaço¹⁶⁷. Ou seja, em suma, o documento publicado pelo FNPETI demonstrou a maneira como havia de fato uma movimentação conjunta de diversos setores sociais. No campo ou na cidade, nas escolas, nas indústrias, e mesmo fora do Brasil, várias medidas ganharam espaço nos últimos anos da década de 1990, buscando montar estratégias, e garantir de fato o direito de ser criança, a milhões de menores espalhados em todos os estados da federação.

Por último, entra em cena, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, em 1996, promovido pelo Ministério da Assistência Social. O novo programa buscava aumentar o provimento de recursos para as ações combativas contra a exploração do trabalho infantil. Promovendo uma ação conjunta em todos os estados da federação, que culminou em unidades representativas por todo o país, a exemplo do FNPETIPE, localizada no estado de

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 6.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p. 8.

Pernambuco. Outra pasta importante para a articulação de fiscalização da prática no país, foi o Ministério Público do Trabalho, que deu cobertura também ao meio jurídico para a luta por direitos de famílias proletárias, com a criação das Comissões Estaduais contra o Trabalho Infantil. Ao longo dos próximos anos, já no século XXI, as iniciativas promovidas pelos fóruns e demais organizações citadas foram aprimoradas e continuaram suas atividades, mas até o período estudado, essas foram as que mais se destacaram.

3.2 DIVULGAÇÃO DE UMA REALIDADE RETRÓGRADA: O PAPEL DOS JORNAIS

Se houve a grande difusão de iniciativas voltadas para o combate ao trabalho infantil no país, é inegável o papel que a sociedade possuiu no pressionamento sobre os órgãos responsáveis do Estado, para que essa realidade fosse transformada. Para isso, pode-se perceber que os meios de comunicação exerceram papel fundamental para a consciência desta realidade. Mesmo com a internet como ferramenta, assim como o rádio e televisão, os jornais impressos continuavam possuindo um grande número de leitores, e estes passavam então a ser um grande facilitador da disseminação de informação. Para os debates sobre a exploração de crianças nos diversos empregos e trabalhos espalhados no Brasil, os jornais possuíam um lugar de destaque na função de tornar o debate mais conhecido. Várias foram as denúncias divulgadas neste espaço, que conscientizaram e chamaram a atenção para o problema do desrespeito aos direitos trabalhistas, teoricamente garantidos pela legislação, e o desamparo por parte do Estado aos menores de idade¹⁶⁸.

Na tentativa de se compreender melhor como este debate era promovido através desse meio de comunicação impresso do período, foram levantados dados de dois jornais distintos: o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e o *Diário de Pernambuco*, ambos com material publicado de 1980 a 1989. A escolha para a análise desse material foi feita levando-se em consideração a região estudada, a Zona da Mata pernambucana, em comparativo a maneira e com que frequência a prática de trabalho na região era noticiada em outras regiões do país. O *Jornal do Commercio* foi escolhido então pela quantidade de fontes disponíveis.

Para os anos 1990, as publicações do *DP* foram apenas até 1996, período disponibilizado pelo arquivo consultado, quanto às do *JC* vão até o fim da década. Para acesso ao material, foi realizada a consulta à Hemeroteca Digital disponível no site da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), com arquivo organizado e compartilhado online pela Fundação

¹⁶⁸ 25 anos de Luta Contra o Trabalho Infantil. **FNPETI**. 2019, p. 26.

Biblioteca Nacional. É preciso ressaltar ainda que, para encontrar as publicações do tema desejado, foram utilizados alguns termos de busca que pudessem se referir à mesma temática, tais como: “trabalho infantil”; “menor trabalhador”; “menor trabalhador rural”; “trabalho de/da criança”; “criança do campo” e “menor rurícola”.

3.2.1 Trabalho infantil e o *Jornal do Commercio*

Encontrados os termos pesquisados, o próprio arquivo informa o número de vezes em que esses termos aparecem nas diversas publicações produzidas no período delimitado. A seguir, pode-se observar os dados obtidos na tabela referente ao *Jornal do Commercio (RJ)*.

Tabela 1: Ocorrências no JC entre os anos de 1980 à 1999

Jornal do Commercio (RJ)	1980-1989	1980-1989	1990-1999	1990-1999
Termos de busca	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem
Trabalho infantil	6	35%	180	91%
Menor trabalhador	6	35%	10	5%
Menor trabalhador rural	0	0%	0	0%
Trabalho de/da criança	2	12%	6	3%
Criança do campo	3	18%	2	1%
Menor rurícola	0	0%	0	0%
Total	17	100%	199	100%

Fonte: dados calculados pela autora partindo das informações apresentadas nas matérias publicadas pelo *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 1980 até 1989, e de 1990 até 1999, disponíveis na Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital).

Para a década de 1980, de acordo com a tabela 1, poucas são as publicações que tratam e divulgam a problemática do trabalho infantil. Mesmo entre o total de ocorrências para os

diferentes termos pesquisados, apenas onze se referem à prática em território nacional, e destas, somente seis reproduzem em alguma medida uma visão crítica sobre a prática. Conquanto não aparecendo durante a pesquisa nenhuma ocorrência ao “*menor trabalhador rural*” e ao “*menor rurícola*”, duas matérias trabalham indiretamente com a problemática. Na publicação intitulada “*Zoneamento Agrícola, a única solução*”¹⁶⁹, embora a reforma agrária seja o destaque como uma defesa do entrevistado - o economista Alberto Passos Guimarães - , durante o corpo do texto, é revelada também o número crescente da mão de obra infantil entre 1950 e 1975¹⁷⁰. Aqui é defendida uma relação direta entre a necessidade de proletarização dos trabalhadores rurais e de suas crianças, em detrimento do latifúndio gerado pela especulação de terras.

Por outro lado, o *trabalho infantil urbano* ganha uma maior cobertura jornalística, corroborando inclusive uma visão que ainda começava a tentar ser combatida, do incentivo ao trabalho para as crianças e adolescentes pobres. Em matéria do ano de 1980, é veiculado que “não basta apenas formar doutores em um País em crescente desenvolvimento como é o nosso: É preciso, também, formar profissionais aptos a atender a demanda do mercado de trabalho”¹⁷¹. Na página da publicação em questão, prevalecem matérias de cunho econômico, onde a escolha de se publicar a matéria citada, revela a maneira como era vista a formação de menores. O Senac enquanto instituição de ensino, era visto como apoio e investimento para a profissionalização das novas gerações e conseqüentemente da sua contribuição para a economia do país. Porém, reforçava o senso comum do papel do trabalho na formação moral de crianças e adolescentes, além de fortalecer a ideia de ser algo estritamente necessário para as classes baixas.

Seguindo essa mesma perspectiva, foram publicadas matérias que são divulgadas sobre medidas que visavam “estabelecer condições para que as microempresas possam empregar o menor trabalhador, com salário diferenciado”¹⁷², assim como a ação de distribuição aos “jornaleiros da Casa do Menor Trabalhador [...] bolsas que comportam jornais, documentos e até dinheiro para o troco”¹⁷³. A Casa do Menor Trabalhador, assim como o Sítio do Menor Trabalhador são instituições citadas com maior recorrência, porém o que chama a atenção, é a sua natureza assistencialista e, em suma, voltada para crianças

¹⁶⁹ Zoneamento agrícola, a única solução. **Jornal do Commercio (RJ)**. 2º caderno. p. 28 de outubro de 1980.

¹⁷⁰ *Ibidem*, 1980.

¹⁷¹ Senac mostra posição no mercado de trabalho. **Jornal do Commercio (RJ)**. 18 de maio de 1980.

¹⁷² Guarino pede o fim da dualidade de mando entre os ministérios da área. **Jornal do Commercio (RJ)**. 8 de julho de 1985.

¹⁷³ Mix. **Jornal do Commercio (RJ)**. Marketing, pág. 8. 5 de agosto de 1985.

carentes ou de rua dos ambientes urbanos. Por vezes também, são associadas a nomes de políticos locais, como da primeira dama de Itabuna, D. Ritinha Dantas¹⁷⁴ do estado da Bahia, o que garante reconhecimento e prestígio para os sujeitos envolvidos em tais projetos. Nas matérias exemplificadas aqui, novamente o que se destaca é o esforço envolvido na assistência aos menores, no sentido de os inserir no mercado de trabalho e facilitar o seu exercício, numa perspectiva de que o trabalho é a solução.

O termo *trabalho de criança*, por sua vez, ao contrário de todo o material citado acima, ganha destaque na página de publicação, não sendo citado apenas em letras pequenas como um detalhe menor, mas sim sendo anunciado como título de matéria centralizada no meio da página¹⁷⁵. Dividindo o espaço com outras publicações de caráter trabalhista, a exemplo do adiamento do governo para as reformas das leis do trabalho ou uma paralisação de professores do ensino superior, o texto em questão ressalta como a “dominação do trabalho capitalista sobre a vida ocorre de forma extrema no que se refere à agremiação da mão de obra infantil, “quase sempre impulsionando a dilapidação da força de trabalho e ameaçando sua reprodução”¹⁷⁶. Porém, novamente é colocada em questão a problemática do trabalho urbano, se deixando de lado a precariedade do trabalho rural nos grandes latifúndios monocultores, algo curioso, por se configurar como uma das piores formas de exploração desse grupo. Ao contrário, na matéria citada, por vezes o trabalho no campo é dado a entender como menos danoso, já que as famílias em sua maioria trabalhavam conjuntamente e não contribuíam com as estatísticas de menores abandonados.

O último termo pesquisado, “*criança do campo*”, aparece com três resultados na ferramenta de pesquisa, porém apenas um se refere ao objeto de estudo, que é a criança residente ou trabalhadora do campo. Isso traz um ponto interessante que também estava em crescente debate nacional, que é o desenvolvimento da educação rural. Publicada em um espaço da página intitulado “Opinião”, a mensagem de que o Ministro da Educação defendeu “uma política educacional permeável aos interesses do campo”¹⁷⁷, traz também o posicionamento de quem a redigiu. É defendido na matéria que

a mensagem do ministro alusiva a uma política educacional permeável as necessidades, aspirações e direitos das áreas rurais merecem registro [...], modificando um panorama não raro constrito e abrindo veredas de promoção

¹⁷⁴ Potins Baianos. **Jornal do Commercio (RJ)**. Pág. 10. 12 de novembro de 1987.

¹⁷⁵ Trabalho de criança cresce em todo País. **Jornal do Commercio (RJ)**. Pág. 7. 5 de novembro de 1981.

¹⁷⁶ *Ibidem*, 1981.

¹⁷⁷ Educação para o campo. **Jornal do Commercio (RJ)**. Opinião: p. 4. 26 de novembro de 1980.

humana e social, que traduzir algo de fundamental, na esfera de construção de uma sociedade democrática.¹⁷⁸

O texto publicado expressa a crescente visão democrática do período, poucos anos após o fim da ditadura civil militar brasileira, onde em seus propósitos básicos, contribuiu também para a repressão e o congelamento do desenvolvimento de políticas para a população rural. Incluso aqui, a educação de crianças e adultos. Embora a matéria em questão não faça referência direta ao trabalho, vale a pena ser citada aqui, visto que a falta de acesso à educação e por vezes a incompatibilidade entre o que era estudado e o modo de vida dessa população era determinante para a prática do trabalho infantil.

Na década seguinte, como a Tabela I aponta, as publicações voltadas para a temática crescem exponencialmente, ao menos com relação a alguns termos de busca. Entre os menos utilizados, o primeiro, “*Menor trabalhador*”, aparece principalmente em publicações que se referem a ações assistencialistas promovidas pela Casa do Menor Trabalhador, para crianças de rua das regiões urbanas. Em sequência, o termo “*Trabalho de/da criança*” aparece relacionado a poucas publicações, mas que trazem debates e questões importantes que permeiam o trabalho infantil no Brasil. Uma das poucas matérias que tocam na incidência de acidentes de trabalho, apontam ações da OIT contra a ocupação de menores que tragam riscos morais e de saúde, buscando prevenir as tantas mutilações¹⁷⁹, que podem vir a ocorrer com essas atividades. Outra que se destaca, informa iniciativa que parte do Ministério do Trabalho na busca de reformular lei que abre brechas para a contratação de mão de obra infantil. A publicação compartilha com o leitor que, “a expressão “salvo na condição de aprendiz” do artigo 7º da Constituição [...] abre brecha na lei para a contratação de menores de 12 a 14 anos”¹⁸⁰.

O termo *Trabalho infantil*, por sua vez, passa a ser tema de intenso debate, e pelo jornal analisado se localizar na região Sudeste do país, é comum encontrar uma cobertura tanto de acontecimentos nacionais como internacionais. Porém, tendo em vista o grande número de recorrência das matérias publicadas, aqui mais especificamente, foi observado em um primeiro momento o número das que realmente destacavam o tema apresentado e relacionavam a prática do trabalho à criança ou à infância no título. Para melhor compreensão, segue a tabela abaixo:

¹⁷⁸ *Ibidem*, 1980.

¹⁷⁹ OIT debate acidentes industriais. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 19. 1 e 2 de maio de 1992.

¹⁸⁰ Ministério quer mudar lei. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 10. 28 e 29 de novembro de 1993.

Tabela 2: Ocorrências no JC para a década de 1990 que destacam o Trabalho infantil

Ano de publicação da matéria <i>Jornal do Commercio</i> (RJ)	Nº de matérias com os títulos que relacionam “trabalho”, “exploração”, “criança” e “menor”	Porcentagem	Nº total de publicações sobre “trabalho infantil” por ano	Porcentagem
1990	0	0%	1	1%
1991	0	0%	0	0%
1992	1	2%	2	1%
1993	6	11%	8	4%
1994	2	4%	4	2%
1995	6	11%	17	9%
1996	10	18%	21	12%
1997	16	28%	46	26%
1998	12	21%	41	23%
1999	4	7%	40	22%
Total	57	100%	180	100%

Fonte: dados calculados pela autora partindo das informações apresentadas nas matérias publicadas pelo Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, de 1990 até 1999, disponíveis na Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital).

Como é possível constatar, de acordo com a tabela 2, ao longo da última década do século XX, houve uma grande incidência de publicações voltadas para o tema, refletindo o aumento da pressão social exercida no país e globalmente, para o fim da exploração da mão de obra infantil. O total de 57 matérias tidas como de destaque, com os termos acima citados no título ou subtítulo da publicação, demonstra uma conjuntura de fatores que envolvem tanto a percepção do produtor da notícia, quanto do leitor final. O jornal, assim como qualquer

outra fonte histórica produzida pelo homem é permeado de intencionalidades¹⁸¹, e aqui, para esse caso não é diferente. Se houve um crescimento considerável de matérias sobre o trabalho infantil, ou que mencionassem a questão, à partir de 1996, esse número foi reflexo de interesses existentes na sociedade brasileira.

Ao longo dos anos, entre as publicações, mesmo que a pauta base seja o trabalho infantil, é perceptível que elas se apresentam de maneiras diferentes para o leitor, associadas a acontecimentos específicos ou relacionada a uma natureza distinta. Por exemplo, inicialmente as matérias tem um forte caráter de denúncia do trabalho infantil, constatando a grande incidência no mundo e relatando à sociedade eventos e demais reuniões internacionais e nacionais que visam estabelecer medidas de combate. A primeira registrada com os termos delimitados acima, constata as estatísticas dessa prática no continente africano, e em como essa realidade é uma constante na Ásia e na América Latina¹⁸². De acordo com a matéria, “13,5% das crianças de todo o mundo entre 10 e 14 anos são trabalhadores. [...] a África tem a mais alta porcentagem de crianças trabalhando nesse grupo etário, seguindo-se a Ásia e a América Latina com 16%, respectivamente”¹⁸³. O texto informa que esse quantitativo pode ser ainda maior, visto que muitos empregadores, assim como a família, não eram claros quanto à inserção desses menores no ambiente de trabalho. O que se conclui é que, embora o Brasil não seja citado - por este ser um país latino - , a mensagem que chegava ao leitor brasileiro é que, mesmo indiretamente, os números dessa exploração também estavam presentes aqui.

A partir de 1993, já se inicia o processo de compartilhar, através dessas matérias, a informação de que o país passaria a contar com a presença de instituições e grupos voltados para o combate dessa prática. Através do “Birô Internacional do Trabalho (BIT) para a aplicação do Programa Internacional para a Abolição do Trabalho Infantil,”¹⁸⁴. É interessante perceber que, ao contrário do que se era divulgado na década anterior, nesse período, quase a totalidade de notícias propagadas sobre o problema, ao menos no JC não possuíam mais um tom conciliador e determinante entre menores pobres e o trabalho. A postura agora é de combate e erradicação. E, ao longo deste ano, seguem notícias e dados que buscam tornar para o leitor essa realidade cada vez mais conhecida. Informações como, “cerca de três

¹⁸¹ HERNANDES, Nilton. **Semiótica dos jornais**: análise do Jornal Nacional, Folha de São Paulo, Jornal da CBN, Portal UOL, revista Veja. 2005. Tese. 324f. Tese (Doutorado em Lingüística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

¹⁸² OIT denuncia trabalho de menores na África. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 9. 7 de novembro de 1992.

¹⁸³ *Ibidem*, 1992, p. 9.

¹⁸⁴ Trabalho de crianças será combatido. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 20. 27 de maio de 1993.

milhões de crianças brasileiras de dez a 14 anos trabalham fora de casa”¹⁸⁵, ou ainda “Apesar de proibido pela Constituição, o trabalho infantil no Brasil, em termos numéricos e condições, destaca-se em todo o mundo.”¹⁸⁶ reforçam a maneira negativa que a prática passou a ter nacional e internacionalmente.

Curiosamente, embora por duas vezes tenham sido publicadas notícias, em fins de 1993 e início de 1994, informando que a participação das crianças no trabalho havia caído¹⁸⁷, baseadas em dados comparativos das décadas de 80 e 90 do século XX, em uma redução de 14,2% para 11,6%¹⁸⁸, as publicadas na sequência informaram o oposto. Novamente os títulos voltam a alardear sobre a incidência da prática no Brasil e no mundo, a exemplo das seguintes notícias: “*Crianças são mais exploradas*”¹⁸⁹; “*Mão de obra infantil cresce*”¹⁹⁰; ou “*Denunciada exploração de mão de obra infantil no Brasil*”¹⁹¹. Para além do compartilhamento dessa realidade e das iniciativas de denúncia, também é procurado passar ao leitor as motivações que levam à tal prática. Nesse quesito, duas notícias se destacam: a primeira, associa o fenômeno a “fatores como o nível dos preços e as preferências e disponibilidades do orçamento do lar”¹⁹²; a segunda, com um título um tanto quanto alarmista, afirma que “todas as evidências desmentem a antiga tese de que é a pobreza que joga as crianças no mercado de trabalho”.¹⁹³

Numa análise um pouco mais demorada desta segunda matéria, chama a atenção a constatação ter se baseado unicamente em dados das grandes cidades como Recife e Curitiba. A mesma notícia em questão, se torna contraditória quando afirma que “em Recife e outras áreas muito pobres não havia sequer emprego disponível”¹⁹⁴, ou ainda quando atribui um maior índice à Curitiba, pelo traço cultural da região ligado ao meio rural. Aí está o problema. Boa parte das pesquisas e matérias publicadas tem como foco principal, o trabalho urbano e escanteia, na maioria das vezes, os problemas do campo, região onde historicamente foram pagos os menores salários e onde a população viveu sem acesso a direitos básicos. Isto

¹⁸⁵ 200 milhões de crianças já trabalham. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 24. 2 de julho de 1993.

¹⁸⁶ Crianças já são 12% da população ativa. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 13. 11 de outubro de 1993.

¹⁸⁷ Cai a participação do trabalho infantil. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 10. 29 de novembro de 1993.

¹⁸⁸ Trabalho infantil teve redução em 10 anos. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 9. 10 de janeiro de 1994.

¹⁸⁹ Crianças são mais exploradas. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 11. 13 de março de 1995.

¹⁹⁰ Mão de obra infantil cresce. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-20. 12 de junho de 1995.

¹⁹¹ Denunciada exploração de mão de obra infantil no Brasil. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-9. 23 de maio de 1996.

¹⁹² Trabalho infantil aponta desnível entre famílias. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-12. 16 de outubro de 1995.

¹⁹³ Cai um mito sobre o trabalho infantil: Pesquisa de economistas do IPEA mostra que a pobreza não é a principal causa do problema no Brasil. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-6. 28 de setembro de 1996.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. A-6.

acontece, pela dificuldade de se conseguir informações sobre a situação real das zonas rurais em um país com tão grande proporção como é o caso do Brasil. Além disso, a violência do campo e a repressão, também contribuíam significativamente para o apagamento das demandas e necessidades deste espaço. Porém, também fica o questionamento sobre a contribuição de uma possível parcialidade do jornal em não denunciar a escassez de dados, por exemplo.

Após 1996, a tabela acima demonstra que se iniciou um processo de crescimento constante das notícias veiculadas sobre o tema no periódico em questão. Um nome passa a recorrentemente estar relacionado à temática do trabalho infantil: Fernando Henrique Cardoso (FHC). As notícias se baseiam significativamente em iniciativas tomadas pelo presidente, e as publicações possibilitam a compreensão positiva da imagem de posicionamento firme do Estado brasileiro, frente à própria população quanto ao enfrentamento da exploração infantil.

Figura 7: 1996. Um pacto contra o trabalho infantil.¹⁹⁵



É neste momento, como mostra a figura 7, inclusive, que maiores medidas são tomadas para o combate e a erradicação da mão de obra de crianças nas zonas canavieiras, assim como o momento em que a realidade desses espaços fica mais conhecida em cidades como o Rio de Janeiro. Através destas, é compartilhado que “Os técnicos acreditam que, dentro de dois anos, poderá ser totalmente erradicado o trabalho de menores nos canaviais”¹⁹⁶, ou ainda que a proposta do programa Pacto Nacional, garante “pagamento de R\$25,00 por

¹⁹⁵ Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_18&pasta=ano%20199&pesq=%22trabalho%20infantil%22&pagfis=75820>. Acesso em 24 de mai. de 2023.

¹⁹⁶ Trabalho infantil. Coluna: Brasília. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-7. 17 de julho de 1996.

mês à família de cada criança que abandonar a lavoura canavieira”¹⁹⁷.

Vale salientar que o salário mínimo de 1996 girava em torno de R\$112,00, configurando de fato uma boa medida inicial como apoio para as famílias de crianças que se encontravam entre estas estatísticas. Outra notícia bastante interessante, reforça a imagem de conscientização do Estado sobre a necessidade de atuação junto às famílias, quando

Para o presidente, se as crianças trabalham é porque as famílias não têm recursos e precisam. “Então não adianta simplesmente proibir o trabalho infantil e não dar condições para que essa proibição seja efetiva, acentuou Fernando Henrique.”¹⁹⁸

Seguindo essa linha, já em 1997, também é noticiada a medida do governo FHC que anuncia a expansão do programa Criança Cidadã com bolsas que agora variavam até R\$50,00 e que passam a se estender a mais regiões do país, a exemplo do estado de Pernambuco. Porém, nos anos seguintes, para além de matérias reflexivas de opinião sobre o trabalho infantil como um dos problemas do século, assim como divulgação de projetos sociais e iniciativas da OIT, outros dois temas passam a se relacionar inúmeras vezes ao tema: destacam-se, o governo de FHC, e as relações comerciais entre o Brasil e países estrangeiros como os Estados Unidos da América.

Agora, entre 1998 e 1999, percebe-se a pauta do trabalho infantil como sendo utilizada pelo JC como ponto de fragilidade do governo. Matérias chamavam a atenção do leitor para possíveis fragilidades do presidente como uma “*dificuldade de governar*”¹⁹⁹, embora na mesma seja ressaltada a garantia de que programas para combate à exploração de mão de obra infantil sejam intensificados²⁰⁰. A partir de 1999, no entanto, o clima de pessimismo frente a mudanças de iniciativa por parte do governo para os programas sociais, se intensifica. Enquanto que ainda no início do ano, FHC reforça seu compromisso com os programas chamando de “ilusão a idéia dos que dizem que o Governo abandonou o social por causa da crise econômica”²⁰¹. Nos meses seguintes, voltam a ser anunciados em grandes títulos os cortes nos programas sociais, ressaltando, no corpo do texto, que programas como os de

¹⁹⁷ Um pacto contra o trabalho infantil: Fernando Henrique lança programa para erradicar a exploração da mão de obra de crianças. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-8. 9 de setembro de 1996.

¹⁹⁸ Presidente anuncia emenda que proíbe trabalho para crianças menores de 14 anos. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-2. 12 de outubro de 1996.

¹⁹⁹ FHC não fala de ajustes no programa eleitoral: Mas presidente-candidato *admite dificuldade de governar*. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-14. 9 de setembro de 1998.

²⁰⁰ *Ibidem*, p. A-14.

²⁰¹ Compromisso com o social. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-6. 26 de fevereiro de 1999.

erradicação para o trabalho infantil podem sofrer com as medidas²⁰². Outra matéria ainda afirma que, as verbas para o PETI, caíram de R\$82 milhões para R\$30 milhões²⁰³.

Sobre este ponto, o jornal tem como última matéria publicada, em destaque pelo título, mostrando uma postura diferente de FHC do período onde “O presidente [...] reconheceu ontem que o Governo errou a promover os cortes na área social”²⁰⁴ e “anunciou que voltam a ter os recursos integrais os benefícios pagos ao [...] erradicação do trabalho infantil”²⁰⁵. É notável a maneira como os debates e problemas referentes à exploração de menores acabam sendo diretamente atribuídos ao presidente do período, reforçando a maneira como a pauta pode ser atribuída de maneira positiva ou negativa à aceitação ou aprovação de determinado candidato à presidência. Neste caso, se em anos anteriores a causa foi utilizada pelo jornal como forma de promover as ações de determinado representante do Estado, entre 1998 e 1999, anos pré e pós reeleição, a mesma causa é utilizada de maneira a não contribuir para a aceitação do presidente.

Por fim, ainda é válido ressaltar a forma em como, já em fins de 1999, o JC evidencia a erradicação do trabalho infantil como causa de tensões entre Brasil e EUA. A exploração de menores é apresentada de maneira ambígua para o leitor, onde, por parte dos EUA pode se entender certa “preocupação” pela continuidade do uso dessa mão de obra em países emergentes da época. Aqui, se destacam as matérias que Clinton acusa a exploração de mão de obra infantil pela indústria calçadista brasileira²⁰⁶. Enquanto que, por outro lado, o Brasil reforça sua erradicação dessa prática no setor citado²⁰⁷, e pontua ser esta exigência para a integração na OMC uma barreira²⁰⁸ para as relações comerciais do país. Novamente aqui, é perceptível o uso de um problema grave como justificativa para a manutenção de poder, de países influentes mundialmente. Todavia, neste caso, o jornal atua como mediador, embora seja dada ênfase, mesmo que indiretamente, à uma narrativa crítica às ações imperialistas de cerceamento do crescimento comercial de países como o Brasil.

3.2.2 O trabalho rural infantil nas publicações do *Jornal do Commercio*

²⁰² Programas sociais perdem R\$200 milhões: D. Ruth inaugura obras no *Renascer* e nega cortes no Programa Comunidade Solidária. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-33. 27 de fevereiro de 1999.

²⁰³ Cortes sociais. Coluna: Opinião. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-41. 1 de março de 1999.

²⁰⁴ FHC admite erro ao promover cortes no social: Presidente *manda repor recursos*. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-3. 31 de março de 1999.

²⁰⁵ *Ibidem*, p. A-31.

²⁰⁶ Declarações de Clinton irritam brasileiros. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-7. 4 de dezembro de 1999.

²⁰⁷ Fiesp critica Clinton no caso dos sapatos. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-8. 7 de dezembro de 1999.

²⁰⁸ Brasil rejeita proposta de Clinton na OMC: Proteção aos direitos trabalhistas é entendida como barreira. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 3 de dezembro de 1999.

Agora é importante avaliar se e como o trabalho rural infantil, e mais especificamente a exploração dessa mão de obra na zona canavieira de Pernambuco, foi abordado, assim como a postura adotada pelo periódico nestas publicações. Ao longo de tudo que foi exposto acima, é notável que muito foi noticiado sobre as medidas tomadas pelo Governo Federal, assim como ações internacionais incentivadas pela OIT, por exemplo, foram amplamente divulgadas. Não foi difícil, inclusive, encontrar várias notícias relacionadas aos direitos da criança e do adolescente, assim como a grande incidência da mão de obra infantil nos grandes centros urbanos e relacionada, por vezes, ao rápido crescimento e desenvolvimento econômico de países como o Brasil. É sabido que o uso de menores tornava o processo de produção mais barato visto o baixo valor recebido pelos pequenos trabalhadores; assim como o crescimento da sociedade de maneira geral, pela grande concentração de riqueza, o alto percentual de pobreza e a ausência de políticas públicas. Esses fatores foram significativos na contribuição para o abandono de menores que somavam as estatísticas da população de rua. Todos esses problemas foram amplamente divulgados pelo jornal analisado. Mas e quanto as crianças do campo?

Na primeira década analisada do *JC*, somente 4 publicações citam em alguma medida o trabalho rural de crianças. Mas, em nenhum dos casos, os locais citados se referem especificamente ao trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar, muito menos a Zona canavieira pernambucana. As matérias se restringem a, inclusive, fazer alguns comparativos entre a realidade urbana e rural, apontando o aumento da mão de obra de menores nos grandes centros urbanos. Visto que, em 1980 ainda se havia uma forte onda assistencialista, enquanto que as medidas de combate ao trabalho avançavam gradativamente em ritmo lento, é compatível o quase apagamento de notícias e matérias que trouxessem como destaque os problemas do campo. Como dito acima, como a pressão social ainda se estruturava no combate à prática, nacional e internacionalmente, é possível que o *JC* visse a questão como algo que não suscitou grande interesse social. E mais, por se localizar em uma das maiores cidades do país, em decorrência do crescimento urbano, era em certa medida esperado que priorizasse a cobertura de crescimento da prática no meio urbano.

O quadro mudou positivamente, porém, nos anos 1990. Ao todo, 34 matérias trabalham quando não de maneira exclusiva, citam no corpo o texto a situação de crianças envolvidas no trabalho do açúcar. Lembrando que, por ter um maior alcance, elas não se restringem especificamente aos canaviais de Pernambuco, levando-se em consideração que o próprio Rio de Janeiro também era uma região produtora de açúcar. A primeira publicação

que se dirigiu ao estado de Pernambuco, traz logo uma denúncia. Promovida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado, foi possível através de intervenção do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), “estabelecer multa de um salário mínimo por dia por cada criança encontrada trabalhando em situação irregular nos canaviais pernambucanos”²⁰⁹. E mais, é compartilhado com o leitor a maior facilidade de exploração dessa mão de obra, além de informar que a maneira em que muitos chegam a esses espaços é através dos pais para ajudar na renda²¹⁰. Essa informação foi compartilhada no estado pelo CJC, como trabalhado no capítulo 2.

Já em 1994, um texto crítico escrito por José Roberto P. Novaes, novamente compartilha com o leitor a desigualdade gerada pela indústria canavieira, e a exploração gerada sobre adultos e crianças. O consumidor do jornal, nesse caso, não ficava ciente apenas das péssimas condições a qual esses trabalhadores estavam submetidos, como compreendia a estrutura criada para a sua prática. Explicando o processo que culminou na criação do Proálcool, o escritor ressalta a relação criada entre a classe dominante e o Estado, gerando um Poder público, que

subordinado aos interesses dos usineiros, ampliou a oferta de recursos públicos, manteve os privilégios nos momentos de renegociações das dívidas públicas, e preservou a impunidade dos usineiros que não pagam as contribuições sociais e que desrespeitam a legislação trabalhista.²¹¹

Na publicação em questão também é informado, de maneira crítica, a expansão da cana pelas terras dos estados produtores, e aumento da proletarização do trabalhador rural, em um contraste com o aumento da tecnologia investida no maquinário, para maior lucro dos empregadores. Mesmo não se restringindo apenas à Pernambuco - o autor inclui na realidade analisada estados como Alagoas, São Paulo e Rio -, traz dados concretos das arbitrariedades produzidas a partir desse processo, geradoras da exploração de 50 mil crianças²¹² no corte da cana, apenas nas lavouras pernambucanas.

É importante notar que, mesmo não ocupando a capa do jornal, ou mesmo não estando em folhas destinadas para matérias de destaque, o jornal abriu espaço para um texto fortemente crítico, que talvez em outros estados e regiões que fossem muitíssimos dominados

²⁰⁹ Multa para o trabalho de menor em Canavial. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 17. 26 de outubro de 1993.

²¹⁰ *Ibidem*, p. 17.

²¹¹ Desemprego nos canaviais. José Roberto P. Novaes. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. 18. 4 de julho de 1994.

²¹² *Ibidem*, p. 18.

pela “elite do açúcar” não fosse minimamente cogitado para a publicação. E mais, no material em questão o objetivo é claramente não se restringir à mostrar as consequências e “comprovar” a existência deste desequilíbrio entre classes, como também evidenciar suas causas para o leitor.

Em continuidade, novos dados vão sendo divulgados ao longo dos anos. Embora no período o ECA já estivesse em vigor, a presença de crianças nesses espaços de trabalho exploratório continuava gritante. Em 1995, um dos fatores apontados para a dificuldade de reprimir e evitar tal prática, é associado à falta de fiscalização, e mesmo que fosse feita, os relatórios não apresentavam as informações necessárias para se punir o empregador.²¹³ Para isso, sabe-se que poderia ocorrer um movimento dificultador para a presença dos órgãos fiscalizadores nesses espaços, já que, como foi visto, historicamente empregadores e latifundiários do açúcar exerceram forte influência no Estado, de modo a lhes favorecer. É a partir desse ano também, que como foi visto, as matérias relacionadas à temática ganham mais incidência no jornal. Como foi observado, boa parte está relacionada às ações do presidente FHC, que, como maior representante nacional e internacional do país, passa a organizar medidas e planos de combate a uma das piores formas do trabalho de menores, que no Brasil se expressava principalmente no período de corte e queima da cana-de-açúcar.

O Proálcool, inclusive, aparece novamente em outra matéria, já em 1996, como objeto de crítica de entidades voltadas para a proteção dos direitos da criança, como a Abrinq. Mesmo que não seja citado no título do texto, e que este seja bem menor comparado ao citado pouco acima, é nítida a consciência de certos setores sociais na contribuição que o programa, criado em 1975, possuiu na contínua presença de menores nos canaviais. Aqui, é exigido que “o pacote de medidas de reativação do Proálcool, incluía itens que impeça a contratação de crianças para trabalhar nas usinas de produção de álcool.”²¹⁴ Na sequência, as condições das crianças da zona canavieira nordestina recorrentemente são citadas em matérias que reforçam sua ocupação nesse trabalho como uma das piores existentes, aliado ao corte de sisal e as carvoarias. Porém, são enfáticos em apontar que “o setor que mais explora a mão de obra de meninos e meninas é o da cana”²¹⁵. Entre 1996 e 1998 o jornal também possibilita ao leitor, entrar em contato com as narrativas desses menores.

²¹³ Crianças são mais exploradas. **Jornal do Commercio (RJ)**, p. 11. 13 de março de 1995.

²¹⁴ Abrinq faz protesto. Coluna: Brasília. **Jornal do Commercio (RJ)**, p. A-12. 21 de março de 1996.

²¹⁵ Trabalho de adolescentes: Senar formará menores para atuar no campo. **Jornal do Commercio (RJ)**, p. A-6. 4 de dezembro de 1996.

Partindo das ações promovidas por FHC, ficam conhecidas as histórias de adolescentes como de “José Carlos Bezerra da Silva, que corta cana em Pernambuco. Apesar dos seus 16 anos, ele tem apenas cerca de um metro de altura e diz que não cresceu porque não faz outra coisa da vida a não ser trabalhar”²¹⁶. Mais do que compartilhar dados frios sobre a incidência desse trabalho, o JC também propõe ao leitor, saber a percepção que as próprias crianças possuem sobre a atividade que exercem nos canaviais. Em outra passagem o mesmo garoto afirma querer brincar²¹⁷, suscitando no leitor o senso de incompatibilidade entre a tarefa e o menor trabalhador. Em 1998, o jornal reproduz um trecho do programa de rádio apresentado pelo presidente, no qual outras duas crianças, agora da Zona da Mata Sul de Pernambuco, compartilham com o público as mudanças no dia a dia a partir do recebimento do Bolsa Cidadã:

Alexandre se mostrou feliz por poder estar estudando. Marcelo contou que começou a cortar cana com 10 anos e que não podia estudar porque chegava tarde em casa. “Agora, estou achando bom porque estou nesse projeto, né, e ganho dinheiro certinho para minha mãe comprar roupa para mim e para eu estudar”, disse Alexandre.²¹⁸

Ademais, as notícias seguem acompanhando os passos dados pelo presidente no combate à exploração do trabalho infantil. Desde o início do programa Bolsa Cidadã, até a sua expansão para a região Nordeste, contribuiu especialmente para o estado pernambucano. Em visita à região, foram prometidas “mais 30 mil bolsas de estudos para crianças deixarem de trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar da Zona da Mata de Pernambuco.”²¹⁹

Por último, vale evidenciar que o jornal também propôs ao leitor compreender o embate entre as diferentes narrativas e possíveis silenciamentos. Em 1997, uma publicação se utilizando de dados do CJC demonstra que “25% da mão de obra canavieira pernambucana são compostos de menores (cerca de 35 mil)”²²⁰, enquanto que para a Associação de Fornecedores de Cana do Estado

apenas 2 mil menores trabalham no plantio e corte da cana por

²¹⁶ Histórias Infantis: Vida dura de crianças emociona Dona Ruth e Fernando Henrique. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-2. 11 de outubro de 1996.

²¹⁷ *Ibidem*, p. A-2.

²¹⁸ FHC promete retirar crianças de carvoaria: Secretária elogia projeto Bolsa-Cidadã. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-5. 27 de fevereiro de 1998.

²¹⁹ FHC promete 30 mil bolsas contra o trabalho infantil: No Nordeste, presidente é recebido em clima eleitoral. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-11. 14 de fevereiro de 1998.

²²⁰ Bolsa-escola beneficiará 100 mil em Pernambuco. **Jornal do Commercio (RJ)**. p. A-16. 22 de agosto de 1997.

determinação dos pais, que querem sua ajuda na execução das tarefas. O presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, Manoel dos Santos, não aceita os números nem o argumento da associação.²²¹

Mesmo em uma matéria pequena, e com um título que não revela nenhum indício de tal discussão no corpo do texto, o veículo ainda assim deu a oportunidade de seu consumidor perceber a tentativa de se ocultar ou diminuir a gravidade do problema e das estatísticas comprometedoras do emprego de menores nos canaviais. E mais: sabendo-se do amparo que programas como o Proálcool promoveram para os usineiros, algo que também foi trabalhado e divulgado pelo JC, fica evidente ao leitor que essas crianças não se encontram nesses espaços por determinação daqueles que mais os buscavam proteger.

Em suma, mesmo se tratando de um jornal produzido na região Sudeste do país, e além disso trazendo informações gerais sobre os direitos da criança e pondo em destaque em grande medida o trabalho urbano, pode ser vista de maneira surpreendentemente positiva as publicações que giram em torno do trabalho rural infantil. Muito embora boa parte das matérias que tocam no recorte estudado estejam relacionadas à figura do presidente Fernando Henrique Cardoso, assim como, mesmo pelo título das matérias, possam ter sido publicadas com o propósito de reforçar uma imagem positiva de seu governo, ainda assim foi significativa a postura do jornal frente a este problema.

3.2.3 Trabalho infantil e o *Diário de Pernambuco*

O periódico agora analisado, como o próprio título revela, é publicado no estado de Pernambuco e considerado como o mais antigo em circulação na América Latina. Para o tema desta pesquisa, foram utilizados os mesmos termos de busca aplicados anteriormente ao JC, para matérias que fizessem referência ao trabalho infantil e mais especificamente ao trabalho rural de menores, para ambas as décadas analisadas. O resultado se encontra na tabela a seguir:

²²¹ *Ibidem*, p. A-16.

Tabela 3: Ocorrências no DP entre os anos de 1980 à 1996

Diário de Pernambuco (DP)	1980-1989	1980-1989	1990-1996	1990-1996
Termos de busca	Ocorrências	Porcentagem	Ocorrências	Porcentagem
Trabalho infantil	20	7%	1	50%
Menor trabalhador	235	81%	1	50%
Menor trabalhador rural	4	1%	0	0%
Trabalho de/da criança	15	5%	0	0%
Criança do campo	16	6%	0	0%
Menor rurícola	0	0%	0	0%
Total	290	100%	2	100%

Fonte: dados calculados pela autora partindo das informações apresentadas nas matérias publicadas pelo Diário de Pernambuco, de 1980 até 1996, disponíveis na Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital).

Ao contrário do que ocorre no jornal publicado no Rio de Janeiro, é constatada uma situação inversa no *Diário de Pernambuco*, como mostra a tabela 3.. Aqui, o maior número de publicações ocorre ainda na década de 1980, e para a seguinte, só duas ocorrências são encontradas para todos os termos pesquisados. Outra observação que chama atenção, é que, para Pernambuco, o termo “*trabalho infantil*” não é o que possui maior número. Neste jornal, inclusive, e para este período, a maior parte das 20 publicações encontradas faz referências a peças de teatro promovidas para crianças. Deste total, somente sete se inserem no recorte desta pesquisa, e apenas uma delas cita especificamente a presença de crianças nas lavouras de cana-de-açúcar. Aqui o trabalho do CJC é evidenciado, contribuindo para crianças do campo que se viam distantes dos espaços institucionais de ensino, pela falta de diálogo entre o

que se aprendia e suas realidades.²²² As demais, apenas citam o trabalho agrícola de maneira geral.

Enquanto uma ressalta os benefícios que o trabalho agrícola pode ter por ser exercício em conjunto a família, ignorando a exploração nos grandes latifúndios²²³, a segunda ainda traz dados relevantes, compartilhando que “Em 1978, nada menos do que 4,5 milhões de menores pararam seus estudos para trabalhar na agricultura, num esforço para reforçar o raquítico orçamento familiar.”²²⁴ Ambas fazem um panorama geral sobre este tipo de exploração no país, relacionando os números de menores trabalhadores às causas como pobreza, falta de conhecimento, fome e subnutrição. Mas no fim, a crítica é voltada para o número crescente de crianças carentes e abandonadas, algo que como vai ser visto, é preferencialmente publicado de maneira recorrente pelo jornal.

Os próximos termos encontrados com algumas recorrências foram “*Criança do campo*” e “*trabalho de/da criança*”. O primeiro, consta com 16 ocorrências, porém somente 1 se soma ao objeto pesquisado aqui. Na publicação é compartilhado com o leitor, a informação de que, com o I Encontro do Menor Trabalhador Rural, o objetivo era “esclarecer os direitos da criança do campo, sensibilizar o menor trabalhador rural do seu valor como força de trabalho e levá-lo a refletir sobre as causas e efeitos das greves no campo”²²⁵. Pelo título da matéria, ao contrário das outras, o leitor já percebe de início que ela se volta para o trabalho infantil no estado. Porém, a publicação se assemelha mais a uma nota, demonstrando em parte iniciativas que podiam ser positivas para esse grupo, mas não informando para o leitor os resultados desta, assim como os próprios direitos citados no corpo do texto.

Já para o segundo, no total, o arquivo contabiliza 15 ocorrências, mas apenas cinco destas se inserem no recorte desta pesquisa. Entre elas, é passado para o leitor um panorama geral sobre as causas do uso da mão de obra infantil, e ocorrência desta prática como “estratégia de sobrevivência”²²⁶ pelas famílias, mas o foco é a pobreza. Outras duas matérias trazem reivindicações dos trabalhadores do café na Bahia, para a garantia dos direitos das

²²² Projeto Escola Vida une os alunos e a comunidade. Autor: Tereza Rozowykwiat. **Diário de Pernambuco**. p. A-12. 6 de março de 1983.

²²³ Menor carente: a face cruel da marginalização precoce. **Diário de Pernambuco**. p. A-14. 13 de junho de 1982.

²²⁴ Mais amor. Autor: Júlio Fernando Bresani. In: Opinião. **Diário de Pernambuco**. p. A-7. 23 de agosto de 1982.

²²⁵ Febem reúne menores trabalhadores rurais. **Diário de Pernambuco**. A-9. 2 de novembro de 1988.

²²⁶ Pesquisa vê pobreza da família no país. **Diário de Pernambuco**. p. A-23. 27 de junho de 1982.

crianças e a possibilidade de seu acesso à escola²²⁷, assim como a constatação da exploração desse grupo como algo recorrente na América Latina²²⁸. Para Pernambuco, a publicação que se destaca traz ao leitor os direitos das crianças de 0 a 6 anos em iniciativa conjunta do MEC e do governo do Estado, e entre outras medidas é estabelecida a proibição do trabalho²²⁹ para menores dessa faixa etária. Vale ressaltar que, em todas as matérias mencionadas até aqui, não apontam o problema de forma destaca já no título do texto, todas trabalham a questão se referindo a ela de maneira rápida e já no corpo do texto, o que não contribui para a visibilidade da questão.

“*Menor trabalhador rural*”, é o menos encontrado, com apenas 4 ocorrências. A primeira encontrada, na seção policial do jornal, se refere a um menor trabalhador rural vítima de violência da Zona da Mata²³⁰. Aqui, o motivo não é explicitado, justificado apenas como “rixa antiga”, onde não fica claro ao leitor que este seria por motivo de trabalho e da repressão de classes no campo, ou se por motivos pessoais. Outras duas matérias restringem-se à divulgação de eventos. No primeiro, é discutida a violência por maus tratos sobre os menores trabalhadores do campo²³¹, vale perceber, em uma pequena nota; o segundo registra o I Encontro do Menor Trabalhador, porém nada é dito sobre as ações desse encontro e sua proposta. O texto se volta completamente para a divulgação dos nomes da alta sociedade presentes, algo muito comum em publicações que serão analisadas mais a frente. A conclusão que se pode ter deste tipo de matéria, é única e exclusivamente atribuir prestígio para os sujeitos que têm seu nome divulgado no jornal.

A última publicação restante é a única a possuir de fato um posicionamento mais crítico frente à atuação do menor trabalhador rural. Embora o foco da publicação não seja os trabalhadores da cana, mas sim crianças encontradas nas lavouras de tomate do Agreste pernambucano, colocando-se em pauta as degradantes condições enfrentadas²³². O texto de Graça Prado, compartilha com o leitor do jornal o trabalho de pesquisa realizado pelo juiz Celmino Gusmão. Este que, acompanhando também crianças da cana na Zona da Mata Sul do estado, denuncia a evasão escolar provocada pela necessidade de trabalhar e o abuso para com esses menores nestes espaços. Como dito acima, mesmo que a matéria não seja voltada para

²²⁷ Greve na lavoura. **Diário de Pernambuco**. p. A-24. 15 de abril de 1980.

²²⁸ Calendário do Labrador altera datas nacionais. **Diário de Pernambuco**. p. A-12. 17 de novembro de 1981.

²²⁹ MEC tem proposta sobre a criança e a Constituinte. **Diário de Pernambuco**. p. A-12. 3 de outubro de 1986.

²³⁰ Menor leva bala. **Diário de Pernambuco**. p. A-19. 5 de março de 1982.

²³¹ Preto e Branco. **Diário de Pernambuco**. p. A-7. 22 de setembro de 1988.

²³² Agrotóxicos: caminho da morte para crianças que ganham a vida no Agreste. **Diário de Pernambuco**. p. A-20. 25 de setembro de 1988.

as áreas de cana, o leitor tornava-se ciente da exploração que crianças trabalhadoras do campo enfrentavam diariamente na luta pela sobrevivência.

Por fim, é válido salientar, especialmente, o termo “*Menor trabalhador*” com o maior número de ocorrências. É nítida a quantidade de material produzido e publicado ao longo da década de 1980 envolvendo as crianças trabalhadoras, gerando uma expectativa positiva para a divulgação da discussão do trabalho infantil em Pernambuco. Para se ter uma melhor compreensão da proporção e da quantidade dessas publicações, a seguir:

Tabela 4: Ocorrências do termo “Menor trabalhador” no DP para a década de 1980

Ano de publicação das matérias no <i>Diário de Pernambuco</i>	Nº total de publicações sobre “<i>Menor trabalhador</i>” por ano	Porcentagem
1980	0	0%
1981	0	0%
1982	3	1%
1983	14	6%
1984	45	19%
1985	33	14%
1986	32	14%
1987	53	23%
1988	32	14%
1989	23	10%
Total	235	100%

Fonte: dados calculados pela autora partindo das informações apresentadas nas matérias publicadas pelo Diário de Pernambuco, de 1980 até 1989, disponíveis na Hemeroteca Digital no site da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital).

É perceptível o aumento dessas publicações logo após o ano de 1983, quando já se contabilizam textos que se referem aos grupos dos menores trabalhadores. Em todo o período alcançado pela tabela, o número só tem uma queda significativa em 1989, já próximo à virada para 1990. Mas, as diferenças entre o *DP* e *JC* não se restringem apenas à quantidade de

ocorrências entre as décadas analisadas e ao termo encontrado. O teor das publicações é bastante diferente e pode gerar diversos questionamentos. Enquanto que, como foi visto anteriormente ainda neste capítulo, o país passava por uma forte mudança social que enfocava os direitos das crianças e o combate ao trabalho infantil, criticando fortemente as ações e iniciativas exclusivamente assistencialistas - o que se reflexiu de maneira clara nas publicações do *Jornal do Commercio* carioca, o mesmo não ocorreu ao *Diario de Pernambuco*.

Quase que majoritariamente, com pouquíssimas exceções, as publicações referentes ao “*Menor trabalhador*” no jornal pernambucano foram de caráter assistencialista. Ano após ano, se somam várias matérias que de, maneira quase propagandística, trazem no título ou no corpo do texto referências à “*Casa do Menor Trabalhador*”; “*Legião Assistencial do Recife (LAR)*”; “*Núcleo de Produção do Menor Trabalhador*” e “*Projeto de Integração do Menor Trabalhador*”. Todas estas organizações e espaços eram voltadas para as crianças da cidade do Recife, que pela pobreza e o abandono, passavam a aumentar as estatísticas da população de rua. Ou seja, eram medidas que não se estendiam ao campo e a população rural, muito menos as crianças trabalhadoras da cana-de-açúcar. E mais, mesmo que todas elas auxiliassem em alguma medida a melhora das condições de sobrevivência desses menores, essas ações não trabalhavam com a perspectiva de erradicação ao trabalho infantil, mas pregavam uma visão que já vinha sendo combatida no restante do país, de que era o trabalho essencial para o futuro e a formação moral das crianças pobres.

Outro ponto negativo, é que, mesmo amparados temporariamente na Casa do Menor, muitos desses trabalhos ainda continuavam sendo realizados na rua, deixando as crianças ainda suscetíveis a violência. Para realizar esses trabalhos, precisavam lidar com a concorrência de outros, o que gerava perseguições e ameaças para com os menores, algo já descrito inclusive por Gregório Bezerra em sua biografia ainda para os anos 1910. Em matéria de 1983, o leitor podia ter uma ideia desse problema, mesmo que negado pelo LAR, que se defende da acusação de concorrência mirim²³³. Estas crianças e adolescentes ainda, podiam trabalhar como “guarda-mirim, vigia de estacionamento, vendedor de lanches e batalhão-mirim de limpeza”²³⁴, todos estes sendo trabalhos executados nas ruas. Posteriormente, de acordo com outra matéria do mesmo ano, atividades internas seriam

²³³ Legião nega concorrência mirim. **Diario de Pernambuco**. A-5. 22 de junho de 1983.

²³⁴ LAR centraliza núcleos de triagem e profissionalização. **Diario de Pernambuco**. p. A-5. 19 de março de 1984.

promovidas, como criação de coelhos e codornas, e aliado ao trabalho também eram disponibilizadas aulas de “alfabetização e educação integrada, o que equivale a conclusão do 1º grau menor, em um ano”²³⁵.

A conciliação da educação com o trabalho também era uma questão um tanto problemática, porque se um lado promovia uma pequena melhora nas condições de vida dessas crianças e adolescentes - o que inclusive é reconhecido como insuficiente²³⁶ em outra publicação -, por outro, continuava destinando os menores a trabalhos que não possuíam grande remuneração e que eram suficientes apenas para sobreviver. Mas pelo grande número de publicações compartilhando as iniciativas assistencialistas tomadas fica claro o posicionamento de apoio do jornal, até mesmo em caráter de propaganda feita pelo veículo. Isto pois, ao mesmo tempo em que haviam matérias de destaque e textos curtos que mais pareciam notas, conhecidos inclusive como “*As curtinhas*”, sempre estavam associados os nomes de Silvia Coureiro Cavalcanti, primeira-dama da cidade do Recife e presidente do LAR e Roberto Magalhães, governador do estado. Um título sugestivo de propaganda por parte do DP, pode ser exemplificado por este: “*Silvia Cavalcanti: a boa vontade ajudando na promoção social*”²³⁷, o que confere reconhecimento e prestígio para com a primeira-dama.

Outra publicação, agora em 1985, em posição de destaque no jornal, ocupando metade inteira da página e com duas fotografias grandes de crianças que participam da Casa de Integração do Menor Trabalhador, traz um forte discurso assistencialista.

Figura 8: 1985. Menores carentes ensinam como vencer a crise.²³⁸

²³⁵ Prefeito inaugura casa de Integração do Menor Trabalhador. **Diário de Pernambuco**. p. A-5. 30 de abril de 1984.

²³⁶ Menor agora tem onde ficar e ser orientado a emprego. **Diário de Pernambuco**. A-4. 5 de maio de 1984.

²³⁷ Silvia Cavalcanti, a boa vontade ajudando na promoção social. **Diário de Pernambuco**. p. B-4. 26 de agosto de 1984.

²³⁸ Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=%22trabalho%20infantil%22&pagfis=84529>. Acesso em: 24 de mai. de 2023.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO **VIVER** Sociais Cinema Feminino TV
Recife, quinta-feira, 3 de janeiro de 1985 Seção B, Página Um

Menores carentes ensinam como vencer a crise

Fernanda Terça Barreto



Se você quer vencer a crise, tire o chapéu, arregace as mangas e trabalhe. Foi seguindo este conselho - ou remédio - que 200 menores carentes, na faixa etária dos sete aos 17 anos, se inscreveram à Casa de Integração do Menor Trabalhador, fundada a 1 de maio de 1984, pela Legião Amambulante do Recife. Ali, eles exercem atividades variadas: internas e externas, recebem uma bolsa-auxílio e participam de aulas onde aprendem a ler, escrever e contar. Junto a tudo isso, recebem ainda atendimento médico-odontológico, psicológico, social e alimentício.

Logo cedo, lembrando funcionários pedidos, eles chegam e se apresentam no casarão situado na Avenida Casanga. É o início de um dia de trabalho. Os que trabalham nas atividades externas - venda de lanches em repartições públicas, guarda-mirim de limpeza, no Mercado Público de Afogados, e guardas-casas nos estabelecimentos da Prefeitura do Recife e na Rua de Augusta - seguem para suas respectivas ações e voltam ao final do expediente. Os vendedores de lanches, além de bolsa-auxílio, recebem um percentual do que é vendido.

Um outro grupo fica ligado às atividades internas da Casa de Integração do Menor Trabalhador: guarda-mirim de limpeza, ou na cozinha, na horta, na costureira e na criação de codornas. Para cada atividade há um técnico supervisionando a supervisão de assistência social. Dos 200 menores carentes vinculados à Casa de Integração do Menor Trabalhador, 120 se dedicam a atividades rotineiras e o restante trabalha na Seção

Courtesy: Cavalcanti, no ano de 80 anos cursos profissionalizantes atuais: mas, esperando-se que o número de alunos seja maior; e, com uma profunda, eles poderão atuar fora da escola e ganhar mais uma renda, a fim de contribuir para com a família.

Além desses cursos, a Casa de Integração mantém contatos com a Escola de Aprendizagem Manibair, para que os alunos, ao completarem 15 anos, possam ser absorvidos pela Unidade de Ensino Naval, onde prestarão um exame de seleção e, a partir daí, integrar-se-ão ao corpo de aprendizagem manibair. Atualmente já existem três menores participando desse curso.

METAS PARA 85

Para o próximo ano, a primeira turma do município elaborou um programa, através do qual pretende aumentar o número de vagas nos mestres, na escola, e também nas atividades rotineiras. Inclui-se nesse plano um convênio com a Funabem, nos dois primeiros meses de 85, para a instalação de uma fábrica de picolé, na própria escola, absorvendo mais alguns menores que ainda não se encontram inseridos nas atividades rotineiras.

Outra meta será um convênio firmado com todos os Secretários da Prefeitura do Recife e com a Pirelli, para engajar os alunos que obtiverem o certificado de conclusão do curso de manibair: assim, a Casa de Integração do Menor Trabalhador não se preocupa com as crianças carentes, e, caso isso, nesta direcção, as mãos das crianças que frequentam a escola, cursos de culinária e corte e costura, bem como proporcionar a elas aulas de ginástica esportiva, além de orientação sobre higiene.

O título, observado na figura 8, já é bastante revelador por apresentar a matéria da seguinte maneira: “Menores carentes ensinam como vencer a crise”²³⁹ Em seguida, a primeira frase do texto se inicia dessa forma: “Se você quer vencer a crise, tire o chapéu, arregace as mangas e trabalhe.”²⁴⁰ Ou seja, mais uma vez o jornal ao invés de combater a prática do trabalho infantil, reforça no leitor o estereótipo do “quem quer, consegue”, com a narrativa em que basta ter mérito e trabalhar para se ter uma vida digna e em boas condições. Levando em consideração as diferentes classes que podem ter tido acesso ao jornal, pode se ter duas conclusões, a primeira é que para empregadores e a classe média burguesa, se reafirma o discurso negativo contra demais trabalhadores que possam reivindicar por direitos e melhores condições de trabalho, visto que apenas trabalhar já seria o suficiente. Para a classe pobre trabalhadora, se perpetuava a ideia de o trabalho infantil era necessário para sua formação e desenvolvimento.

Após 1986, porém, mesmo com a continuidade de publicações que reforçavam uma visão extremamente positiva do investimento do assistencialismo em Pernambuco, algumas poucas publicações começam a mostrar a insuficiência destas iniciativas. A exemplo do texto intitulado “Meninos do LAR exigem emprego”²⁴¹, quando através da fala das próprias crianças, fica explícita a grande margem de menores que continuavam sem acesso a assistência. Em agosto do mesmo ano, outra reivindicação das crianças é noticiada, com relatos de vários menores trabalhadores que não eram aceitos nas casas de abrigo por possuírem deficiências, por terem casa²⁴² ou simplesmente porque a ajuda não chegava até

²³⁹ Menores carentes ensinam como vencer a crise. **Diário de Pernambuco**. p. B-1. 3 de janeiro de 1985.

²⁴⁰ *Ibidem*, p. B-1.

²⁴¹ Meninos do LAR exigem emprego. **Diário de Pernambuco**. p. A-11. 31 de maio de 1986.

²⁴² Lançada campanha para proteger meninos de rua. **Diário de Pernambuco**. p. A-13. 21 de agosto de 1986.

eles. Aqui fica clara a ineficácia do assistencialismo, visto que as causas do trabalho infantil não eram combatidas, sendo feita na verdade, uma contribuição para que as crianças continuassem ocupando esses espaços de exploração da mão de obra infantil.

Em contrapartida, essas “denúncias” se encerraram aí. Todas as outras publicações na sequência, até fins do ano 1989 - com uma única exceção que será trabalhada mais a frente - , foram em alguma medida, exaltando essas instituições. No geral, realizando um balanço do que era noticiado pelo *Diário* ao longo de toda a década de 80, prevaleceu a exaltação das medidas assistencialistas e voltadas para as crianças trabalhadoras da grande cidade do Recife. Para a década de 1990, inesperadamente, apenas 2 notícias foram encontradas para todos os termos de pesquisa utilizados no arquivo. A primeira matéria encontrada, foi apenas mais uma, como as da década anterior, que propagavam no jornal as ações do LAR, informando a presença de crianças da instituição em um coral da igreja²⁴³. Uma única, correspondeu ao “*Trabalho infantil*”, informando ao leitor o engajamento do senador Eduardo Suplicy e sua cobrança para que o governo destinasse verbas ao combate para esta forma de exploração das crianças.

Na contramão do que era veiculado em outros locais e jornais do país, isso apenas reforça a ausência de imparcialidade dos meios de comunicação, como muitos acreditam ou esperam. Até mesmo publicações gerais que tratassem sobre os direitos das crianças e as denúncias de trabalho são escassas. E quanto ao trabalho rural infantil? Em um estado que foi gerado e teve sua economia desenvolvida com base na exploração da terra, como foi trabalhado ou abordado este problema pelo maior jornal do estado?

3.2.4 O trabalho rural infantil da Zona Canavieira no *Diário de Pernambuco*

Contando com um número infimamente menor comparado às publicações do *JC*, do *DP* ao longo de todas as ocorrências das duas décadas, conta com somente 6 publicações que façam referência ao trabalho rural infantil na cana-de-açúcar. Para a década de 1980, duas colocam em evidência a violência na região. Uma das publicações já foi trabalhada aqui e relata o tiro que um menor trabalhador recebe próximo a “*Uzina Olho D'água*”²⁴⁴, porém, não fica claro se este era um trabalho da cana, apenas se subentende pela proximidade com a usina. A segunda, porém, é bastante reveladora das práticas arbitrárias cometidas no campo, assim como a censura e o medo impostos sobre o trabalhador rural. Aqui, segue um trecho da

²⁴³ LAR. **Diário de Pernambuco**. p. B-3. 31 de agosto de 1990.

²⁴⁴ Menor leva bala. **Diário de Pernambuco**. p. A-19. 5 de março de 1982.

publicação:

A violência no campo continua a preocupar a Fetape. Ontem, mais uma queixa chegou a entidade, desta feita, denunciando torturas sofridas pelo menor trabalhador Paulo Antônio da Silva, de 17 anos, que passou cinco dias preso na Delegacia Municipal de Vicência, para confessar roubos que não cometeu, inclusive o furto de biscoito e peixe, que faziam parte da merenda da escola que funciona no Engenho Marajozinho, pertencente à Usina Barra, onde corta cana para o Engenho Firmeza. A queixa, prestada pelo administrador da propriedade conhecido como "Natal", sequer chegou a ser apurada pelo delegado Alexandre Magno Prates - segundo o pai da vítima -²⁴⁵.

Aqui, é compartilhada com o leitor a realidade dura da repressão e das relações de poder presente entre empregadores do açúcar e trabalhadores rurais. E mais, uma violência que não parte unicamente do empregador, mas do poder público do Estado representado pelo delegado, que em tese deveria equilibrar as tensões entre essa relação de poder de maneira justa e correta. Mas a realidade era diferente, o instrumento do Estado aqui auxiliava no processo de repressão, e punia cegamente na grande maioria das vezes, como o caso apresentado, sempre o lado do trabalhador.

O mesmo texto traz também outras informações importantes e reveladoras da condição do menor inserido no corte da cana. Aqui, o adolescente compartilha que “Estou com medo de denunciar, principalmente porque já trabalho para ajudar meu pai. Na usina eu não sou fichado como trabalhador por causa da idade. Mas o Sindicato de Vicência me reconhece como agricultor.”²⁴⁶ Em um trecho tão curto, o leitor se torna a par da situação de impunidade que os empregadores do açúcar possuíam em Pernambuco. Contratando crianças e adolescentes de maneira arbitrária e irregular, justamente pela falta de pagamento de salário digno às famílias de trabalhadores rurais assalariados, se aproveitavam da falta de direitos que estes menores viviam já que não eram reconhecidos como funcionários, para aumentar a repressão sobre a classe explorada.

Em outro momento, a publicação ainda compartilha o que jovem sofreu durante os dias de prisão

Paulo relatou, dentre outras coisas, que foi obrigado, durante os cinco dias de prisão a “beber detergente, comer sabão e até cabecear fezes. O policial jogava e

²⁴⁵ Violência preocupa Fetape. **Diário de Pernambuco** p. A-21. 24 de março de 1988.

²⁴⁶ *Ibidem*, p. A-21.

eu rebatia. Depois, ele mandou eu descascar um por um com os dentes, sem contar as pisadelas, pancadas com uma palmatória nos peitos, pau-de-arara, tudo para dizer que era o autor dos roubos que aconteciam no Engenho. Se não fiz nada, como é que ia confessar a eles?²⁴⁷

Choca o leitor, perceber as táticas de torturas usadas na prisão, remanescentes do período do Golpe Civil Militar, este que também provocou o endurecimento da repressão no campo e a perda de direitos dos trabalhadores rurais. E além: práticas que remetem a um período anterior a Ditadura Civil Militar, origina no passado colonial dos senhores de engenho, quando a tortura era usada como instrumento de medo para com inocentes, com a única função de gerar o medo e desestimular a articulação para resistência ou luta por direitos. No mais, surpreende este material ter sido publicado com tantos detalhes e de maneira tão explícita, levando-se em consideração a quase total ausência de material publicado o trabalho infantil no mundo do açúcar pernambucano.

Agora, a questão retorna novamente ao quase silenciamento total. A única outra matéria que trata de maneira mais direta a realidade da cana, relata a continuidade da greve dos canavieiros em Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Além de evidenciar a violência e a repressão, citando que “capangas armados têm procurado usar de força para obrigar a volta ao trabalho dos grevistas”²⁴⁸, também compartilha a conquista de algumas reivindicações dos trabalhadores, entre elas “salários iguais para homens e mulheres; auxílio doença; água potável para consumo durante as jornadas de trabalho; salário para menor trabalhador [...]”²⁴⁹. Embora não seja algo específico ao estado de Pernambuco, essas eram demandas constantes entre os trabalhadores do açúcar pernambucanos, incluindo a busca pelo pagamento de crianças e adolescentes, que já era menor do que o de adultos e que em muitos casos, ainda assim, não eram pagos.

As duas últimas, que fazem uma referência mínima direta aos menores trabalhadores da cana no estado, estão novamente relacionadas ao movimento dos menores de rua. Enquanto que uma se limita a compartilhar a cobrança de escolas também para a Zona da Mata “associada à necessidade do menor trabalhador na palha-da-cana”²⁵⁰, a outra cobre uma manifestação promovida a partir do Dia do Trabalhador em maio, como mostra a figura 9.

²⁴⁷ *Ibidem*, p. A-21.

²⁴⁸ Greve do canavieiro prossegue. **Diário de Pernambuco**. p. A-10. 2 de outubro de 1984.

²⁴⁹ *Ibidem*, p. A-10.

²⁵⁰ Meninos de rua também querem justiça social. **Diário de Pernambuco**. p. A-13. 15 de agosto de 1989.

Figura 9: 1989. Menor trabalhador protesta no 13 de Maio.²⁵¹



Para além dos meninos de rua, é chamada a atenção para os que “labutam no campo, na moagem da cana-de-açúcar”²⁵² que também se encontravam presentes no movimento. O momento de destaque é a descrição dos meninos do açúcar, onde marcaram presença

dezesseis garotos da vila de Arassoíaba, em Igarassu. Raquíticos e esfarrapados, mas com mãos calejadas, os garotos denunciavam as condições subhumanas de vida, o trabalho pesado nos canaviais e a exploração dos usineiros. “Não temos carteira assinada, férias ou FGTS. Mas somos trabalhadores também”, gritava um deles, meio gago, toda vez que se aproximava um repórter.²⁵³

Novamente é explicitada a situação irregular dessas crianças, que embora exploradas como trabalhadoras não era reconhecidas como tal. E de fato, se não possuíam a carteira de trabalho assinada, logo não entravam para as estatísticas, o que associada a repressão dos canaviais, tornava ainda mais difícil o reconhecimento do uso dessa mão de obra e consequentemente do seu combate.

A única referente ao período de 1990, já foi citada acima e assim como tantas outras publicadas pelo *DP*, não diz respeito unicamente à Pernambuco. Mas a pauta defendida por Eduardo Suplicy é voltada a “impedir a exploração de crianças no cultivo e corte da cana-de-açúcar”²⁵⁴, o que automaticamente inclui a realidade do estado. O senador ainda, percebe e denuncia algo que, por vezes, o próprio número de publicações defensoras de

²⁵¹ Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_16&pasta=ano%20198&pesq=%22trabalho%20infantil%22&pagfis=151928>. Acesso em: 24 de mai. de 2023.

²⁵² Menor Trabalhador protesta no 13 de Maio. *Diário de Pernambuco*. p. A-5. 2 de maio de 1989.

²⁵³ *Ibidem*, p. A-5.

²⁵⁴ Suplicy quer combater trabalho infantil. *Diário de Pernambuco*. p. A-7. 24 de fevereiro de 1996.

políticas assistencialistas presentes no jornal, por exemplo, foi contrária: “o trabalho infantil cria um ciclo vicioso, à medida que impede a formação escolar e profissional da criança e a perspectiva de que quando adulta exercer uma atividade com remuneração adequada”²⁵⁵. Aliás, o que é fundamental para a associação desse posicionamento do senador, é a exigência em conjunto à Abrinq, de que na mesma medida em que o Próalcool passe a receber incentivo, as empresas beneficiadas estejam, automaticamente, comprometidas com a erradicação do trabalho infantil na produção e manuseio da cana.

Contudo, por mais que algumas matérias tenham sido publicadas - uma inclusive com grande riqueza de detalhes sobre a repressão no campo -, é inegável a escassez de material, em um jornal de grande circulação como é o caso do *Diario de Pernambuco*, sobre uma realidade infelizmente tão comum e presente no estado. Fazendo uma comparação com o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, por exemplo, ocorre nitidamente um silenciamento sobre um problema que já era conhecido nacional e internacionalmente. E mais, fica claro que em duas décadas a postura do *DP* é muito semelhante, praticamente inalterada, em enaltecer as medidas e ações assistencialistas, em uma tentativa de apagamento e esquecimento da dura realidade nos canaviais. O que se pode concluir com essa observação, é a possível influência que a elite do açúcar continuava exercendo em Pernambuco ainda entre 1980 e 1999, controlando não apenas o Estado, mas os meios de comunicação e o que se fazia conhecer a sociedade urbana, distante dos espaços de exploração. Ademais, também é perceptível a postura conservadora a qual o jornal em questão era adepto, visto que a possibilidade de imparcialidade era inexistente, beneficiando uma narrativa na qual ao trabalhador do açúcar - independentemente da idade -, se reservava uma contínua tentativa de apagamento e invisibilidade, frente a resistência constante e sua luta por direitos.

3.3 A ATUAÇÃO DO ESTADO NA DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Conjuntamente à cobertura da mídia através dos jornais e as demais iniciativas internacionais para o combate à prática, foi visto que o Estado também possuiu um papel fundamental na fiscalização e na luta pelo fim do trabalho infantil, principalmente em suas piores formas. Mas deve-se levar em consideração que, até mesmo pelas grandes dimensões do país, a esfera federal do poder público também contava com as instituições que a representavam em cada estado, como ainda o poder estadual e municipal de cada local onde viesse a ter incidências dessa exploração. Mesmo nos jornais, foi citada e dada como exemplo

²⁵⁵ *Ibidem*, p. A-7.

a atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT), assim como os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT's). Ainda que em um panorama mais amplo, uma matéria publicada no *JC* em 1996, compartilha com o leitor que “Uma das tarefas árduas cometidas ao Ministério Público tem sido a de investigar o emprego de crianças menores de quatorze anos em jornadas de trabalho”²⁵⁶, e mais o texto cita diretamente as condições desse grupo “nas lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste e em outras de igual rusticidade e riscos à saúde.”²⁵⁷

Mas, se um dos problemas de fiscalização era justamente a dificuldade de contatar o poder público decorrente da repressão nos espaços de exploração da zona canavieira, conjuntamente à situação de irregularidade que essas crianças enfrentavam, quais eram as principais ferramentas do trabalhador rural nesse caso? É nesse momento que se pode compreender a importância e a atuação dos sindicatos. Em entrevista com Renata Conceição Nóbrega Santos²⁵⁸, ela explica como ocorrem essas reivindicações. Quando individual, o trabalhador podia entrar em contato direto com a Vara do Trabalho, quando coletivas era essencial a presença e a intermediação do sindicato. Aqui, é importante lembrar que em muitos casos a reclamação trabalhista ou a ação só conseguia ser levada em frente quando muitos trabalhadores se engajaram coletivamente. Caso contrário, não era raro que os processos fossem arquivados por desistência do trabalhador e mesmo por ameaças por parte do empregador.

Renata Nóbrega evidencia que, para que fosse possível a atuação do TRT em casos como os dissídios, é necessário, primeiro, o contato do MPT com essas reclamações e denúncias trabalhistas, cabendo ao Tribunal Regional do Trabalho o que ela define como um “*protagonismo reverso*”. E continua: “*Então, conforme a demanda chega, a gente reage*”. Quando questionada sobre qual seria o papel do TRT nessa garantia de direito para com os trabalhadores rurais, incluídas aqui as crianças, ela afirma que

*No final das contas a gente não pode esquecer que dentro do sistema capitalista, existir uma justiça do trabalho dentro do Estado, se o papel do Estado for exonerar o capital, a nossa função é dizer quanto custou a relação.*²⁵⁹

²⁵⁶ Trabalho Infantil e o MP. Autor: Josemar Dantas. **Diário de Pernambuco**. p. C-6. 17 de janeiro de 1996.

²⁵⁷ *Ibidem*, p. C-6.

²⁵⁸ Juíza do Trabalho junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - TRT6, localizado no estado de Pernambuco, com sede em Recife. Renata iniciou a carreira como juíza em 2007 e atualmente também integra a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 6ª Região - AMATRA VI. Assim como também é membra da Associação Juízes para a Democracia - AJD.

²⁵⁹ Trecho da entrevista realizada com Renata Nóbrega Santos.

Ou seja, para que as reclamações chegassem ao Tribunal e fossem julgadas, era necessário que o Ministério Público encaminhasse esses casos para que prosseguissem as negociações e fosse gerada a sentença.

Um aspecto importante destacado por Renata Nóbrega Santos é a relação que a sociedade possui com o capitalismo, e em como muitos dos casos, os prejuízos cometidos contra os trabalhadores nessa relação trabalhista exploratória, era, no fim, convertido em capital. Ou seja, uma quantia em dinheiro como uma compensação aos danos vivenciados pelo trabalhador. O que realmente não era incomum, visto que muitos dos processos presentes no arquivo do Tribunal Regional do Trabalho, são concluídos com a sentença de pagamento por parte da empresa acusada ou do empregador. Vale destacar que, na grande maioria dos casos, essas denúncias e reclamações trabalhistas eram promovidas a partir do momento em que a relação entre empregador e trabalhador era concluída por demissão.

A entrevistada ainda ressalta que, em suma, as reclamações e processos só se tornavam jurídicos quando não resolvidos ainda sobre o Ministério Público. Quando a reclamação trabalhista chegava ao MP, ela podia se tornar, segundo a entrevistada, um Termo de Ajustamento de Conduta ou TAC. Para que isso fosse possível, seria necessário chegar em um acordo com o empregador para que o dano exercido aos trabalhadores queixosos fosse reparado e consequentemente evitar a continuidade do processo, o que em muitos casos retardava a resolução do problema para o trabalhador. O TAC inclusive, só foi introduzido na prática do direito brasileiro somente em 1990, após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA).²⁶⁰

Aproveitando a discussão sobre dissídio, e trazendo a discussão especificamente para o trabalho infantil no estado, foi citada durante a entrevista o Dissídio Coletivo relatado por Ana Schuler²⁶¹ em 1993. A principal questão aqui, foi para compreender se havia sido o TRT que havia tomado a frente da ação, e Renata Nóbrega novamente esclareceu:

O andamento desse processo, ele anda por demanda. A gente recebe tudo

²⁶⁰ MAZZILLI, Hugo Nigro. **Compromisso e Ajustamento de Conduta**: Evolução e fragilidades e atuação do Ministério Público. Revista de Direito Ambiental. vol. 41/2006. p. 93 - 110, Jan - Mar de 2006.

²⁶¹ Ana Maria Schuler Gomes foi a primeira mulher a ser aprovada por concurso para o TRT da 6ª Região em Recife. Como Juíza do Trabalho, atuou nas Juntas de Conciliação e Julgamento do Recife e Paulista, além de municípios como Nazaré da Mata (Mata Norte) e Escada (Mata Sul). Em 1980, passou novamente a exercer seu trabalho em Recife, nas 9ª e 10ª Juntas até 1989, quando foi promovida para à Juíza do Tribunal Regional, cargo equivalente hoje ao de Desembargadora. Ainda contribuindo para com a classe trabalhadora, foi a relatora do primeiro dissídio coletivo de natureza jurídica no país, voltado para o combate ao trabalho infantil, sendo até apresentado à OIT como reforço as medidas de combate do país.

*por demanda. Não é a gente que provoca, né? Não dá pra dizer que foi ela que startou o processo, ou que ela era articulada com o sindicato. É que houve essa situação, e o processo chegou pra ela. Provavelmente por sorteio ou pelo cargo que ela ocupava na época no tribunal. E foi bom talvez pros trabalhadores, assim, pelo que eu imagino da conduta dela.*²⁶²

O que pode ser concluído com esse trecho da entrevista é que, de fato, a relação entre o MPT e o TRT era gerada como uma via de mão dupla, onde, em muitos casos, um não atuava de maneira isolada do outro.

Por fim, a entrevistada ainda revela que, boa parte das decisões tomadas pelo TRT como garantia dos direitos das crianças e do combate ao trabalho infantil, se pautava nas Normas Internacionais de Trabalho da OIT. Ela ressalta inclusive que, mesmo se entre a relação empregador e trabalhador, as condições fossem “negociadas” entre eles, em caso de intervenção do TRT, seria necessário apontar que o parâmetro defendido e usado pela OIT já era o mínimo. Dessa forma, as tais condições que, em muitos casos, não eram negociadas, mas sim impostas sobre o trabalhador, a exemplo de direitos básicos que deveriam ser atendidos - nos casos dos canaviais como a hidratação durante o corte e a produção dos feixes de cana que não era atendida -, poderiam ser somadas como agravantes nas reclamações trabalhistas no quesito de insalubridade.

Em resumo, ao longo de tudo que foi exposto e trabalhado neste capítulo, é clara a colaboração conjunta de diversas frentes internacionais e nacionais de combate ao trabalho infantil, e em específico ao trabalho rural na monocultura e latifúndio da cana. Através da constatação e conscientização social dos números aos quais o Brasil convivia, e lembrando que não apenas números, mas milhares de vidas de crianças que tinham diariamente os seus direitos interrompidos em prol da acumulação de capital pelos grandes produtores de açúcar, se deu o pontapé inicial para o seu combate. Após tantos anos de negligência para com as crianças pobres proletarizadas, somente em fins do século XX que a fiscalização e conscientização da necessidade de se erradicar essa exploração, proporcionaram os passos iniciais para o seu combate. Importante perceber que, isto só passa a ser possível através da luta coletiva e da articulação de diversos setores da sociedade brasileira, assim do engajamento das diferentes esferas do Estado que lentamente iniciou - através da atual concepção Estado Democrático - de proteger e garantir os direitos das crianças e adolescentes do campo.

²⁶² Trecho da entrevista realizada com Renata Nóbrega Santos.

CONCLUSÃO

Em retrospectiva ao que foi trabalhado ao longo de toda a pesquisa, foi visto que os direitos das crianças e adolescentes no Brasil são uma conquista recente, com início das reivindicações tomando força entre 1980 e garantindo conquistas concretas a partir de 1990. Sua relação com o trabalho, ao longo de séculos na história do país, era vista de maneira naturalizada, em que a consolidação do sistema capitalista, o investimento tecnológico, aliado ao desenvolvimento econômico promoveram, para grande parcela da classe trabalhadora proletarizada, a exploração e a vivência cotidiana em condições de extrema pobreza e miséria.

Para os trabalhadores rurais e suas famílias, em especial as crianças envolvidas na produção da cana-de-açúcar em Pernambuco, cabia uma das piores formas de trabalho, em que o aumento da tecnologia de nada contribuiu. Ao contrário, as crianças continuavam sendo as principais vítimas do atraso de suas condições, sendo a foice e a faca os instrumentos de manejo durante o trabalho e, ao mesmo tempo, os principais causadores de acidentes e mutilações no campo.

E aliada a essas condições compartilhadas de pai para filho, onde pela pobreza, a falta de remuneração adequada no eito da zona canavieira e o acesso escasso à educação, se somavam as dificuldades de combate e fiscalização do trabalho infantil. Crianças e adolescentes necessitavam trabalhar para auxiliar na sobrevivência das famílias, e visto a situação de irregularidade aliada à postura de usinas e engenhos na Zona da Mata pernambucana, o problema era constantemente silenciado e apagado. As condições de vida desses pequenos eram baseadas na falta de direito de ser de fato criança, quando as brincadeiras e o estudo davam lugar ao serviço pesado.

Em contrapartida, enquanto trabalhadores recebiam metade do pagamento padrão para homens e mulheres adultos e não tinham direito de receber o pagamento diretamente, sendo o valor já somado à renda do representante da família. E mais, na grande maioria dos casos se viam tolhidos de direitos comuns a outros trabalhadores por não possuírem carteira assinada em consequência da menor idade. Logo, um alto índice de subnotificação era gerado sobre os números reais de crianças e adolescentes trabalhando para a indústria sucroalcooleira do estado. Através da bibliografia consultada e das publicações do *Jornal do Commercio (RJ)* e do *Diario de Pernambuco*, foi possível perceber a censura às reivindicações dessa classe assim como o reflexo dessas relações de poder mesmo fora dos canaviais.

O *Diario* representa muito bem essa afirmação, quando, em contrário do que vinha ocorrendo no país, o maior número de publicações que envolviam o trabalho infantil, em alguma media, possuíam em seu discurso o incentivo à prática, através da promoção e propaganda de medidas assistencialistas. Enquanto que, sendo um dos estados conhecidos historicamente pela produção de cana-de-açúcar e a exploração promovida pela sua monocultura latifundiária, um fato que “tornou a região açucareira da Mata uma área de forte tensão social e de choques entre proprietários e assalariado”²⁶³, as crianças trabalhadoras dos canaviais pouco aparecem em suas páginas. Ainda em fins do século XX era comum, então, perceber o conservadorismo e as tentativas de apagamento de uma prática comum e corriqueira, lucrativa para os donos de terra e danosa para as famílias exploradas. E mais, a tentativa de ampla circulação de ideias para a sociedade que reforçavam a narrativa do trabalho como essencial para a classe já proletarizada.

O *JC*, em contrapartida, possuiu uma postura muito mais alinhada à necessidade do combate ao trabalho infantil, quando, embora produzido em outro estado, compartilhou com o leitor diversas vezes as medidas voltadas para a erradicação da presença de crianças nos canaviais pernambucanos. Mas, em grande medida, boa parte da cobertura deste combate estava associada à figura de FHC, presente do país do período, o que em certa medida funcionava como uma promoção das ações do Estado mediante o público leitor do jornal.

Porém, também foi objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso, entender as resistências articuladas por esses trabalhadores, expressadas desde a articulação aos sindicatos dos trabalhadores rurais, até a coragem de marcar presença em atos pelos seus direitos e compartilhar com a mídia em forma de denúncia, às condições de trabalho enfrentadas diariamente. Crianças e adolescentes que, mesmo tão jovens, transpareciam seriedade e sofrimento frutos da impossibilidade de terem verdadeiramente uma infância. Ao contrário do silenciamento constante que sofriam na Zona da Mata, em momentos como esses ficava clara a consciência que possuíam frente a exploração constante, e aliado a isso, o desejo de mudança e reconhecimento dos direitos que continuavam sendo ignorados e desrespeitados no dia a dia.

Muito embora as medidas promovidas por programas como o PETI, tenham sido continuadas ao longo dos anos 2000, em conjunto no estado as atuações do MPT e do TRT, é

²⁶³ ANDRADE, Manoel Correia. **A terra e o homem do Nordeste**. Editora Cortez: São Paulo, 2011. 8º ed. p. 121.

sabido que em momentos de crise econômica é constatado o aumento da evasão escolar de crianças e adolescentes para a tentativa de contribuição para a renda familiar. Um problema que possui raízes históricas, tratado ao longo de todo o TCC, e que constantemente se repete na atualidade brasileira e ainda demanda atenção. Dessa forma, meu objetivo principal foi melhor compreender, a partir da História das Crianças, as causas e consequências da sua presença nas lavouras da cana-de-açúcar. E mais: o processo gradativo de conquistas de direitos de um grupo até pouco tempo marginalizado e silenciado, fruto de reivindicações de crianças e adolescentes amadurecidas precocemente pelas circunstâncias.

Logo, contribuindo para um campo de estudos ainda recente no país, o tema discutido neste trabalho é importante também para o ensino nas escolas da rede básica, principalmente do estado de Pernambuco. Sabe-se, atualmente, que uma das competências específicas da BNCC para o Ensino de História, é proporcionar aos estudantes em sala de aula, o conhecimento sobre a história de sua região. Para além das questões referentes à formação do estado, da Zona da Mata pernambucana e suas relações de poder, é de suma importância também, proporcionar debates e conscientização sobre seus direitos, uma exigência da LDB para a educação básica e atuação do professor em sala de aula. Assim, pode-se reconhecer as permanências entre passado e presente quanto a história local, como também refletir criticamente o percurso percorrido sobre o espaço recentemente conquistado por crianças e adolescentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 73-98.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011. 8º edição.

_____. **Modernização da Pobreza: a equação da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

ARAÚJO, Teresa Cristina Wanderley Correia de (coord.), **Trabalhadores invisíveis**, Recife, Centro de Pesquisas Josué de Castro, mimeo, 1992/1993.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARROS, Arthur Victor Gonçalves Gomes de. **“A pobreza como estopim da revolução”: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964)**. Dissertação. Recife: UFPE, 2017.

BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação. Recife: UFPE, 2013.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Ed. Ampliada e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. São Paulo: Editora Zahar, 1988. 2º edição.

BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. **A infância como objeto da história: um balanço historiográfico**. Revista Angelus Novus. USP – Ano VI, n. 10, p. 15-40, 2015.

BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. **Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL.

CARNEIRO, Têssia Gomes; MEDEIROS, Valéria da Silva; VAS, Braz Batista. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. – Rio de Janeiro – Vol. 14 – no 2 – MAI-AGO 2021–pp. 599-610.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 5ª edição.

COSTA, Maria Christina Malta de Almeida; LAGO, Eunice Salzano (org). **Nelson Chaves - o homem além do tempo: A palavra de um cientista que amava sua terra e sua gente**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**. Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 2012. 2ª ed. revisada.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: a criação do terceiro mundo**. São Paulo: Editora Veneta, 2022.

DOURADO, Ana; DABAT, Christine; ARAÚJO, Teresa Corrêa. Crianças e adolescentes nos canaviais de Pernambuco. In: PRIORE, Mary del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2000. 2ª edição.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco, 1840/1910**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. **Corpos Exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (zona da mata de Pernambuco, 1963-1973)**. Dissertação. Recife: UFPE, 2012.

_____. **Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)**. 2016. Tese (Doutorado). Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2019.

HENRIQUES, Carolina. **Crianças da Zona da Mata mamam menos e morrem mais**. Comuni Campos: UFPE, N° 17, Set. 1996.

HERNANDES, Nilton. **Semiótica dos jornais: análise do Jornal Nacional, Folha de São Paulo, Jornal da CBN, Portal UOL, revista Veja**. 2005. Tese. 324f. Tese (Doutorado em Lingüística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Teoria, Metodologia e Possibilidades: Os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica**. ESCRITAS: Vol. 7 n.1 (2015) ISSN 2238 - 7188 p. 13.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Compromisso e Ajustamento de Conduta: Evolução e fragilidades e atuação do Ministério Público**. Revista de Direito Ambiental. vol. 41/2006. p. 93 - 110, Jan - Mar de 2006.

MINTZ, Sidney W.. **O poder amargo do açúcar**: Produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010. 2ª edição revisada.

MOMESSO, Mariana de Abreu. **Função ambiental das propriedades rurais das usinas sucroalcooleiras do estado de Pernambuco**: desdobramentos da operação Engenho Verde. Dissertação. Recife: UFPE, 2011.

NELSON, Chaves. **Fome, criança e vida**. Recife: Editora Massangana, 1982.

NEVES, Delma Pessanha. **A pobreza como legado: o trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira**. Revista de História Regional 6(2): 149-173, Inverno 2001. p. 149-174.

Ó, Manoel do. **100 anos de suor e sangue**: homens e jornadas da luta operária no nordeste. Petrópolis: Editora Vozes, 1971. 2º edição.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011. 3ª edição.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: Raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

ROGERS, Thomas D. **As feridas mais profundas**: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no nordeste no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2017. 1ª edição.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

SILVA, Maria do Socorro. **As práticas pedagógicas das escolas do campo: a escola na vida e a vida como escola**. Recife: UFPE, 2009. Tese de doutorado.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Capitalismo Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZISMAN, Meraldo. **Nordeste Pigmeu**: uma geração ameaçada. Recife: OEDIP, 1987.